



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDITORIAL:

Saldo da Revolução

**NOTICIANDO O SAGRADO: O JORNAL A AÇÃO E A CRISE DOS PADRES NA
DIOCESE DO CRATO-CE 1960 - 1980.**

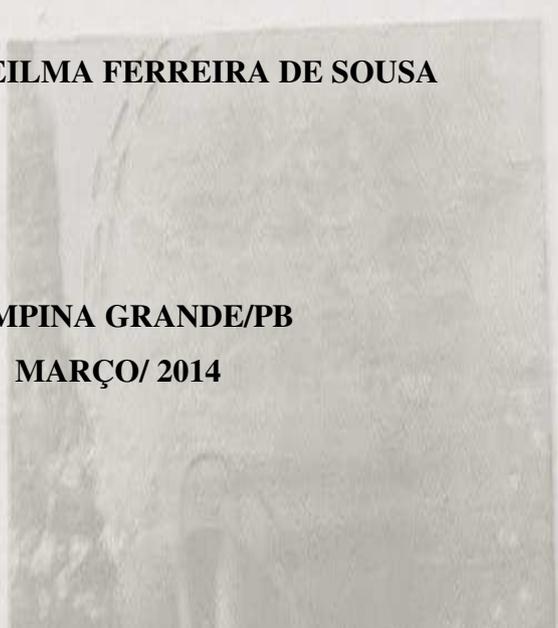
MARIA ARLEILMA FERREIRA DE SOUSA

CAMPINA GRANDE/PB

MARÇO/ 2014



Edição de Hoje — 1 página — Preço: Cr\$ 50.
Ano XXVI — Crato (Ce), 7 de Março de 1965 — N. 1.078



MARIA ARLEILMA FERREIRA DE SOUSA

**NOTICIANDO O SAGRADO: O JORNAL A AÇÃO E A CRISE DOS PADRES NA DIOCESE
DO CRATO-CE 1960-1980.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito para a obtenção do título de mestre em História, na área de Concentração História, Cultura e Sociedade.

Orientação: Prof. Dr. João Marcos Leitão dos Santos

**CAMPINA GRANDE/PB
MARÇO/ 2014**

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S725n Sousa, Maria Arleilma Ferreira de.
Noticiando o sagrado: o jornal A Ação e a crise dos padres na diocese do Crato-CE 1960-1980. / Maria Arleilma Ferreira de Sousa. – Campina Grande, 2014.
115 f. il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. João Marcos Leitão dos Santos".
Referências.

1. História - Cultura. 2. Celibato. 3. Crise dos Padres 4. Igreja Católica Romana I. Santos, João Marcos Leitão dos. II. Título.

CDU 930.85:2(043)

MARIA ARLEILMA FERREIRA DE SOUSA

**NOTICIANDO O SAGRADO: O JORNAL A AÇÃO E A CRISE DOS PADRES NA DIOCESE
DO CRATO-CE 1960-1980.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG como requisito para a obtenção do título de mestre em História, na área de Concentração História, Cultura e Sociedade.

Orientação: Prof. Dr. João Marcos Leitão dos Santos

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Marcos Leitão dos Santos (UFCG/CH/PPGH)
Orientador

Prof. Dr. Edson Hely Silva (UFCG)
Examinador Interno

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)
Examinador Interno suplente

Prof. Dr. Welington Teodoro da Silva (PUC-MG)
Examinador Externo

Prof^ª. Dr^ª. Paula Cristiane de Lyra Santos
Examinador Externo Suplente

DEDICATÓRIA

À minha família, aos seminaristas e aos padres do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao término desse trabalho tenho muito a agradecer. Primeiramente a Deus pela força, coragem e auxílio nos tropeços da vida, mas acima de tudo por me iluminar e ajudar a ter sempre a força de recomeçar. Obrigada pela proteção em minhas viagens que fazia semanalmente a Campina Grande. Agradeço ao Programa de Pós - graduação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG que me receberam com tanto carinho nas pessoas da secretaria, Arnaldo e Felipe e a coordenação Juciene Ricarte e posteriormente Clarindo de Souza. Agradeço demais aos meus queridos professores que foram tão importantes nessa jornada: Marinalva Vilar, Gervásio Batista, José Otávio, Luciano Mendonça, Eronides Araújo e ao amigo Iranilson Buriti que tanto me apoiou desde o princípio. Agradeço também a CAPES pelo financiamento desse trabalho. Aos professores Edson Silva (UFCG) e Fábio José Queiróz (URCA) pelas contribuições no processo de qualificação. À professora Paula Cristiane por participar de minha defesa e pelas valorosas contribuições.

Aos queridos colegas de turma que foram essenciais nas discussões em sala e nas conversas dos corredores: Andrea, Marivânia, Paulo, Paulo Alexandre, Josiane, Carlos Rafael, Romildo, João Paulo, Flavia, Mainara, Rosicleide, Zé Pequeno, Débora e Aparecida. Ao departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA pelo apoio e compreensão em adequar os meus horários me possibilitando estudar e trabalhar. Ao NEHSA (Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente) pelas reflexões sobre minha pesquisa. Aos meus queridos alunos pelo apoio e as alegrias que me proporciona. Ao DHDPG (Centro de Documentação Padre Antônio Gomes de Araújo) na pessoa de Tânia Peixoto, lhe agradeço demais pelo apoio e pelas vezes que intercedeu por mim. Ao Chanceler da Cúria Diocesana, Armando Rafael, pela atenção e suas valiosas informações. Ao senhor Humberto Cabral pela contribuição referente ao jornal *A Ação*. A Mayra Pinheiro pela construção dos mapas apresentados no texto.

Ao Padre Paulo Lemos, pároco de Santana do Cariri-CE que nos permitiu consultar o Livro de Tombo da paróquia, a Danilo Sobreira e João Paulo Cabral que nos auxiliou na busca das cartas pastorais de Dom Vicente. Aos interlocutores dessa pesquisa que foram essenciais para finalização desse trabalho: Padre João Bosco, Padre Eugênio Dantas e professor Levi Furtado. Aos amigos queridos que sempre me apóiam e torcem por mim: Fatiana Araújo, Maria do Carmo, Márcia Nogueira, Orlete Xenofonte, Ossian Landim, Raquel

Alves, Diego Azevedo, Sayhara Sampaio, George Eduardo, Ana Paula, Ana Carla, Osmar Oliveira, Fabiano de Souza, Adjalmo, Ricardo Martins, Jucieldo Alexandre, Cicero Joaquim.

Agradeço demais a minha querida família. Minhas avós Lourdes e Vilanir. Meus pais Seutonho e Arlete. Minhas irmãs maravilhosas Arklivia, Ana Paula, Aurília e Arlívian. A princesinha Sofia, minha sobrinha linda. A Leonilda minha irmã do coração que me auxiliou com o jornal *A Ação* e com a formatação de meus trabalhos. Aos meus cunhados Cícero, Kaio e Tiago. Aos demais familiares, tios, primas e primos. As pessoas que fazem parte da minha família por uma escolha do coração. Ailton por ser sempre presente, por ser meu amigo, companheiro e me fazer crer que sempre poderei contar contigo e a Ana Cristina, meu anjo de luz, minha irmã do coração, agradeço pela convivência maravilhosa que tivemos quando dividíamos apartamento em Campina Grande, pelas contribuições não só no meu trabalho, mas também em minha vida. Pelos momentos em que chorou e riu comigo. Por fim agradeço ao meu querido orientador Dr. João Marcos Leitão dos Santos. Obrigada pela paciência, pelo apoio, pelas contribuições em meu trabalho e por me fazer uma pessoa mais calma. Mas acima de tudo obrigada por confiar que eu seria capaz.

EPÍGRAFE

Há um momento para tudo e um tempo para todo propósito debaixo do céu.
Tempo de nascer, e tempo de morrer; tempo de plantar, e tempo de arrancar a planta.
Tempo de matar, e tempo de curar; tempo de destruir, e tempo de construir.
Tempo de chorar, e tempo de rir; tempo de gemer, e tempo de bailar.
Tempo de atirar pedras, e tempo de recolher pedras; tempo de abraçar, e tempo de se separar.
Tempo de buscar, e tempo de perder; tempo de guardar, e tempo de jogar fora.
Tempo de rasgar, e tempo de costurar; tempo de calar, e tempo de falar.
Tempo de amar, e tempo de odiar; tempo de guerra, e tempo de paz. (Eclesiastes 03: 01-08)

RESUMO

A segunda metade do século XX foi marcada por transformações sociais e culturais muito intensas. No cenário religioso a Igreja Católica Romana promoveu um evento que revolucionou o seu posicionamento frente aos fiéis. O Concílio Vaticano II foi responsável por mudanças no catolicismo e ao seu término, causou uma crise de identidade em seu corpo clerical motivando um grande número de evasões, seminários fechados e abandono da batina. A crise dos padres fez com que a Igreja perdesse muitos homens. As motivações para a crise foram várias: perda de status, ascensão da modernidade, perseguição aos ideais comunistas, Teologia da Libertação e a maior de toda a manutenção do celibato obrigatório. Este trabalho que ora se apresenta tem como objetivo discutir o contexto dos anos de 1960 e 1970 no cenário da Igreja Católica Romana no cariri cearense buscando perceber como se deu a crise dos padres na Diocese do Crato-CE. A partir da análise do jornal *A Ação* buscamos analisar como a crise foi noticiada e vivenciada pela Diocese cratense além de percebermos como se deu a perseguição aos comunistas. Ao avaliar as cartas pastorais de Dom Vicente, bispo da época, percebemos suas recomendações ao seu clero durante esse momento de crise na Igreja. Os nossos interlocutores foram de extrema importância por contarmos suas experiências de vida sacerdotal. Assim, a memória foi utilizada na tentativa de resgatar um passado nem tão distante. Desta forma, como aporte teórico nos apoiou a História Cultural a partir dos conceitos de representação e identidade.

Palavras Chave: Celibato, Crise dos Padres, Igreja Católica Romana.

ABSTRACT

The second half of the twentieth century was marked by very intense social and cultural transformations, Religious landscape in the Roman Catholic Church promoted an event that revolutionized its position relative to the faithful. The Second Vatican Council was responsible for changes in Catholicism and at the end, caused an identity crisis in his clerical body motivating a large number of evasions, closed seminars and abandonment of his cassock. The crisis of the priests made the Church lost many men. The reasons for the crisis were many: loss of status, the rise of modernity, persecution of communist ideals, liberation theology, and most of all maintenance of mandatory celibacy. This work presented here aims to discuss the context of the 1960s and 1970s in the setting of the Roman Catholic Church in Ceará cariri trying to discern how was the crisis of priests in the Diocese of Crato - CE. From the analysis of the paper we analyze the action as the crisis was reported and experienced by cratense Diocese besides realizing how was the persecution of communists. In assessing the pastoral letters of Don Vicente, bishop of the time, we realize its recommendations to its clergy during this time of crisis in the Church. Our interlocutors were of utmost importance for count their experiences of priestly life. Thus, the memory was used in an attempt to rescue a not so distant past. Thus, as the theoretical supported in Cultural History from the concepts of representation and identity.

Keywords: Celibacy, Crisis of the Fathers, the Roman Catholic Church.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01:	Localização do Município do Crato	18
FIGURA 02:	Mapa da Diocese do Crato.....	37
FIGURA 03:	Padre Cícero Romão Batista	109
FIGURA 04:	Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva	110
FIGURA 05:	Dom Francisco de Assis Pires.....	111
FIGURA 06:	Dom Vicente de Paulo Araújo Matos	112

LISTA DE ABREVIATURAS

ACB – Ação Católica Brasileira.

CELAM- Conselho Episcopal Latino-Americano.

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

DHDPG- Departamento Histórico Diocesano Padre Antonio Gomes de Araújo.

ELIRUR- Escola de Líderes Rurais.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MDB- Movimento Democrático Brasileiro.

MEB- Movimentos de Educação de Base.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Cap. I: O CELIBATO DOS PADRES: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CATÓLICA NO CRATO-CE.	21
1.1 Articulações entre a História Cultural e a História das Religiões.	26
1.2 A Igreja Católica no Brasil e no Crato – CE.	30
1.3 O celibato como construtor da identidade clerical.	42
Cap. II: O JORNAL A AÇÃO EM DESTAQUE: REPRESENTAÇÕES SOBRE POLÍTICA E RELIGIÃO NO CRATO-CE.	52
2.1 Padres subversivos: o jornal <i>A Ação</i> como veículo de propaganda contra a ideologia comunista.	56
2.2 As representações do Concílio Vaticano II no jornal <i>A Ação</i> .	68
2.3 Cultos ao silêncio: o interdito na Diocese do Crato-CE.	76
Cap. III: O CONCÍLIO VATICANO II: ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE.	80
3.1 O Bispado de Dom Vicente Matos: auxílio aos pobres e coesão social.	84
3.2 O Sacerdócio em Perigo: Ecos de uma Crise na Diocese do Crato-CE.	88
3.3 A Voz de um Padre Casado	95
Considerações Finais	99
Fontes	103
Bibliografia	104
Anexos	108

Como em todas as igrejas do mundo, a Diocese de Crato inicia, hoje, a Renovação Litúrgica do Concílio. A Catedral de Crato é, sem favor, exemplo desta Renovação

EDITORIAL:

Saldo da Revolução

Estaremos vencendo este ano da vitoriosa revolução de 31 de março. A dia, cresce, nos espíritos equilibrados, a convicção da oportunidade do movimento que se deslagrou em Minas Gerais, contagiando toda a Nação que viu deslocada, assediada pela corrupção cívica daqueles que governam o País. O povo é laborioso a tal ponto que a Revolução não é sabida de todos. Há um clima de alta instabilidade, existindo a toda sorte de perigos.

Tão grande o número que já disse que as cadeias seriam pequenas para abrigar todos os corruptos e corruptores. Mas, a Revolução triunfou, não apenas depondo os principais chefes da baderna, como criando um clima de autêntica democracia, restabelecendo a ordem e a confiança. Hoje, embora custando os efeitos de uma política arcaica de quase trinta anos, o povo tem confiança nos seus dirigentes. Soltando embora o peso das consequências da espalada inflação.



Edição de Hoje — 4 páginas — Preço: Cr\$ 50.
Ano XXVI — Crato (Ce), 7 de Março de 1965 — N. 1.078



VASCULADOR DO OCEANO — Desenho de "Alumina-ta", desenhado com a máquina...
...a maior capacidade de...
...mercado de mundo. Esse...
...rio de pesquisas está...
...construído para a Região...

“... Brasil, onde a religião é protagonista de destaque nas mudanças e conflitos sociais”. (SABORIT, 1983, p. 9).

O estudo das religiões é de extrema relevância para analisarmos a história de um povo. Para conhecermos melhor suas particularidades culturais, as mudanças ocorridas e seus impactos sociais, precisamos ter algumas noções sobre suas formas de se relacionar com o sagrado e seus ritos. O estudo científico da religião é atualmente realizado por várias disciplinas das Ciências Humanas. Nascida na segunda metade do século XIX, a História das Religiões pretende estudar o contexto cultural e político em que determinada tradição religiosa emergiu.

O desafio da História das Religiões é mostrar que as tradições religiosas não apenas interferem na cultura, mas são influenciadas por ela. O Brasil é um desses exemplos. As diferentes etnias, culturas e expressões religiosas fizeram do território brasileiro um grande palco de atuação. Apesar da imposição do colonizador sobre o colonizado o catolicismo brasileiro não escapou da influência dos cultos africanos bem como dos rituais praticados pelos índios. Mais tarde, imigrantes europeus protestantes trouxeram consigo a sua maneira de se relacionar com o divino. Esta mistura deu origem à cultura religiosa brasileira.

Destacando-se no campo religioso por possuir a maior comunidade de católicos, o Brasil, de acordo com o último censo do IBGE¹ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) possui aproximadamente 123 milhões, representando 64% da população. Um percentual que vem diminuindo de forma mais acentuada desde a segunda metade do Século XX. São vários os motivos para o afastamento dos fiéis católicos, dentre os quais podemos destacar o crescimento das religiões protestantes.

No Brasil, desde sua implantação, o catolicismo romano tem na figura do padre um referente de grande importância. O sacerdote era o modelo de santidade a ser seguido desde o período colonial. A identidade católica e o modelo de Igreja estavam fortemente ligados à identidade do padre. Nesse sentido, a manutenção da disciplina era fundamental para o clero brasileiro. Sendo subordinados às normas do Concílio de Trento, os líderes clericais brasileiros viviam sob o estigma da “disciplina”. Esta possibilitaria a obediência à hierarquia católica, ao poder político instituído e a manutenção do celibato. Sua manutenção não significa a inexistência de desvios. A regra do celibato, enquanto prática de castidade foi desrespeitada desde sua imposição.

¹ O censo realizado pelo IBGE, que tivemos acesso, foi o de 2010.

O Concílio Vaticano I (1869-1870) iniciou o processo de mudança de mentalidade dentro da Igreja Católica Romana. A instituição começou a dialogar com a Modernidade e a ser influenciada por seus discursos. O precedente de modernização da Igreja Católica foi vivenciado de forma mais incisiva na segunda metade do Século XX a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) este foi responsável pela adequação do catolicismo com o seu tempo. O chamado Vaticano II possibilitou uma aproximação da Igreja com os fiéis.

O contexto dos anos de 1960 e 1970 foi protagonizado pela diminuição da influência da Igreja Católica Romana no mundo moderno, esse momento possibilitou a construção do catolicismo progressista. Suas principais características foram à aproximação da Igreja para com os pobres e a tentativa de se libertar da disciplina tridentina². Suas prerrogativas se destacavam pela busca de implantação do celibato opcional. Esses anseios não foram colocados em pauta pelo Papa Paulo VI como um assunto que merecesse ser amplamente discutido.

Ao final do Concílio, tendo suas esperanças desiludidas, parte do clero católico se desvinculou da instituição iniciando-se um processo de crise nas vocações. Um dos discursos para se explicar tal motivação seria as normas do Vaticano II que não foram vistas com bons olhos para aqueles grupos clericais altamente tradicionais que não aceitavam essa abertura da Igreja para com a Modernidade. Do lado dos padres que se mantinham contra o celibato o Concílio foi generoso no sentido de excluir a excomunhão para aqueles que desejassem se desvincular do sacerdócio para casarem³.

Como forma de acabar definitivamente com os anseios de liberdade da disciplina do celibato, em 1967 Paulo VI divulgou a Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* afirmando a obrigatoriedade do celibato consagrado destruindo as esperanças de muitos sacerdotes. Ao contrário do esperado pelo Vaticano a Encíclica⁴ aumentou significativamente a crise de identidade dos clérigos e o número de desistências ministeriais foi significativo. É sobre esse momento de crise na Igreja Católica Romana que nos debruçamos nessa pesquisa.

Os primeiros passos da pesquisa foram longos e tortuosos. A única certeza que tínhamos era o intuito de investigar a fragilidade do celibato obrigatório no clero católico. Essa exatidão que apresentávamos no início se deve a proximidade que tínhamos com alguns

² Modelo de Igreja e de sacerdócio inserido a partir do Concílio de Trento (1545-1563).

³ Desde a instauração do celibato obrigatório os padres que deixassem a Instituição para casarem seriam excomungados.

⁴ A Encíclica é uma carta do Papa dirigida aos bispos de todo o mundo e, por meio deles, a todos os fiéis.

seminaristas do Seminário São José no Crato-CE e aos casos amorosos de Padres que tomávamos conhecimento.

O que nos inquietava era o porquê da obrigatoriedade, já que muitos não seguiam a castidade do celibato religioso. Começamos como diria Ginzburg (1990) procurando os indícios, farejando os fatos na tentativa de encontrarmos as fontes que precisávamos. Várias vezes nos decepcionamos por não encontrarmos claramente o que procurávamos. Até que, com algumas leituras e reflexões direcionamos o trabalho para a “crise dos padres”.

A pesquisa em arquivo foi realizada no Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG), localizado na Cúria Diocesana do Crato. Onde analisamos um jornal de propriedade da instituição religiosa. O jornal *A Ação*⁵ foi fundado em 1938 com o nome “*Boletim de Ação Católica*” e tinha como principal objetivo apresentar artigos que centralizasse a moral e a família cristã. Os exemplares do jornal que utilizamos são os da década de 1960 e 1970.

Utilizamos o jornal *A Ação* para analisarmos como a Diocese do Crato-CE apresentava as notícias sobre as mudanças ocorridas na instituição católica durante o Concílio Vaticano II e como se posicionava com relação às notícias sobre as discussões conciliares em que exigia a prática do celibato opcional. O jornal nos auxilia ainda no tocante as observações sobre as renúncias do Ministério por parte de alguns membros do clero. Nosso intuito foi perceber como a Diocese do Crato-CE se posicionou com relação a esse período em que ficou conhecido como “crise dos padres”.

Ao avaliar o jornal produzido pela Igreja Católica do espaço em questão buscamos perceber quais mecanismos foram utilizados para tranquilizar os fiéis diante desse momento de insubordinação clerical. Podemos observar que sempre ao lado das reportagens sobre essas perturbações do clero apresentava-se ao lado uma nota instigando os valores do padre. O nome da coluna é a “Imagem do padre” onde se exaltava a relevância do padre na sociedade cristã apelando aos fiéis para auxiliarem na chamada pastoral das vocações.

⁵ Sua impressão era numa gráfica também pertencente à Diocese do Crato e com o tempo seu nome se reduziu apenas para *A Ação*, no entanto permaneceu sendo divulgado semanalmente só que agora além de assuntos religiosos divulgava também artigos sobre temas diversos e noticiava não só acontecimentos do Cariri Cearense, mas, também de outras regiões. O jornal foi publicado até 1985.

Ainda empregamos como fonte a carta Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* divulgada pelo Papa Paulo VI em 24 de junho de 1967 determinando a obrigatoriedade do celibato pelos ministros da Igreja Católica Romana. Nossa intenção é perceber como a Diocese cratense representava as normas do Vaticano II com relação ao celibato através do seu veículo de comunicação. Utilizamos também alguns documentos da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) no período da década de 1970 no qual buscamos as recomendações da mesma sobre as novas normas da Igreja Católica Romana.

Ao analisar as cartas pastorais do bispado de Dom Vicente, bispo diocesano do Crato-CE no período de (1962-1992) tive com o objetivo perceber suas sugestões durante o nosso período de análise. Utilizamos ainda alguns depoimentos de pessoas que estavam envolvidas diretamente com a Igreja Católica nesse período. Na referida pesquisa, há o relato de um padre casado, de um seminarista que se ordenou e continua exercendo o sacerdócio e de um seminarista que deixou a instituição no contexto da segunda metade do Século XX, temos como propósito perceber como eles compreenderam e vivenciaram esse momento de crise das vocações sacerdotais.

Ao adentrar no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) alocada na linha de pesquisa Poder, Cultura e Identidades, acreditávamos que a “crise dos padres” ocorrida na segunda metade do Século XX teve como principal motivação o decreto de permanência da obrigatoriedade do celibato religioso legitimado mais uma vez através da pessoa do Papa Paulo VI como fora exposto acima.

Entretanto após o amadurecimento da pesquisa e a reflexão feita através de algumas leituras e de conversas realizadas com pessoas que vivenciaram a realidade do celibato no período investigado passamos por uma reviravolta de antigas “certezas”. Nossa inquietação se justificou porque nos detivemos na idéia de que apesar das discordâncias desde sua instauração no Século XIII, o celibato sacralizado continuou se sustentando e sendo alvo de desvios, principalmente no Brasil que já no período colonial, temos o conhecimento de casos de padres que mantinham relação de concubinato e constituindo família.

Além disso, o ato de não casar não significa necessariamente a abstenção da prática sexual, ou seja, se manter solteiro nem sempre significa permanecer-se casto. Salvo as exceções nem todo padre deixa de exercer sua sexualidade por causa da obrigatoriedade do celibato consagrado.

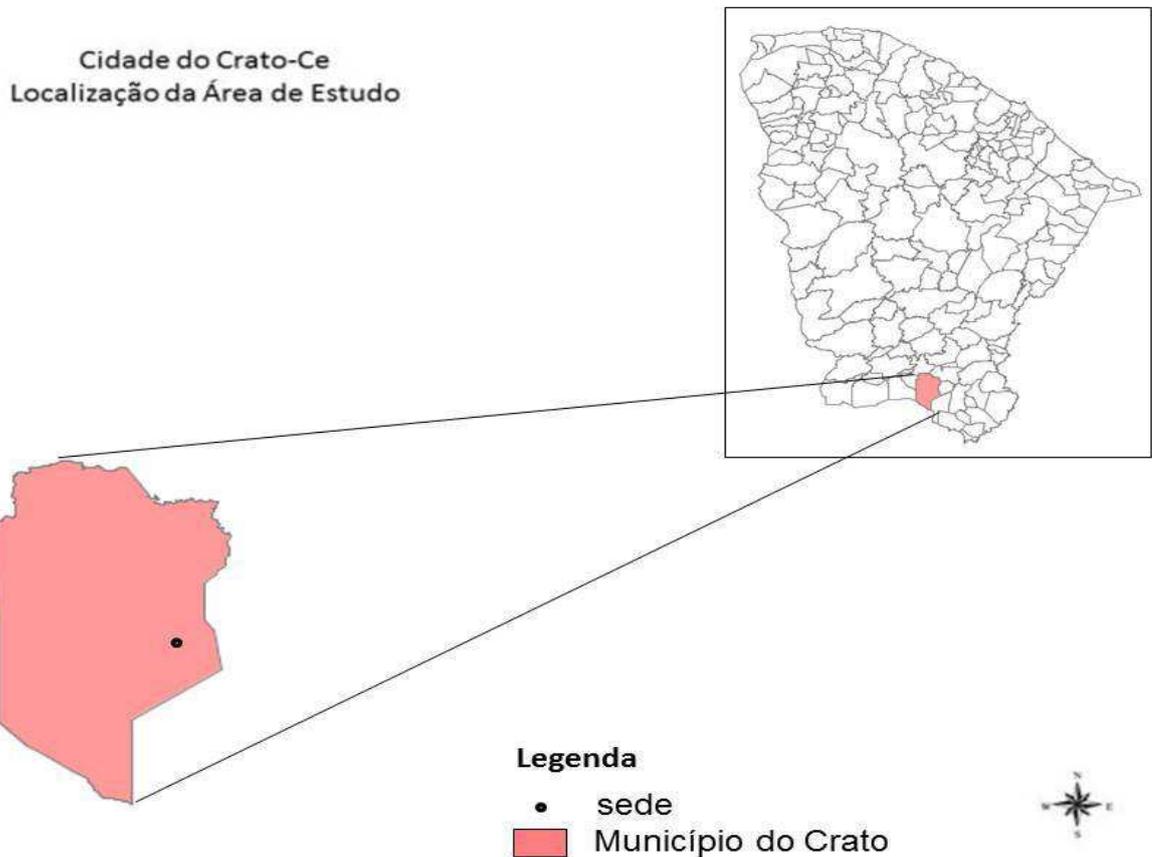
Partindo dessa premissa nos detemos em observar com mais afinco o contexto brasileiro dos anos de 1960 e 1970 onde percebemos uma maior intensidade do desenvolvimento dos ideais da Teologia da Libertação⁶ e das utopias Comunistas. Ao dialogar com algumas pessoas que deixaram a experiência religiosa no período em questão tomamos o conhecimento de que para alguns, as motivações de suas saídas se deu não pela obrigatoriedade do celibato, mas pelas perseguições política- ideológicas enfrentadas por esses membros.

A partir dessa constatação buscamos realizar o resgate das memórias desses sujeitos que estavam diretamente ligados à Instituição Católica Romana no Cariri cearense. Nosso intuito foi perceber como se apresentou o discurso dessas pessoas em contraposição aos discursos oficiais da Igreja Católica no Crato-CE e entender como se realizaram suas vivências nesse período, isso se faz necessário para compreendermos esse momento de crise.

Nosso interesse por tal análise se justifica porque a produção do discurso elaborado pela Diocese do Crato-CE sobre a “crise dos padres” construiu na memória da sociedade cratense um conceito sobre tal insubordinação conforme seus interesses. A Diocese apresentou seu clero como inativos no movimento para introdução do celibato consagrado opcional e não pertencentes a essa crise que se espalhava no clero de outras regiões. Além disso, o cariri cearense é palco para múltiplas investigações de cunho religioso sendo estudado por historiadores, cientistas sociais, dentre outros. Sua religiosidade é esmiuçada e explorada. Entretanto não encontramos registros de nada referente à crise dos padres o que torna nossa apreciação inédita.

De acordo com Figueiredo Filho (2010) a cidade do Crato-CE foi fundada no Século XVIII e foi encaminhada ao catolicismo pelos missionários capuchinhos que também direcionaram a população nativa ao contato inicial com as letras e lhes ensinou determinados ofícios: “agrupando-os em torno da casa de farinha, para melhor domesticá-lo naquele trabalho ligado à lavoura a que tinha raízes tão profundas (...) nasceu assim Crato, sob o signo da fé e do trabalho, cresceu e desenvolveu-se à mesma sombra benfazeja” (Idem, p.45)

⁶ Estamos nos referindo aos membros do clero católico que almejavam a implantação do celibato opcional e que simpatizavam com os preceitos da Teologia da Libertação. De acordo com Lowy (2000) a Teologia da Libertação proporcionou o surgimento de um pensamento religioso que usa conceitos marxistas e que serve de inspiração para as lutas de libertação social. Esse movimento se iniciara no Brasil no final dos anos de 1950 e se intensificou nas décadas seguintes motivados, sobretudo pela pobreza no Nordeste.



Localização do Município do Crato (Mapa adaptado do GVSIG por Mayra Alves Pinheiro)

Ligado ao tradicionalismo cristão as tensões envolvendo a Teologia da Libertação e as idéias de cunho comunistas são praticamente inexistentes na Diocese do Crato (pelo menos é o que se divulgou oficialmente). Diferentemente das demais, a Diocese do Crato-CE se apresentava como intocável no que concerne aos desvios do clero, e as divergências partidárias e ideológicas mantendo assim a pureza de sua sacralidade.

Através da análise dos relatos de memórias buscamos ouvir o outro lado, as vozes dos sujeitos que se impuseram durante o período estudado e acabaram preferindo se desvincular da Igreja. Seja por questões relacionadas ao celibato ou por motivos ligados a concepções ideológicas e partidárias.

Nesse sentido, também procuramos ressaltar outra versão sobre a “crise dos padres” tendo em vista que a maioria das análises sobre o assunto, que tivemos acesso, interpretou

esse conflito na instituição católica como sendo motivado apenas pela manutenção do celibato obrigatório. Nossa investigação buscou as influências de outros fatores que justificaram esse período de tensão.

Para fundamentarmos a nossa análise recorremos ao campo da História Cultural. Utilizamos como principal interlocutor Roger Chartier, onde nos apropriamos de seu conceito de “representação”. Buscamos perceber como a Diocese do Crato-CE fez os ditames da Santa Sé presentes, mesmo estando ausente, utilizando como recurso doutrinário seu meio de comunicação, o jornal *A Ação*. Outro aporte teórico que utilizamos foi às idéias de Maurice Duverge por meio do seu conceito de “camuflagem”. Nosso intuito foi perceber como a Igreja Católica Romana camuflou as possíveis motivações que desencadearam a “crise dos padres” no contexto da segunda metade do Século XX.

O texto que apresentamos estar dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo realizamos uma discussão sobre a construção da identidade católica no Crato-CE e abordamos algumas articulações possíveis envolvendo a História cultural e a História das religiões. Discorremos sobre a implantação do catolicismo no Brasil, bem como esta se caracteriza no espaço de análise. Por fim, trataremos sobre o celibato consagrado como ícone construtor da identidade clerical no catolicismo romano.

Nesse capítulo, nosso objetivo foi perceber como o celibato, enquanto disciplina, possibilitou uma caracterização do sacerdote diferenciando-o dos demais líderes religiosos. Destacamos os desvios cometidos contra a imposição de tal hábito que muitas vezes sua obrigatoriedade se agrupa no campo das utopias. Nesse sentido foi necessário problematizarmos sua obrigatoriedade e suas discrepâncias ao longo do tempo, mas que apesar das divergências, sua manutenção se adequou para a construção de um modelo de sacerdócio.

O segundo capítulo a partir do jornal *A Ação* procuramos analisar como a Diocese do Crato-CE utilizou um meio de comunicação para reportar sobre o contexto dos anos de 1960 e 1970. Analisamos também como o jornal se apresentou perante o Golpe de 1964 e como noticiou os padres engajados com os discursos da modernidade, no qual podemos observar que esses sacerdotes eram elencados como padres subversivos. Ao apresentarmos como o referido jornal publicou sobre as normas do vaticano II, destacamos desde já, que a Diocese do Crato-CE procurava seguir em total obediência aos ditames da Santa Sé, sendo uma espécie de representante do sagrado. Com relação às discussões em torno do celibato opcional

e a crise de vocações, a Diocese cratense apresentava um grupo clerical aparentemente inativo em tais discussões. Destacamos ainda o silêncio que existe entre a Diocese do Crato e o período analisado. Nosso objetivo é tentar desvendar o porquê desse silêncio.

No terceiro capítulo enfatizamos as cartas pastorais divulgadas durante o bispado de Dom Vicente, no qual analisamos suas recomendações durante os anos de 1960 e 1970. Destacamos ainda a experiência das pessoas que estavam diretamente ligadas a Igreja Católica naquele período, suas vivências, suas relações com a disciplina do celibato e com as discussões políticas e ideológicas da segunda metade do Século XX, bem como elas interpretam esse momento.

Ao longo da história do catolicismo o padre é representante do sagrado, como o elo que liga os fiéis ao divino. Através dele acredita-se em absolvição dos pecados e aquisição de bênçãos. Muitos católicos acreditam que o sacerdote leva os fiéis ao caminho da salvação. Na trajetória de sua formação os padres são educados por princípios que remontam os supostamente primórdios da cultura ocidental. Falam e testemunham em nome de Deus, apesar de muitas vezes se habilitarem em campanhas de destruição humana como ocorrera no Brasil onde a Igreja Católica legitimou as brutalidades do sistema colonial e escravista. Nosso objetivo com esse trabalho não é abordar os padres como religiosos que seguem os preceitos de sua hierarquia e se intitulam como um veículo do sagrado. Tão pouco procuramos interpretar o clero apenas como um sujeito influenciado por questões partidárias e ideológicas. Nosso intuito é percebê-lo como sujeito participante ativo de seu tempo.

Como em todas as igrejas do mundo, a Diocese de Crato inicia, hoje, a Renovação Litúrgica do Concílio. A Catedral de Crato é, sem favor, exemplo desta Renovação

EDITORIAL:

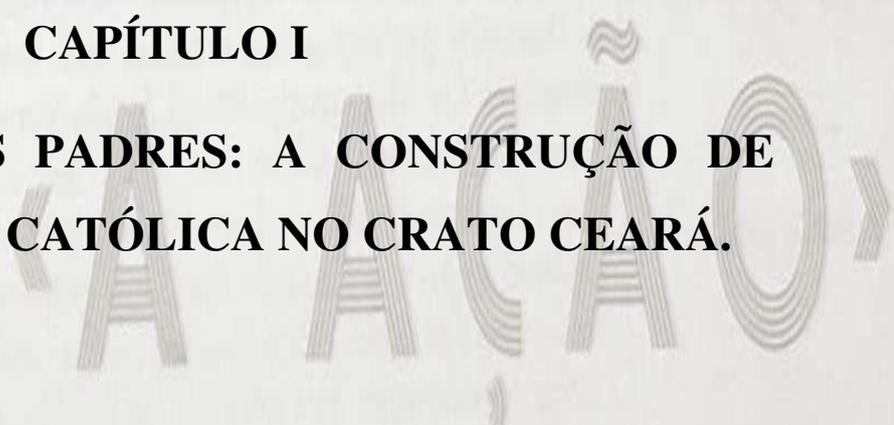
Saldo da Revolução

Estaremos vencendo este mês um ano da vitoriosa Revolução de 31 de março. Dia a dia, cresce, nos espíritos equilibrados, a convicção da oportunidade do movimento que se deflagrou em Minas Gerais, contagiando toda a Nação que via sua sufocada, asfixiada pela onda de corrupção cívica daqueles que governam o País. Inigente e laboriosa a tarefa que coube à Revolução. Como é sabido de todos, vivemos num clima de absoluta instabilidade, existindo a toda sorte de per-

Tão grande o número que já disse que as cadeias seriam pequenas para abrigar todos os corruptos e corruptores. Mas, a Revolução triunfou, não apenas depondo os principais chefes da baderna, como criando um clima de autêntica democracia, restabelecendo a ordem e a confiança. Hoje, embora custando os efeitos de uma política arcaizada de quase trinta anos, o povo tem confiança nos seus dirigentes. Soltando embora o peso das consequências da exorbitante inflação-

CAPÍTULO I

O CELIBATO DOS PADRES: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CATÓLICA NO CRATO CEARÁ.



Edição de Hoje — 4 páginas — Preço: Cr\$ 50.
Ano XXVI — Crato (Ce), 7 de Março de 1965 — N. 1.078



VASCULADOR DO OC
NO — Desenho de "Alumina
ta", desenhado com, a máquina
com a maior capacidade de
mensão do mundo, São mi
mo de pesquisas em
construção para a Esp

Virgindade consagrada dos sacerdotes manifesta, de fato, o amor Virginal de Cristo para com a Igreja (...) o sacerdote, dedicando-se ao serviço do Senhor Jesus e de seu Corpo místico, em plena liberdade, facilitada pela sua oferta total, realiza, de modo mais completo, a unidade e a harmonia da vida sacerdotal; torna-se mais capaz de ouvir a palavra de Deus e de se entregar a oração. (Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*, 1967, p. 07)

O trecho acima expõe a confirmação do celibato clerical durante o Concílio Vaticano II que legitimou a importância, obrigatoriedade e sacralidade do celibato pelos Ministros da Igreja Católica Romana. De acordo com a instituição religiosa manter-se solteiro e casto é requisito fundamental para o bom desempenho da realização do ofício sagrado. A manutenção do celibato consagrado capacitaria o sacerdote a estar em contato direto com o divino. As discussões a cerca da imposição da regra do celibato foi discutida durante o Concílio Vaticano II que provocou uma série de modificações na Igreja Católica Romana. Entre essas transformações alguns setores como padres celibatários, padres casados, freiras e grupos de leigos com visão mais progressista, esperavam que a instituição se adequasse ao tempo e que deliberasse a prática do celibato como opcional e não obrigatória.

A instauração do celibato obrigatório passou por um longo processo de discussões que se remetem ao Século XIII, quando se proibiu o casamento de padres. A resistência de sacerdotes e mulheres foi imediata. Essas se apoiavam nas antigas normas, como a prática do matrimônio e constituição de família por parte dos clérigos, para se imporem contra a obrigatoriedade do celibato. Para se institucionalizar coube a adoção de um novo conjunto de práticas, como o abandono da esposa por parte do padre caso fosse casado e a inclusão das mulheres de padres nos conventos. O clérigo passou a adotar um modelo de castidade e solteirice o que possibilitou a construção de uma identidade celibatária.

A criação da disciplina do celibato obrigatório não é uma recomendação contida nas escrituras Bíblicas, e sim uma construção de ordem eclesiástica. Para a outorga de tal lei alguns preceitos foram desrespeitados, como por exemplo, a invalidez do casamento de padres casados em 1123 no Concílio de Latrão e em 1545 no Concílio de Trento, onde foi decidido que o homem deveria abandonar sua esposa, caso desejasse ser sacerdote, na Igreja Católica Romana no Ocidente.

Para os defensores do celibato obrigatório a virgindade consagrada é uma forma de manifestação de total entrega e amor ao serviço da Igreja. Podemos observar tal preceito na Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* apresentada ao mundo católico pelo Papa Paulo VI em

1967, a manutenção da castidade é de cunho sagrado e que deve continuar a existir como condição para o ministério sacerdotal:

Julgamos portanto que a lei vigente do celibato consagrado deve, ainda hoje, acompanhar firmemente o ministério eclesiástico; deve tornar possível ao ministro a sua escolha, exclusiva, perene e total, do amor único e supremo de Cristo e a sua dedicação ao culto de Deus e ao serviço da Igreja, e deve ser característica do seu estado de vida, tanto na comunidade dos fiéis como na profana. (Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*, 1967, p. 04)

De acordo com Paulo VI os sacerdotes teriam mais liberdade em servir a Igreja e mais intimidade com Cristo se mantivesse o seu estado de vida celibatária. O que identificaria um padre seria justamente o seu estado de solteirice disponibilizando o seu tempo exclusivamente ao serviço das coisas sagradas, ao trabalho na Igreja para a manutenção do rito religioso e atendimento aos fiéis. Sem estar diretamente envolvidos no mundo dos leigos, aos sacerdotes caberia a exclusão de algumas práticas como o casamento e a vivência de uma sexualidade ativa.

Ao analisar sobre a institucionalização do celibato obrigatório pelos Ministros da Igreja, Silva (2008) afirma que sua construção se deu basicamente em torno de dez séculos, sendo o estado de solteirice a principal característica da identidade clerical diferenciando-os inclusive de outros cristãos, como os protestantes.

Os discursos em torno do estabelecimento e manutenção do celibato obrigatório vem sendo debatidos desde os primeiros momentos de sua instauração⁷, sendo o Concílio Vaticano II marcado por muitas discussões em torno de tal regra. A decepção de parte do clero com os ditames do Vaticano II em especial no que se referiu ao celibato obrigatório possibilitou uma grande evasão na Igreja Católica, influenciando inclusive a criação do Movimento de Padres Casados no Brasil. Consoante o pensamento de Silva (2008, p. 121)

Diante do número cada vez maior de desligamentos, a Santa Sé reprovou severamente os padres egressos ao publicar, em 1967, a encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*. O documento os classifica como “desertores”, “infelizes”, “desgraçadamente infiéis às obrigações assumidas” e vivendo numa “deplorável situação”. Para a Igreja, o apetite sexual deixava os homens expostos ao pecado e às tentações diabólicas, e punha todos num mesmo nível de vulnerabilidade. Os sacerdotes deveriam superar esta fraqueza e rejeitar o desejo, o sexo e o casamento. No Brasil, o Movimento dos Padres Casados foi fundado em 1979. Pela primeira vez na história da Igreja, os sacerdotes que abandonaram o ministério em busca do

⁷De acordo com Hubermam (1936) a manutenção do celibato obrigatório ocorreu com o intuito de preservar a hegemonia econômica da Igreja Católica Romana, visto que um celibatário, não tendo constituído família como herdeiros de seus bens após sua morte deixa-os para a instituição religiosa.

casamento se organizavam socialmente. Com o passar do tempo, criaram jornal e revista próprios, instituíram Encontros Nacionais e inauguraram páginas na Internet.

A recepção brasileira do Concílio Vaticano II e da crise dos padres que se expandia pela Europa e passava a ter uma proporção mundial chegou aqui em fins da década de 1960. Esses anos foram convulsionados por uma série de transformações seja no campo religioso, seja no âmbito político, social e cultural. No Brasil podemos destacar o Regime Militar que foi marcado por um forte sistema de repressão.

De acordo com Serbin (2009) esse período foi caracterizado por transformações profundas. Pregava-se secularismo, liberdade e modernidade. Uma das características mais visíveis no clero durante esse momento foi o abandono do uso da batina. Tradicionalmente o sacerdote usava o hábito cotidianamente, mas como forma de aproximação com o povo, a batina foi substituída por trajes comuns, sendo o uso da vestimenta sacerdotal requerido apenas durante o rito religioso.

A simbologia do traje e o seu não uso constante possibilitou múltiplas interpretações. Como afirmou Serbin (2009) o uso de roupas laicas simbolizou a aproximação do padre e dos seminaristas com seu povo. Essa aproximação teve como fator positivo a maior participação de leigos⁸ no âmbito da instituição religiosa.

As determinações do Concílio Vaticano II sobre as normas da Igreja e dos seminários, e a participação de parte do clero principalmente na América Latina em movimentos políticos como àqueles ligados aos ideais comunistas e às discussões em torno da Teologia da Libertação e aos princípios de aproximar a Igreja aos pobres, geraram uma profunda crise de identidade na instituição católica e concomitantemente ao seu clero. Muitos abandonaram a instituição por não estarem mais vinculados ao pensamento vigente, por perseguições morais, psicológicas e às vezes físicas concernentes as idéias que defendiam ou por aspirarem à liberalização do casamento para Padres.

Segundo Mainwaring (1989, p.33) a crise da Igreja Católica Romana no Brasil iniciou após a Segunda Guerra Mundial, sendo o resultado de uma rápida transformação na sociedade sem que o mesmo ocorresse com a Igreja acarretando assim uma série de prejuízos para a instituição; assim o mesmo afirma:

As manifestações de crise incluíram uma resistência à secularização, o alarmante crescimento do protestantismo e do espiritismo, menor comparecimento à missa,

⁸ Na Igreja Católica Romana, são considerados/as leigos/as aquelas pessoas que não possuem uma função sacerdotal, a exemplo dos padres. O conjunto de leigos/as também é referido como “laicato”.

uma crise de vocações, o crescimento da esquerda, e uma perda de influência entre as classes dominantes e entre a classe operária urbana.

A aliança com as classes populares, fortalecida nas últimas décadas do Século XX, possibilitou também um maior afastamento das classes dominantes e o Estado. Ambos os setores não conseguiram se adaptar a nova mensagem difundida pela Igreja taxando-a muitas vezes de subversiva. Em muitas situações líderes do clero foram reprimidos por causa das ideologias que pregavam, podemos destacar como exemplo, Frei Tito⁹ que foi perseguido e torturado durante a ditadura militar, tendo posteriormente se suicidado em decorrência das seqüelas da repressão.

As modificações ocorridas na Igreja Católica no contexto da segunda metade do Século XX do mesmo modo não foram totalmente aceitos por todo o clero. Alguns padres de vertente mais tradicional¹⁰ encontraram muitas dificuldades em aceitarem o novo rumo que a Igreja seguia e impuseram resistência em adotarem as mudanças implementadas pelo Concílio Vaticano II. A Igreja Católica estava em um processo de modernização e essas transformações não eram bem vistas por àqueles que não acolhiam os novos discursos defendidos pela instituição que até então se destacava pela preservação de uma tradição secular.

O Concílio Vaticano II adotou uma postura de maior aproximação com os fiéis, atribuindo ainda um importante papel ao laicato. Redefiniu a autoridade do Papa e do Bispo dentro da estrutura hierárquica da instituição, colocando o sacerdote dentro de um conjunto de práticas que ressegurasse a fidelidade do sacerdote em um conjunto de normas e situações estabelecidas.

As questões referentes ao celibato clerical rediscutidas durante o Vaticano II e a recusa do Papa Paulo VI em alterar a posição da Igreja concernente a ascese sacerdotal chamaram atenção para os limites e restrições que os líderes da Igreja Católica no Ocidente continuaram

⁹ No início da década de 1970 Frei Tito foi torturado nos porões da chamada “Operação Bandeirante”. Na prisão, ele escreveu sobre os horrores a que foi submetido. Refugiou-se em alguns países após não ter tido apoio da Igreja Católica por o considerarem um “Frade rebelde”. Traumatizado pelo que teria sofrido submeteu-se a um tratamento psiquiátrico. Seu estado era instável, vivendo uma agoniada alternância entre prisão e liberdade diante do passado. Faleceu em Lyon, Itália no dia 10 de agosto de 1974. Poucos dias antes de morrer, escreveu na sua agenda: “São noites de silêncio, vozes que clamam num espaço infinito, um silêncio do homem e um silêncio de Deus”. (Site Wikipédia, acessado em 13/05/2014).

¹⁰ Estamos chamando de tradicionais àqueles membros do clero que não aceitavam a modernização nas normas da Igreja Católica, aplicadas após o Vaticano II. E que se mantinham a favor do celibato obrigatório e não simpatizavam com a Teologia da Libertação.

a impor. Dessa forma, dentro da doutrina Cristã, o cristianismo romano tem sido o mais institucionalizado e o menos flexível das igrejas.

1.1 Articulações entre a História Cultural e a História das Religiões.

A historiografia brasileira passou por um processo de construção enquanto ciência a partir do Século XIX tendo como principais influenciadores os historiadores da Escola Francesa. O grande avanço da História se deu nos anos de 1930 do Século XX com a criação da *Escola dos Annales*, que possibilitou uma maior interação com as demais Ciências Humanas criando vínculos de interdisciplinaridade.

O grande avanço da História se deu a partir dos anos de 1970 com a chamada crise dos paradigmas. Favorecendo um maior alargamento de temas e fontes para as análises historiográficas, enriquecendo as discussões em torno da História e trazendo para discussões temas considerados até então irrelevantes como a morte, a comida, as práticas de sociabilidades, entre outros.

A crise dos paradigmas possibilitou o surgimento da denominada Nova História Cultural e assim a possibilidade de novas mudanças epistemológicas. Como o imaginário, o retorno da narrativa, as reflexões em torno da ficção, a possibilidade de se estudar a História dialogando com a Literatura, a abordagem das sensibilidades no campo historiográfico, as discussões em torno das identidades e das representações.

De acordo com Pesavento (2008, p. 39) a “representação” é um dos temas centrais da História Cultural. Essa faz os homens viverem por elas e nelas: “São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativas do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”.

A “representação” estar envolvida em processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. Além disso, as representações são intimamente ligadas com o simbólico, ou seja, levam consigo sentidos que são construídos historicamente e socialmente.

Ainda segundo Pesavento (2008, p. 41) “a força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança, e de credibilidade, e não de veracidade”. A partir da História Cultural algumas reflexões foram realizadas para pensarmos o conceito de representação. Dentre os historiadores que discutem sobre representação aportaremos às idéias de Carlo Ginzburg e de Roger Chartier.

O historiador italiano Carlo Ginzburg abordou a representação a partir de um olhar antropológico. Seja na sua mais conhecida obra *O queijo e os vermes* como também nas que vem produzindo ao longo de sua trajetória intelectual. Para esse autor, as representações são pensadas pela cultura. Em *O queijo e os vermes* ao retratar a figura de Menocchio, apresentou-o como um indivíduo das camadas populares que passou pela cultura letrada e elaborou todo um conjunto de ideias para pensar o caos e dar respostas as suas inquietações, o que resultou em sérios problemas com a Inquisição.

Refletindo sobre “representação” Ginzburg (2001, p. 85) afirmou que se “por um lado a “representação” faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”. Citando como exemplificação os manequins de cera, expostos durante os funerais dos reis franceses e ingleses que no passado representava o rei morto.

Em seu ensaio, “Representação a palavra, a idéia, a coisa,” o pesquisador buscou compreender o conceito de “representação” como imagem em sua concepção moderna. Partindo das efígies dos reis europeus, datadas do Século XIII, o autor quis demonstrar que apesar das semelhanças com as imagens romanas, existiam diferenças fundamentais entre a forma moderna e os modos anteriores de conceber a representação. O Cristianismo e a transubstanciação (a hóstia representando o corpo de Cristo e o vinho em seu sangue) tiveram papel fundamental. De acordo com Ginzburg (2001, p. 102):

A descontinuidade profunda entre as idéias que se distinguem por trás do kolossós grego e a noção de presença real salta imediatamente aos olhos. Claro, trata-se, em ambos os casos, de signos religiosos. Porém, seriam possível relacionar à eucaristia o que Vernant falou do kolossós, isto é, que, “para a sua função operatória e eficaz, o kolossós tem a ambição de estabelecer, com o além, um contato real, de realizar sua presença aqui”. À luz da formulação do dogma da transubstanciação não se pode falar simplesmente de “contato”, mas sim de presença no sentido mais forte do termo. A presença de Cristo na hóstia é, de fato, uma super presença.

A noção de representação moderna irá fundar toda nossa relação com as imagens e com a Arte. A capacidade de abstração e, ao mesmo tempo, de produzir presença através da ausência será construída, a partir da ideia da “presença real, concreta, corpórea de Cristo no Sacramento” Ginzburg (2001, p. 103). Proclamada pela teoria da transubstanciação, será possível “entre o fim dos Duzentos e o princípio dos Trezentos, a cristalização do objeto extraordinário de que parti, até fazer dele o símbolo concreto da abstração do Estado: a efígie do rei denominada *representação*”¹¹.

¹¹ Grifo do autor.

Ginzburg nos alertou para que não sejamos dogmáticos o bastante para pensarmos representação como presença concreta, pois devemos ter atenção às descontinuidades entre práticas e representações, pois nem toda prática é representada.

Outro grande historiador que abordou a questão da representação foi o francês Roger Chartier. Este efetivou o debate no campo da História. Assim como Ginzburg, afirmou que toda representação ocorre em um universo cultural. No entanto abordou o conceito de “representação” a partir de um viés semiológico. A “representação” se dá em um determinado lugar e acaba gerando outras representações, ou seja, uma coisa que é criada acaba sendo geradora de outras coisas. Em Chartier, as representações são causadoras de práticas. Ginzburg definiu representação como substituição da coisa ausente e visibilidade da coisa presente, enquanto Chartier falou em representação como a ausência do que representa e presença de algo ausente, via representação.

Por outro lado, as representações demonstram uma presença nas apresentações públicas de si mesmo. O referente e a sua imagem precisam se identificar, a aparência deve ser tomada pelo ser. Esses postulados revelam uma potencialidade explicativa com relação à teatralização da vida no Antigo Regime. Aqui a representação de si devia transformar-se em máquina de fabrico de respeito e submissão.

Nossa aplicabilidade do conceito de “representação” será abordada a partir do viés semiológico de Chartier, em que buscaremos analisar como a Diocese do Crato através de seu jornal *A Ação* apresentou aos seus paroquianos as notícias sobre a crise dos padres, em consonâncias com o pensamento da Santa Sé. Dessa forma, os recursos midiáticos da Diocese cratense, enquanto lugar de produção de discurso representava os ditames da mais alta cúpula clerical fazendo-se presente àquilo que se encontrava ausente, como nos demonstrou Chartier (1990, p. 20):

a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de alguém.

De acordo com o exposto o que caracteriza a “representação” é mostrar algo que não se encontra presente. Nosso objetivo ao tomar de empréstimo as reflexões de Chartier foi procurar perceber como as determinações da Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* se fizeram presentes no clero cratense, mesmo estando ausentes. Percebemos essa tentativa de presensificar um ausente a partir da análise de algumas reportagens do jornal católico *A*

*Ação*¹². A História Cultural oferece uma grande contribuição à História das Religiões no que diz respeito à aplicabilidade de conceitos, em nosso estudo utilizaremos suas reflexões para pensarmos sobre representação e identidade.

Nos últimos anos presenciamos uma vasta discussão acerca da identidade em diversas áreas do conhecimento. De acordo com Hall (2005) “a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”. Toda identidade é articulada e relacional ela nos diz sobre nós mesmos e aos outros. Faz referência a uma afirmação e uma negação, ou seja, são construídas por meio da diferença. Eu sou mulher porque não sou homem, sou cearense porque não sou baiana, e assim sucessivamente.

As identidades são construídas dentro de discursos e necessita ser cultivada. Vivemos constantemente nesse processo. Na modernidade tardia as identidades tendem a serem fragmentadas (idem, p.108)

As identidades não são nunca identificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Utilizar a religião como objeto da História só nos foi possível a partir das transformações ocorridas nesse campo de estudo nos últimos anos. Gomes (2002) afirmou que até o Século XIX a História das Religiões se interessava pela análise das crenças dos povos primitivos na busca de se encontrar as raízes de uma única religião. Com as mudanças implantadas na forma de se analisar esse palco que se apresenta tendo a religião como objeto, chegou-se a conclusão de uma infinidade de conceitos e apropriações sobre a Religião, adquirindo várias significações de acordo com a cultura e as mentalidades nas quais se desenvolve e se apresenta.

De acordo com o pensamento de Gomes (2002) a história religiosa deve ser encarada como uma disciplina específica não podendo ser diluída numa história econômica ou social. O campo religioso é um lugar relevante dos conflitos sociais e não apenas de ordenamento da vida dos fiéis. Nesse sentido estaria vinculada à História Cultural (idem, p. 17):

¹² Analisemos o Jornal *A Ação* no segundo capítulo.

Esta vigilância epistemológica impõe-se, mas propensa a considerar a história religiosa como indissociavelmente articulada com a História Cultural, respeitada as devidas mediações. Nesta maneira de fazer História religiosa, permanece todavia inteira a perspectiva que encara o fenômeno religioso como um objeto com consistência própria e não inteiramente redutível às leituras propostas pelas ciências humanas.

Gomes (2002) afirmou ainda que as relações entre História Cultural e história religiosa são complexas e que atualmente a História Cultural se destaca pela sua onipresença, ou seja, a sua metodologia e os seus conceitos estão sendo utilizados para se pensar em novos objetos, problemáticas e novas abordagens para se refletir sobre assuntos antigos. Dessa forma a História Cultural é retratada na contemporaneidade como um oráculo que dar respostas sobre todos os assuntos. Portanto, interpretá-la dessa forma é assumir riscos:

As relações entre história cultural e história religiosa são complexas. As duas disciplinas tiveram, cada uma no seu ritmo próprio, a sua evolução. A história religiosa conheceu no último meio século um importante desenvolvimento, adquirindo, na medida em que saía das esferas confessionais e eclesiásticas, uma forte legitimidade científica e universitária. A história cultural desenvolveu-se depois da História religiosa, em certos casos por iniciativas de historiadores que praticavam as duas disciplinas. Na atualidade, não poucos historiadores desejam englobar a história religiosa na história cultural. Esta estrita imbricação não tem aceitação unânime. (Gomes 2002, p. 18)

Para o autor, apesar das discussões entre História Cultural e história religiosa não serem bem vistas por todo o meio intelectual, essa articulação não é maléfica, pois no Brasil essa imbricação vem sendo utilizada no âmbito acadêmico influenciada pela tradição universitária francesa. Tradicionalmente a história religiosa aceita boa parte dos discursos científicos sobre o fenômeno religioso.

1.2 A Igreja Católica no Brasil e no Crato – CE.

O Cristianismo ancorou no Brasil com a chegada dos portugueses em 1500 e lançou raízes na sociedade desde o primeiro momento de interação entre colonizadores e habitantes indígenas. Durante o período de colonização, ordens e congregações religiosas assumiram serviços nas capelas e paróquias recém criadas, na educação nos colégios, a evangelização do indígena e inseriu-se na vida da colônia.

De acordo com Fernandes (2006) o principal papel dos Jesuítas ao chegarem ao Brasil foi transformar os indígenas em “gente” e depois convertê-los em cristão, além de acalmar os

colonos. Como a população colonial estava se misturando com os indígenas mantendo relações consensuais a Igreja e a Coroa, os religiosos se sentiram no dever de salvar as almas dessas pessoas. Para isso os Jesuítas escreveram ao Rei de Portugal pedindo para que mandassem mulheres adequadas ao casamento e para satisfazer as necessidades do colonato deveriam ser brancas, católicas e virgens.

Como a demanda de mulheres com essas características que aceitavam se aventurar nas terras do novo mundo era em número reduzido foram enviados vários tipos de mulheres, mesmo prostitutas, ou àquelas consideradas como tais tendo em vista que de acordo com os princípios morais cristãos a mulher que iniciasse uma vida sexual antes do casamento era considerada como “perdida” ou prostituída. Dessa forma, muitas mulheres, inclusive de famílias abastadas, foram enviadas à colônia para contrair um casamento e assim limpar a honra da família que caberia ao corpo feminino a guarda da moral e dos bons costumes da sociedade patriarcal cristã. A exigência era que essas moças fossem brancas e católicas, atendendo assim a preocupação jesuítica de manutenção da cor da pele e da permanência do catolicismo como símbolos do poderio da colônia.

Dessa forma, ser padre no Brasil colonial não era ser índio ou negro, mas ser branco. Acreditava-se que era impossível a ordenação desses representantes étnicos por estes não serem capazes de cumprir a disciplina do celibato e também manter o estereótipo de que esses grupos são considerados inferiores biologicamente e principalmente intelectualmente. Mantinham-se assim os preceitos coloniais de oprimir e escravizar esses sujeitos considerados “baixos”. O representante do Deus cristão deveria compor os mesmos traços étnicos e morais do grupo sagrado que divulgavam. O Cristo, Maria, os apóstolos, os santos e os anjos eram todos apresentados como seres que tinham os mesmos traços físicos e éticos dos europeus. A brancura da pele significava a pureza da alma. Assim, ideologicamente se legitimava e sacralizava a exploração impostas aos “negros da terra” e aos negros da África.

O pecado, o demônio, o inferno e tudo aquilo considerado negativo, perverso e selvagem era ligado ao outro, ao desconhecido do grupo dominante, no caso, ao mundo europeu colonizador. O encontro de mundos tendo o território brasileiro como palco identificou as religiões de origens africanas e as práticas religiosas indígenas como rituais subversivos e ligadas ao demônio. Os ritos mágicos executado por negros e índios eram vistos com conotações negativas e estereotipadas.

A Igreja Católica Romana ao se inserir no cenário brasileiro no período colonial passou a adotar uma postura de evangelização em que se pregava a total obediência à cúpula romana. Na vinda para as terras do novo mundo o grupo de missionários religiosos era

diverso, assim como não era homogênea suas intenções na colônia. Existiam àqueles que almejavam o trabalho de catequese seguindo os preceitos religiosos fielmente, e havia também os que viam na possibilidade de morarem nas terras recém conquistadas, como uma forma de fuga da vigilância da hierarquia católica e aqui cometer desvios do celibato obrigatório exercendo sua sexualidade de forma ativa, mantendo relações consensuais e tendo filhos. Não é que essa prática não fosse realizada na Europa, mas estando em terras distante a repressão aos padres casados seria dificultada e a sensação de liberdade seria maior.

Na prática da vida religiosa estava incutida a ascese celibatária baseada na castidade. Entretanto, a vivência do celibato não foi praticada por todos e os desvios era algo recorrente na colônia. Paradoxalmente ser padre na época do Brasil colonial quase sempre era não ser celibatário. De acordo com Silva (2008, p. 48):

Padres namoravam se casavam e tinham filhos à vista de todos. No século XVIII, por exemplo, o padre Miguel Rego, do bispado do Maranhão, “vivia amancebado há bastantes anos com público e notório escândalo com quatro ou cinco filhos”, segundo os registros inquisitoriais.

Eram comuns padres que mantinham o concubinato com mulheres no período colonial tendo filhos e constituindo família. Popularmente se comungou em repetir a frase “feliz igual a filho de padre”, fazendo alusão a sorte que os filhos de padres possuíam por serem muitas vezes prestigiados e conseguirem uma posição social favorável por causa de sua descendência. Os filhos tinham excelentes empregos públicos e as filhas arranjavam um bom casamento geralmente com famílias abastadas.

O Concílio de Trento (1545-1563), cujas normas foram aplicadas no Brasil teve como tema central a realização da penitência como forma de purificar os pecados e o cuidado para com o sexo como tema central para modificar o clero e sua vivência na observância do celibato. No entanto é difícil calcularmos o número de padres que eram sexualmente ativos ou que viviam com mulheres. Devido à escassez de sacerdotes no território brasileiro e a falta de vigilância por parte da Igreja e até mesmo dos fiéis era normal o clérigo constituir família.

A prática celibatal não incorria na manutenção da castidade. Ser solteiro não significa necessariamente ser casto. A vigilância da manutenção do celibato muitas vezes passava de forma despercebida, sendo apenas percebida quando o padre comunicava seus desvios oficialmente que este se tornava punido. A punição aplicada era a perda do direito do exercício das atividades eclesiásticas. O punido não deixa de ser padre, pois de acordo com a

ordem de Melquisedec “Tu és sacerdote para sempre” (Salmo 110), mas não mantinham suas atividades de Ministro da Igreja.

De acordo com o Direito Canônico (1983, p. 17) o sacerdote é desligado da instituição caso tenha perdido a fé, o estado clerical ou casado.

Cân. 194 § 1. Fica *ipso iure* destituído de um ofício eclesiástico: 1º- quem tiver perdido o estado clerical; 2º- quem tiver abandonado publicamente a fé católica ou a comunhão da Igreja; 3º- o clérigo que tiver tentado o matrimônio, mesmo só civilmente.

Para Priore (2004) as Constituições Baianas de 1707 teve como finalidade principal estabelecer regras mais severas para o clero brasileiro, tendo em vista o grande número de acusações contra os sacerdotes do Brasil¹³ que estavam cometendo uma série de delitos contra a vivência do celibato consagrado. Além da disciplina da prática clerical, ressaltamos também as tensões sociais que emergiam nesse momento no cenário colonial sendo um dos fatores inflamadores a exploração aurífera e a alta carga tributária. As autoridades eclesiásticas do reino exerciam seu controle sobre a vida religiosa, intelectual e moral de toda a sociedade colonial. Dentre os instrumentos de controle, havia o Tribunal do Santo Ofício e a vigilância aterrorizante da Inquisição. A Inquisição enviava de vez em quando representante seus à colônia, eram os visitantes, agentes da fé para vigiar comportamentos dos luso-brasileiros e dar início a processos contra aqueles cujo comportamento fosse considerados condenáveis.

Dentre as normas para santificação do clero brasileiro, Priore (2004) destacou: o impedimento do padre em realizar passeios à noite, comer e beber em tavernas, assistir a apresentações teatrais e participar de festas, principalmente as carnavalescas, não participar de jogatinas, não exercer a medicina ilegal e principalmente caberia ao sacerdote obedecer a uma perfeita castidade mantendo assim a obediência ao celibato consagrado.

Entretanto, a religiosidade popular que adotara várias práticas recusadas pela Igreja oficial teve grande aceitação no cenário do Brasil colonial. De acordo com a hierarquia do catolicismo os defeitos mais graves estavam inseridos nos padres que continuavam adotando posturas que desvinculavam os ministros clericais da santidade.

¹³ Não podemos esquecer que durante todo o período colonial e se estendendo até a República e a Constituição de 1891, o Brasil vivia sob o Regime do Padroado cabendo ao Estado decidir assuntos relacionados à Igreja. Outro ponto relevante é que o número de padres seculares era mínimo, a grande maioria do clero brasileiro naquele momento era composta pelos padres regulares, estes seguiam os preceitos da Ordem a qual pertenciam. Assim sendo, nem sempre as determinações de uma Província seriam seguidas pelas demais, e possivelmente as Constituições Baianas não fora acatada por todo o clero brasileiro.

Historicamente os padres brasileiros se mostram resistentes com relação à vivência do celibato consagrado por causa da exigência de manter-se casto. Nesse sentido coube aos líderes da Igreja Católica Romana no Brasil adotar uma postura de manutenção da disciplina eclesiástica. Pois de acordo com Serbin (2008, p. 29), a identidade católica e o modelo da Igreja estavam fortemente ligados à identidade do padre, nesse sentido a criação dos seminários como espaço de preparação para o sacerdócio viabilizaria a construção de um grupo clerical mais voltado aos princípios morais e a manutenção do celibato consagrado:

Com os seminários, os bispos esperavam transformar os clérigos mundanos, politizados e sexualmente ativos em um quadro de pastores socialmente superiores, essencialmente apolíticos e moralmente irrepreensíveis. A Igreja supunha que um clero reformado favorecia a unidade institucional e a obediência aos ditames religiosos, políticos e sociais da hierarquia. O plano era mudar o modelo de sacerdócio e diferenciar os padres do resto do vulgo. Com esse objetivo a Igreja isolou os seminaristas dos pretensos perigos do mundo exterior e impôs o controle sobre seu comportamento espiritual, físico e emocional.

Ainda de acordo com o mesmo autor (idem, p. 31) essa disciplina adotada em finais do Século XIX acaba falhando, pois, a atividade missionária findava hesitando com o passar do tempo e os padres tornaram-se mais distante do povo. Além disso, “outro fator influenciou no processo de falha da postura disciplinar adotada pela Igreja, vindo a prejudicá-la enquanto instituição esse pode ser elencada através do não afastamento dos padres que cometeram transgressões sexuais”. Tais desvios se relacionavam ao não uso da prática celibatal. Essa omissão da Igreja provocou tensões entre os fiéis e aos próprios sacerdotes, pondo em ênfase sua credibilidade.

Para alguns clérigos e até entre os leigos a abstinência sexual implicaria na santificação do ser. O religioso que se mantivesse casto tinha um status superior e se aproximava do divino se assemelhando ao Cristo. Visto como um exemplo de santidade e pureza na comunidade, o padre deveria obedecer às regras morais impostas pela alta cúpula da instituição á qual pertencia e mantendo atitudes hostis com relação à sexualidade.

No entanto o descaso contra a vivência do celibato era generalizado e se intensificava. No Crato-CE existiam cinco padres com famílias numerosas. O Padre José Martiniano de Alencar conhecido principalmente por sua participação no cenário político nordestino teve em torno de dez filhos, sendo um deles o célebre escritor José de Alencar.

O Século XIX foi palco das transformações impostas ao clero brasileiro. Enquanto se discutia sobre a construção dos seminários para a formação intelectual e moral dos futuros

sacerdotes, para melhor atender aos fiéis e manterem a observância da disciplina do celibato pelos ministros da Igreja, por outro lado, um grupo de padres que contestavam o celibato e que possuíam um grande prestígio social na política imperial se mobilizou para que a vivência de tal prática fosse opcional e não obrigatória. O Padre Feijó atuou publicamente contra o celibato consagrado nos primeiros anos do Império. E juntamente com um grupo de religiosos apresentou várias propostas para por fim à obrigatoriedade da ascese clerical.

Ao final foi acusado de detrator dos princípios morais, herege e traidor da Igreja. Apesar de terem sido derrotados o grupo de Padre Feijó criou um precedente histórico. Os ecos da campanha contra a obrigatoriedade do celibato clerical foram sentidos nos anos de 1960 e 1970. O que se discutia novamente era o tipo de sacerdócio que deveria ser aplicado no Brasil. Mais uma vez a Igreja Católica estava sentindo os efeitos dos desvios da disciplina imposta aos seus representantes.

Analisando as contribuições de Tomaz de Aquino na renovação da moral cristã, Vidal (1978, p. 97) afirmou que “o teólogo cristão vem sendo utilizado nos vários momentos da Igreja em que busca uma mudança em sua teologia moral”. Identificamos o Concílio Vaticano II como um dos momentos mais recentes em que a instituição religiosa se apresentou como estando aberta as mudanças de ordem moral. No entanto tais transformações se restringiram ao campo administrativo e devocional, não abrangendo a vida do sacerdote e a vivência plena de sua sexualidade.

Retomando Tomaz de Aquino concordamos com o pensamento de Vidal (1978) de que os princípios morais da instituição religiosa se ligam aos valores dos fiéis criando uma consciência moral comum. Estando a comunidade sujeita a valores morais, pode-se e tem-se de falar em uma consciência moral comunitária. Também é preciso admitir um pecado comunitário ou coletivo.

Nesse sentido, vale enfatizarmos o Cariri cearense que se destacou pelo forte catolicismo impregnado ao longo dos tempos. Em seu espaço percebemos práticas religiosas antigas como as irmandades de penitentes, festas de pau da bandeira para dar início aos festejos de padroeiros e as romarias em homenagem a Nossa Senhora das Dores e ao Padre Cícero. Em decorrência desse contexto muito se tem estudado e analisado em seus mais variados aspectos. Sobre tais temas se debruçaram artistas, intelectuais, memorialistas, dentre outros. Nossa pesquisa é uma contribuição pelo seu ineditismo, pois não se estudou até então sobre a crise dos padres no espaço ora analisado o que torna tal reflexão extremamente importante nos estudos acadêmicos sobre o cariri cearense.

Um dos fatos mais marcantes do cenário cariense foi o caso envolvendo um suposto milagre empreendido por Padre Cícero, no final do Século XIX. Juazeiro do Norte-CE, anteriormente distrito do Crato teve como mito de origem o “milagre da hóstia”. Esse acontecimento possibilitou o aparecimento de um conjunto de narrativas envolvendo o encontro íntimo do sangue de Cristo com o Padre Cícero, entornado na figura da Beata Maria de Araújo. Tal evento desencadeou uma série de polêmicas e uma aderência de práticas religiosas em torno do sagrado. No caso padre Cícero, este se tornou ícone representante de Deus no imaginário de seus fiéis e em alguns casos até o próprio Cristo. Observamos tal assertiva nos escritos de Neto (2009, p. 05) quando analisou a crença dos romeiros de Padre Cícero:

Nasceu de novo, na cidade do Crato, interior do Ceará. Cristo retornou na forma de um bebê sertanejo, com traços nitidamente caboclos, mas de cachinhos dourados e olhos azuis. O Menino Jesus redívivo chegou dos céus em meio a uma explosão de luz, com a força de mil sóis, no meio do sertão. Foi trazido por um anjo de asas cintilantes, que na mesma hora levou embora a filhinha recém-nascida de uma católica fervorosa, a cearense Joaquina Vicência Romana, mais conhecida como dona Quinô. De tão intenso, o clarão deixou a mulher temporariamente cega, bem na hora do parto, o que a impediu de perceber a troca das duas crianças. Como sinal de que era um iluminado, o menino santo acabava de regressar ao mundo em um 24 de março, véspera da data em que se celebra a Anunciação de Nossa Senhora, exatos nove meses antes do Natal. Para muitos dos milhões de peregrinos que chegam hoje a Juazeiro do Norte, essa é a verdadeira história do nascimento do padre Cícero. Ele seria a reencarnação do próprio Cristo.

Com Padre Cícero verificamos a construção de uma identidade sacralizada em torno do seu ofício. Um sacerdote tão “santo e puro” que fora responsável pela formulação de um milagre. Além dessa identidade erigida em torno do “santo do Nordeste” temos também a sua identidade de chefe político de Juazeiro do Norte. A partir de sua entrada no cenário político cariense, Juazeiro do Norte se erigiu enquanto cidade e evoluiu de tal forma que hoje é considerada uma das cidades do Ceará mais importantes economicamente. Há afirmativas desse fato ser o verdadeiro milagre do Padre Cícero.

Para Woodward (2000, p.09) “a identidade é relacional, marcada pela diferença e por meio de símbolos”. Assim a identidade do sacerdote católico é assinalada por um conjunto de normas e práticas que o diferem dos demais membros do grupo social. Ele se destaca por estar envolvido com os símbolos sagrados que representa.

Hall (2011) afirmou que na atual conjuntura do mundo moderno as práticas culturais do lugar em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Conforme Silva (2005, p.89) “[...] a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a

sistemas de representação”. Sendo que tais identidades são formadas e transformadas no interior da representação.

Observando os símbolos religiosos do Cariri cearense no contexto dos séculos XIX e XX percebemos uma série de ícones formadores de sua identidade religiosa. O Seminário São José fundado em 1875 tinha como missão a formação de novos religiosos o que deu a cidade do Crato- CE condições requeridas para a construção de uma Diocese, como forma de viabilizar a administração paroquial na região.



Mapa da Diocese do Crato, extraído do blog do Crato em 03/03/2014

Fundada em 20 de outubro de 1914 a Diocese do Crato foi criada pela Bula “*Catholicae Ecclesiae*” promulgada pelo Papa Bento XV e tendo como primeiro Bispo diocesano Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva.

Enquanto esteve à frente da Diocese viabilizou uma série de ações em torno da educação e da pastoral das vocações, criando inclusive o jornal *A Região* cuja função era noticiar os eventos da religião católica na região, e para orientação da vida das paróquias criou o Boletim Eclesiástico. Percebemos desde a sua fundação uma preocupação da Diocese do Crato-CE em viabilizar uma imprensa cristã, preocupada em repassar os ditames da

religião católica como também de atrair novos membros para o corpo clerical. Essa ação da Igreja Católica no espaço que analisamos é detectado durante todo o Século XX.

O segundo Bispo da Diocese do Crato-CE, Dom Francisco de Assis Pires, ficou conhecido como o Bispo da caridade pela sua aproximação com os pobres, principalmente a partir da seca de 1932, quando o Crato abrigou um campo de concentração¹⁴ de aproximadamente 30 mil flagelados. Em seu bispado assumiu uma postura de caridade para com os mais necessitados socialmente. Percebemos suas ações de aproximação com os leigos, em especial com os pobres, como uma das atuações defendida por alguns setores progressistas da Igreja Católica Romana no Brasil nos anos de 1960 e 1970.

Nesse sentido observamos Dom Francisco, de acordo com os discursos sobre seu bispado como um membro clerical que se antecipou as discussões pós Vaticano II? Talvez não. Constatamos mais uma vez a preocupação da Diocese do Crato-CE em comandar os discursos da mídia. Assim como seu antecessor, Dom Francisco criou um jornal, o *Boletim de Ação Católica*, que tinha como principal objetivo apresentar artigos evidenciando a moral e a família cristã e cujos exemplares da década de 1960 e 1970 utilizamos na atual pesquisa. Nossa intenção é identificar como a Igreja Católica no contexto do Cariri cearense se utilizou da imprensa para divulgar seus discursos no que concerne às normas do Concílio Vaticano II e legitimar o sistema político vigente. Ao analisar o jornal *Ação* nossa intenção é problematizar a ideologia defendida pelo principal meio de comunicação do catolicismo no Crato-CE, observando suas intencionalidades.

Após a morte de Dom Francisco, o ministério episcopal ficou a cargo de Dom Vicente de Paulo Araújo Matos até 1992. Sendo o Bispo que mais tempo comandou a Diocese do Crato-CE, transcorrendo inclusive momentos importantes da história política brasileira e da própria Igreja Católica. Foi o Bispo do Concílio Vaticano II, da época em que se discutia a Teologia da Libertação e que no Brasil se vivenciava a Ditadura Militar.

¹⁴Os campos de concentração no ceará, também conhecido como os “campos do governo” se fizeram presentes nas secas de 1915 e 1932. O objetivo desses campos era evitar que os retirantes do interior alcançassem à capital, Fortaleza, trazendo “o caos, a miséria, a moléstia e a sujeira”, como informavam os boletins do poder público da época. Nesses campos as pessoas ofereciam sua força de trabalho em troca de um prato de comida, que era oferecido como uma espécie de ração. O descuido do poder público para com essa gente e as epidemias que assolaram esses campos acarretou em um grande número de mortos.

No bispado de Dom Vicente o jornal *A Ação* passou por um processo de transformação. De acordo com Armando Rafael¹⁵ e Humberto Cabral¹⁶ o Bispo percebeu que o jornal não era tão vendável porque não era atrativo. Diante disso, a partir de 1968 modificou a equipe editorial convidando uma equipe de jovens que trabalhavam em rádios da cidade e que comandava pequenos jornais da região. A equipe tinha como diretor geral o Padre José Honor e os jovens Antonio Vicelmo, único jornalista da equipe, Armando Lopes Rafael, José Emerson Monteiro e Pedro Antonio Lima Santos. A nova equipe editorial tinha como função modernizar o *A Ação* escrevendo artigos que retratasse a política, a cultura, a economia, entre outros assuntos e que elencasse nas páginas do jornal notícias que valorizassem os “de baixo”, ou seja, as pessoas menos favorecidas socialmente.

O chanceler da cúria diocesana afirmou que a equipe passou a criticar a prefeitura da cidade do Crato e a parabenizar os aniversariantes que trabalhavam em cafés da cidade. A aproximação do jornal com o “povão” e as críticas lançadas a prefeitura fez com que a nova equipe editorial fosse acusada de comunistas. De acordo com os nossos informantes o Bispo Dom Vicente não acreditou nas acusações e respondeu que confiava na equipe e em Padre José Honor. A partir da década de 1960 com as reformulações editoriais o jornal *A Ação* passou a ser vendido por um preço irrisório. A vendagem acontecia em bares, praças e cafés do Crato e da cidade de Juazeiro. Aos padres o jornal era entregue gratuitamente.

O jornal *A Ação* era impresso em uma gráfica pertencente à Diocese do Crato e, segundo nossos informantes apresentava excelente qualidade. Na época era editado além do *A Ação* o jornal *A Região*. Semanalmente era impresso aproximadamente 1000 exemplares do *A Ação* que era distribuído na região do cariri cearense e em todas as Dioceses do Brasil. Os exemplares também eram enviado para os assinantes que não moravam no Crato, mas que residia em Pernambuco, Paraíba e demais Estados brasileiros. Na época o *A Ação* participou de uma exposição em Paris e foi bastante elogiado. Chegou ao auge de vendas e credibilidade, assim como Dom Vicente esperava que acontecesse com as mudanças implementadas na equipe e na estrutura do jornal.

Sendo o principal meio de comunicação da região do Cariri cearense o jornal *A Ação* era produzido pela Igreja Católica para ser consumido pela elite cratense. A voz da Região cariense era o *A Ação* porque os jornais de Fortaleza, por exemplo, demoravam dias para chegar ao Crato assim sendo, as notícias eram produzidas em um meio elitizado para informar

¹⁵ Participou da equipe editorial do *A Ação* nas décadas de 1960 e 1970 e atualmente é o chanceler da Cúria diocesano do Crato-CE.

¹⁶ Foi editor do jornal *A Ação* durante 25 anos.

a própria elite de forma que a ideologia reinante, apesar da valorização dos “de baixo” como afirmou nossos informantes, era a de direita.

A Ditadura Militar para a Igreja Católica Romana no Cariri cearense foi vista como a grande “Revolução” que livrou o Brasil de um golpe contra a democracia. Observamos isso a partir de uma reportagem em que se comemorava o aniversário de ascensão dos militares ao poder. O artigo tem como título “Saldo da Revolução¹⁷”:

Estaremos vencendo este mês um ano da vitória da Revolução de 31 de março. Dia a dia, cresce, nos espíritos equilibrados, a convicção da oportunidade do movimento que se deflagrou em Minas Gerais, contagiando toda a Nação que vivia sufocada, asfixiada pela onda de corrupção cívica daqueles que governam o País. (...) a Revolução triunfou, não apenas depondo os principais chefes da baderna como criando um clima de autentica democracia, restabelecendo a ordem e a confiança.

Ao interpretar o Golpe de 1964 como um ato positivo e heróico a Igreja Católica no Cariri cearense se apresentava como defensora da prática política em vigência legitimando, através da imprensa cristã, os ditames da Ditadura Militar. Percebemos que sua principal preocupação era afastar as ideias comunistas no contexto brasileiro, da segunda metade do Século XX. Ao longo do bispado de Dom Vicente ficou evidente que uma das metas das reportagens do jornal *A Ação* era eliminar do cenário caririense os defensores do comunismo através de discursos alarmantes e carregados de estereótipos.

De acordo com Monsenhor Montenegro (1999), pesquisador da Cúria Diocesana do Crato-CE, desde sua fundação a Diocese era excessivamente pobre e coube a Dom Vicente, ainda enquanto Bispo Auxiliar desencadear uma campanha para arrecadação de fundos visando constituir o patrimônio da Igreja na região. A lógica era que se todos são paroquianos, deveriam atender aos seus apelos, e dessa forma em pouco tempo foi coletado uma soma suficiente para constituir um patrimônio considerável. Ressaltamos ainda que de acordo com Monsenhor Montenegro (idem) Dom Vicente foi o Bispo da Ação Social, do cuidado para com os pobres.

Ainda de acordo com o autor (Idem, p. 153) Dom Vicente em seu apostolado durante e pós – Concílio Vaticano II buscou realizar os ditames da Santa Sé, concernente a manutenção da fé e a identidade cristã:

E na Igreja do Crato, durante o Concílio e a era pós-concílio, nota-se um renovado esforço missionário, em que a obra pastoral aparece num florescimento de iniciativas construtivas, procurando conscientizar a todos o valor, a grandeza e a

¹⁷ Jornal *A Ação*, 08 de março de 1965, pág. 01.

riqueza do Mistério da fé, sem o qual o cristão perderia sua identidade, a sua cidadania no céu e a confiança da Igreja de Deus.

Em crônica para homenagear Dom Vicente, divulgada em agosto de 1999, Napoleão Tavares Neto o intitulou de Bispo dinâmico e responsável por uma revolução na Diocese do Crato-CE. Sua administração foi palco de conquistas e benefícios em prol do seu Bispado.

Assim, o contexto do Século XX foi marcado no Crato por uma série de criação de símbolos identitários visando construir no imaginário dos fiéis a imagem de uma Diocese e de uma administração episcopal, se estendendo também ao grupo de sacerdotes, marcado pelo sagrado. Os representantes do clero cratense são acima de tudo, na visão apresentada ao público, representantes do divino.

Ligados ao sistema vigente, seja no que diz respeito aos ditames da cúpula clerical referentes às normas do Vaticano II que foram amplamente aceitas, seja concernente ao sistema político e no caso a Ditadura Militar no Brasil, a cidade do Crato apresentou nos anos de 1960 e 1970 um corpo clerical aparentemente despolitizado e obediente a Santa Sé. Mas defendo aqui que a sua “identidade clerical”, no entanto, era maquiada, camuflada e forjada. Enfatizava-se um tema para se encobrir outro.

Os discursos apresentados pela oficialidade do clero e pela historiografia da segunda metade do Século XX apresentam a manutenção do celibato consagrado como a principal motivação para a deflagração da crise de identidade entre os padres e do abandono destes, juntamente com seminaristas da Igreja Romana após o Concílio Vaticano II. Acreditamos que não foi apenas isto, pois ao analisarmos o contexto político e ideológico do período em questão percebemos uma forte campanha da instituição religiosa contra o comunismo e que alguns clérigos simpatizavam com os ideais de sociedade igualitária enquanto sistema político.

Constatamos também a elevação da Teologia da Libertação como pensamento e prática sociopolítica e tais anseios não foram tão bem aceitos por todos os setores da Igreja. Àqueles de visão mais tradicionais não interpretavam com bons olhos tais preceitos. E alguns sacerdotes foram perseguidos por ideologizar uma aproximação maior da Igreja para com os pobres e com os trabalhos de auxílio social. Verificamos ainda no contexto da segunda metade do Século XX uma difusão dos discursos e das normas condizentes com os códigos da Modernidade. Pregava-se liberdade e adesão aos movimentos sociais.

Acreditamos que as motivações para a crise dos padres não foi à manutenção da ascese celibatária como regra a ser seguida, porque os desvios cometidos contra o celibato é prática

recorrente desde sua instauração, como a constituição de família por alguns membros clericais sem pedirem desligamento da instituição. Enquanto as esposas e os filhos dos padres se mantiverem na clandestinidade isso nunca foi problema para o afastamento. Defendemos a idéia de que o momento de crise foi influenciado pelo contexto político e ideológico da época e que a manutenção, por parte da Igreja Católica Romana, de um discurso que afirma ser o celibato o principal problema foi uma forma de camuflar a realidade. Legitimava-se um discurso para se encobrir outro que não era do seu interesse revelar.

1.3 O celibato como construtor da identidade clerical.

Possivelmente um dos fatores de crise para vivência do sacerdócio seja a obrigatoriedade do celibato religioso. Este foi instituído pelo Concílio de Elvira em 306, mas somente no I Concílio de Latrão (1123) se estabeleceu a obrigatoriedade da castidade consagrada para todo clero latino, apesar das resistências. No Concílio de Trento (1545-1563), o celibato foi confirmado como regra inquebrantável e àquele que descumprisse tal obrigação seria desligado das funções ministeriais e até excomungado. Desde o Século XII, essa proibição vem sendo repetida por cânones subsequentes, mantendo-se até os dias atuais.

O celibato está diretamente relacionado com a construção da identidade do sacerdote católico aportado nas representações da vida de Cristo e dos apóstolos. Após o Século XII, o ideal de pureza dos clérigos fundamentou e fortaleceu o discurso eclesiástico de autoridade e supremacia da Igreja perante os laicos e outras religiões. Fazer uma reflexão sobre suas origens, a institucionalização e a extensa permanência do celibato é essencial para percebermos como a religião católica romana se mantém inflexível com suas normas, apesar dos discursos e vivências da Modernidade.

A Igreja Católica enquanto instituição não acompanhou a evolução dos tempos e se mantém firme nos preceitos ligados à prática do celibato, o moralismo sexual, a proibição de métodos anticoncepcionais, entre outras regras que existem como forma de disciplinar o seu clero e os fiéis, mas que na prática a realidade se mostra de outra forma. O discurso religioso apresenta um povo e um clero assexuado, por exemplo, mas na realidade as normas não são todas seguidas. Os preceitos são burlados e reinventados cotidianamente, pois dentro do catolicismo existe uma rotina de resistências às regras para sua própria sobrevivência.

O celibato obrigatório fortaleceu a hierarquia da Igreja Católica no Século XII, se mantendo como ícone gerenciador até a atualidade. De acordo com Silva (2008) a recusa do modelo celibatário é responsável pelo afastamento de milhares de clérigos do ministério na

segunda metade do Século XX, especialmente após o Concílio Vaticano II (1962-1965), que estimulou a formação dos primeiros grupos de padres casados, sobretudo no Brasil.

Diferentemente de períodos anteriores em que os sacerdotes ao contraírem casamento não se desvinculavam da Igreja mantendo a sua família muitas vezes na clandestinidade, o Brasil dos anos de 1960 e 1970 foi palco de uma mudança nas atitudes do clero que preferiram casar. Estes se uniram e formaram grupos de resistência contra a obrigatoriedade do celibato. Citamos o caso de Padre Feijó que abriu um precedente para as discussões sobre o tema, no entanto o grupo de padres que se rebelaram contra a prática do celibato obrigatório no Século XIX não teve tanta repercussão e evasões como ocorreu nos anos 60 e 70 do Século XX. Os padres do período mais recente, além do apoio da mídia leiga também tiveram como suporte a adesão de fiéis que se sustentavam nos discursos modernizantes.

Nossa inquietação é refletir sobre os motivos que influenciaram tais evasões. Se antes os padres casavam e aparentemente estava tudo bem, por que no contexto da segunda metade do Século XX resolveram se rebelar e sair da instituição quando se casavam? Por que essa mudança de comportamento? Será que tal motivação era apenas o casamento ou existiriam outras não divulgadas? Será que a Igreja não estaria camuflando algo que queria esconder?

Nossa interpretação sobre tal contexto está vinculada ao momento político-ideológico no Brasil. Esse momento foi marcado pela Ditadura Militar e alguns setores da Igreja apoiaram o Golpe de 1964, intitulando-o inclusive como “revolução”. Temos conhecimento também da preferência de alguns setores da Igreja pela aproximação com os pobres e pela justiça social.

De acordo com Coutrot (2003, p.331) “as ligações íntimas entre religião e política durante muito tempo foram desprezadas, sendo reavaliadas a partir da primeira metade do Século XX”. Ainda analisando as mediações de interdependência entre religião e política a autora afirmou:

[...] a religião vivida no seio das Igrejas cristãs se inscrevem em manifestações coletivas que marcam às vezes os grandes ritos de passagem, que são portadoras de um conteúdo, cultural e agentes de socialização [...] a política não pára de impor, de questionar, de provocar as Igrejas e os cristãos, a título individual ou coletivo, obrigando-os admitir atos que os comprometem perante si mesmos e perante a sociedade. (Idem: 335)

A evasão dos seminários e o afastamento de sacerdotes na Igreja Católica do Brasil nos anos 1960 e 1970 ficou conhecido como a “crise dos padres”. Sobre esse momento foi divulgado que tais desligamentos ocorreram por causa da manutenção da obrigatoriedade do

celibato consagrado. Não estaria a alta cúpula da Igreja querendo camuflar o motivo de saídas de sacerdotes?

Segundo Duverger (1964) a camuflagem consiste em dissimular, disfarçar um objetivo menos confessável aos sistemas de valores de um grupo ou de uma sociedade, podendo inclusive se inserir em um contexto religioso, sendo muitas vezes até inconsciente. Sua característica principal é criar um inimigo para esconder algo que não deseja ser descoberto:

(...) nada tem de empreendedoras as religiões em que o clero é menos crente que os fiéis. Os sistemas de valores são também meios de auto justificação, correspondendo a uma autocamuflagem: cada ideologia tende a dar aos seus adeptos uma imagem favorável deles próprios, que podem olhar com satisfação. Frequentes vezes, a camuflagem é parcialmente inconsciente. Outra técnica de camuflagem consiste em fazer crê à massa da população que os seus interesses estão em causa, quando a questão não diz respeito senão aos interesses particulares de uma minoria. (...) Muito frequentemente, este processo de camuflagem toma a forma do “espantalho”. Inventa-se um “inimigo”, aumenta-se a importância de um inimigo real, justificando pela necessidade de se defender contra ele medidas tomadas na realidade no interesse das classes no poder. (Idem: 205)

Diante da reflexão de Duverger podemos indagar. Será que a Igreja Católica Romana não teria camuflado o verdadeiro motivo da crise de identidade do clero brasileiro? A motivação para tantas evasões sacerdotais não teria sido, por exemplo, a perseguição sofrida por alguns membros da Igreja por serem adeptos ao comunismo ou por quererem uma Igreja vinculada à Teologia da Libertação? Deparamo-nos com esses questionamentos durante a trajetória final de nossa pesquisa. Acreditamos que a “crise dos padres” não tenha sido causada apenas pela manutenção do celibato obrigatório, mas esse fato se caracteriza como uma camuflagem para esconder o verdadeiro motivo: o apoio ideológico oferecido pela Igreja Católica Romana nos primeiros anos da Ditadura Militar.

A criação do celibato, enquanto regra, em que o padre tem como missão a celebração dos sacramentos da penitência e da eucaristia sendo consolidado no Concílio de Trento. Caberia ainda ao padre conduzir à Igreja a fortalecer sua identidade em torno do ideal de pureza, castidade e santidade. Acreditando na presença sobrenatural de Cristo na Eucaristia, a hóstia deveria ser consagrada por sacerdotes ordenados e recebida por fiéis redimidos de seus pecados por estes mesmos sacerdotes, pois apenas homens castos podiam perdoar os pecados e ministrar a Eucaristia.

A obrigatoriedade de apresentar verbalmente os pecados através da confissão, principalmente os ligados aos prazeres da carne, possibilitou à Igreja um maior domínio sobre a sexualidade de seus sacerdotes e fiéis, estimulados a nomear e temer seus desejos mais

íntimos, concebendo um processo de culpa que assolou toda a cristandade. O padre, assim como os fiéis deveriam ser modelos de santidade.

No entanto, o ideal de sacerdote santificado ganhou ênfase na modernidade, estimulado pela necessidade de compensar a perda da influência social da Igreja devido ao processo de laicização¹⁸ da sociedade. É, sobretudo na Idade Moderna que a Igreja irá santificar seus clérigos como heróis que se entregaram totalmente ao serviço do ministério sacerdotal por meio da institucionalização progressiva dos processos de canonização, o que tornou a ocorrência da santidade uma prerrogativa dos institutos religiosos.

Entretanto, no mundo moderno, apesar das prescrições do Concílio de Trento e do aparato formativo de padres castos, muitos sacerdotes continuaram a exercer sua sexualidade. Por mais remota e autoritária que fosse a restrição ao casamento, o desejo falou mais alto. Padres continuaram a namorar, a manter relações sexuais e a conviver com mulheres tratando-as como esposas, estabelecendo relações duradouras e constituindo família.

No período do Brasil colonial, por exemplo, no Bispado do Maranhão do Século XVIII, Mendonça (2007, p. 104) sublinhou que encontrou a expressão “de portas adentro” em quase todos os casos de concubinato clericais analisados e que esta significava uma vida estabilizada, e mais especificamente, coabitação.

Com o Concílio Vaticano II, o debate sobre a obrigatoriedade do celibato ganhou destaque. Esse momento revelou a insatisfação de parte do clero que discordava do vínculo indissociável entre sacerdócio e castidade. Era a primeira vez que a Igreja abordava publicamente o tema da sexualidade de seus ministros. Comprometeu-se com o processo de mudanças e decidiu que os padres que escolhessem casar não seriam mais excomungados.

Essas modificações deram esperanças àqueles que eram a favor da prática celibatária espontânea, no entanto ao final do Concílio, porém, o celibato foi mantido. Dois anos após seu término, (1967) em uma tentativa de reduzir a onda de evasão causada pela frustração pós Vaticano II, a Santa Sé criticou os opositores da castidade dos padres com a publicação da Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*. Tratando exclusivamente do celibato, o documento tinha um tom autoritário e conservador que, ao contrário de intimidar as críticas provocou uma inédita saída em massa de sacerdotes da Igreja.

A Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* se tornou ponto de referência nos discursos da Igreja assumindo a forma de manual pedagógico que ensina os clérigos a se defenderem das acusações mais comuns contra a vida em castidade. Na tradução brasileira do Código de

¹⁸ Processo de afastamento do Estado e da Igreja a partir da Proclamação da República em 1889.

Direito Canônico (1983, p. 23) as razões apresentadas para justificar a manutenção da lei do celibato são as mesmas que encontramos na Encíclica. De acordo com tais documentos uma das obrigações do sacerdote é manter-se celibatário:

Os clérigos são obrigados a observar a continência perfeita e perpétua por causa do Reino dos céus; por isso, são obrigados ao celibato, que é um dom especial de Deus, pelo qual os ministros sagrados podem mais facilmente unir-se a Cristo de coração indiviso e dedicar-se mais livremente ao serviço de Deus e dos homens.

O documento divulgado no contexto dos anos de 1960 tentou naturalizar uma condição historicamente imposta pela Igreja. Para isso se remeteu à condição santificada de alguns religiosos que foram tocados pela oblação vocacional para o ministério eclesiástico. O discurso ganhou o atributo da inquestionabilidade garantido por sua função pedagógica.

De acordo com Silva (2010, p. 67) a Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* surtiu como resposta aos anseios daqueles que aspiravam à abolição do celibato, sobretudo, os padres que haviam largado a batina para se casar:

No início do documento são listadas as mais recorrentes “objeções contra o celibato sacerdotal” como: ausência de referências bíblicas diretas; crise das vocações; escassez do clero; fonte de desvios sexuais; imposição antinatural que impede o equilíbrio e o amadurecimento da personalidade e leva à amargura e ao desânimo; ausência de liberdade de escolha etc. No decorrer da encíclica, a cada uma dessas críticas, o Vaticano responde que são fruto da total incompreensão da “lógica superior” do celibato, um dom sagrado que instaura um novo conceito de vida de “admirável eficácia e plenitude exuberante”.

Analisando as discussões em torno do celibato durante o Vaticano II, Ney de Souza¹⁹ constatou que as discussões sobre a prática foi considerada imprópria pelo Papa Paulo VI²⁰ mesmo sendo-lhe apresentada a escassez de sacerdotes em diversos lugares como no Brasil. O período que antecedeu o Concílio e o pós-Concílio fora marcado por uma maior efervescência de ideais que vinham sendo gestados desde o início dos anos de 1950, entre as quais podemos citar a Teologia da Libertação que acabou causando muita polêmica, principalmente, por defender preceitos que faziam referências ao pensamento marxista, bastante combatido por alguns setores da Igreja Católica de visão mais tradicional. A Teologia da Libertação, enquanto prática fazia uma alusão ao modo de vida dos primeiros cristãos.

¹⁹ Revista Teologia e Cultura, 2005, p. 31

²⁰ A discussão da lei do celibato, solicitada pelos bispos latino-americanos, foi julgada inoportuna pelo papa, em carta ao cardeal Tisserant de 11 de outubro. Pouco antes, uma intervenção de um bispo brasileiro de origem holandesa, Pedro Paulo Koop (Lins, São Paulo), propunha, devido à escassez de sacerdotes, a ordenação de leigos casados há pelo menos cinco anos. A proposta foi rejeitada pelos moderadores.

Entretanto é preciso destacar que para Lowy (2000, p. 64) a Teologia da Libertação não foi um movimento efetivamente político, não tinha um programa, nem formulou objetivos econômicos e políticos precisos, se inseria basicamente no campo ideológico. Admitindo a sua autonomia da esfera política, deixou essas questões para os partidos políticos da esquerda, limitando-se em fazer uma crítica social e moral à injustiça, a aumentar a consciência da população, espalhar esperanças utópicas e promover iniciativas “de baixo para cima”. A Teologia da Libertação teve uma ampla aceitação por parte de alguns grupos da Igreja Católica o que acabou fazendo com que houvesse uma grande mobilização inclusive com a participação de laicos.

Como afirmou Leonardo Boff, a teologia da libertação é, ao mesmo tempo, reflexo de uma práxis anterior e uma reflexão sobre essa práxis. Mais precisamente, é a expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 60, bem antes de novos escritos teológicos. Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, redes sociais com base popular, comunidades eclesiais de base (CEBS), bem como várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores, etc. (LOWY, 2000: 56)

Lowy (idem, p. 57) destacou a Teologia da Libertação afirmando que a maioria de seus ativistas não eram teólogos e que seu movimento havia surgido muito antes da instauração de sua teologia. Preferindo denominar tal movimento de Cristianismo da Libertação, pois esse conceito acabou sendo mais amplo do que o termo Teologia e Igreja e sua inclusão abarcava um número maior se reportando tanto a tradição religiosa, quanto os rituais de fé e prática:

Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social/religioso como “teologia da libertação”, porém, como o movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é o mais apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de “Igreja dos Pobres”, mas, uma vez mais, essa rede social vai bem mais além dos limites da Igreja como Instituição, por mais ampla que seja sua definição. Proponho chamá-lo de cristianismo da libertação, por ser esse um conceito mais amplo que “teologia” ou “igreja” e incluir tanto a cultura religiosa, e a rede social, quanto a fé e a prática.

Ainda seguindo as prerrogativas de Lowy (2000, p. 58) a Teologia da Libertação foi duramente reprimida pela alta cúpula da Igreja Católica o que faz-nos pensar que existe uma provável luta de classes dentro da Igreja a partir do momento em que essa age de acordo com os interesses dos setores dominantes:

O Cristianismo da Libertação é combatido pelo Vaticano e pelo órgão regulamentador da hierarquia da Igreja na América Latina- o CELAM (Conselho dos Bispos Latino-Americanos), dirigido, desde o início dos anos 70, pela ala conservadora da Igreja. Poderíamos então dizer que há “uma luta de classes dentro da Igreja?” Sim e não. Sim, na medida em que certas medidas correspondem aos interesses das elites dominantes e outras ao dos oprimidos. E não, na medida em que Bispos, jesuítas ou padres que chefiam a “Igreja dos Pobres” já são eles próprios, pobres. Sua dedicação á causa dos explorados tem como motivo razões espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica.

Analisando o clericalismo moderno, Boer (1980, p. 307) afirmou que a Igreja Católica da segunda metade do Século XX iniciou uma fase de perda de identidade tendo como principal motivo a aproximação com os partidos de esquerda e a adoção de alguns traços da ideologia marxista: “(...) na segunda metade desse século querem aderir aos que se exibem como depositários do futuro-velha política de união com o césaropapismo ateu e a perda da identidade católica pela sua absorção na doutrina marxista”.

Apresentando ainda alguns dados estatísticos sobre a Igreja Católica após o Concílio Vaticano II, caracterizando-a como vítima de uma crise de vocações que possibilitou a perda de um grande número de fiéis e sacerdotes em todo o mundo europeu os dados mostram números alarmantes de declínio do catolicismo, enquanto prática e a adesão cada vez menos de pessoas no seu corpo clerical acarretando também um declínio no número de sacerdotes:

A assistência à missa declinou: na Inglaterra e em Gales, 16%; na França, 66%; na Itália, 50%; nos Estados Unidos, 30%. As vocações sacerdotais declinaram, na Inglaterra, 25%; na França, 47%; na Holanda, 97%. A Igreja deste país oferece um monstruário, pois aí todos os seminários estão fechados desde 1970. Na Itália caíram 45%, nos Estados Unidos, 64%. Os batismos declinaram 59% na Inglaterra e em Gales; nos Estados Unidos, 49%. O número de religiosas baixou 24,65 em toda a Igreja. Desde 1965, 35.000 religiosas abandonaram o convento e 14.000 padres abandonaram o sacerdócio. (idem: 325).

Boer afirma ainda que essa também seja a situação da América Latina, principalmente o Brasil que desde o fim do Concílio estava passando por um período de elevada crise do catolicismo. Destacando-se em especial ao que se refere a vida sacerdotal, pois o número de desistências da vida celibatária estava deixando muitos fiéis sem pastores e a quantidade de fiéis para cada sacerdote era alarmante, o que dificultava o trabalho do padre nas paróquias tendo em vista a grande quantia de pessoas que precisava atender:

Considerados apenas os institutos destinados à formação de padres seculares (em contraposição ao clero regular das diferentes ordens), contavam-se em 1961 quase 1700 seminaristas maiores, ou seja, os que estão na última fase da formação sacerdotal. Em 1970, este número tinha caído para 813, isto é, menos da metade. A chamada crise das vocações já começou a influenciar negativamente o número de

pastores de um rebanho também em crise. Em 1970, o CERIS encontrou 140 sacerdotes a menos que em 1969 e 225 a menos que em 1968. Este número ainda é bastante superior ao que existia no começo da década de 60 (cerca de 11 mil), mas é um dos mais baixos do mundo em comparação com o número de fiéis; um padre para seis mil católicos, quatro a seis vezes menos do que acontece em outros países considerados menos católicos que o Brasil. Mais ainda: os dados existentes indicam que o número de sacerdotes nas paróquias diminuiu de nove para oito mil entre 1961 e 1969. Ao mesmo tempo, agravava-se o problema dos desligamentos de sacerdotes que decidiram passar para o estado leigo. Entre 1957 e 1964, apenas 46 padres do clero regular abandonaram o sacerdócio. A partir do ano que marca o fim do Concílio Vaticano II, esse número aumenta verticalmente, passando a 20 em 1965, 65 em 1968 e 127 em 1970. Ao contrário disso, a ordenação de novos sacerdotes reduzia-se quase à metade da média dos anos anteriores, ficando entre 105, em 1968, e 129, em 1970. (Idem e ibidem: 327)

O bispado de Dom Vicente (1962-1992) atravessou esse momento marcado pelas transformações sociais, políticas e culturais utilizando seu jornal *A Ação* para noticiar a crise de vocações mundiais e enfatizar o trabalho de pastoral em seus domínios, buscava-se a manutenção do sagrado. Noticiou várias reportagens em que apresentava o grande número de evasão de sacerdotes e seminaristas²¹, como podemos observar:

O Diário Carioca “Correio da Manhã” analisou, recentemente, a crise da Igreja do Brasil (...) a proporção é de um padre para 7500 habitantes. (...) A Igreja enfrenta hoje um déficit de 20 mil padres (...). Segundo o Secretário Nacional dos Seminários da CNBB, em 1968 havia no país 2535 seminaristas maiores diocesanos e religiosos. Em 1970 esse número caiu para 1607.

As principais razões para as desistências eram a manutenção do celibato obrigatório, a rigidez da estrutura hierárquica e a ausência de uma postura mais firme dos bispos contra o Regime Militar. A Diocese do Crato-CE na tentativa de afastar a crise que assolava o Clero de “outras regiões” em seu território se utilizou de várias estratégias para construir uma identidade clerical em sua Diocese. Utilizou como principais recursos: encontros pastorais e seu jornal semanal *A Ação*. Esse apresentou algumas matérias sobre a crise dos padres, porém, tal crise apenas ocorrera na Europa e em algumas capitais do Brasil, conforme foi publicado pelo jornal²²:

[...] a crise número um é a falta de vocações e a crise número dois, a falta de Formação. Observa o periódico que “faltam padres e freiras para o trabalho da Igreja na América Latina, África, enfim em toda a parte” Principalmente nos países subdesenvolvidos. Aqui no Brasil a proporção é de um padre para 7500 habitantes [...].

²¹ Jornal *A Ação*, 17 de julho de 1971, pág. 03.

²² Idem.

Em nenhum momento o jornal noticia a crise dos padres na cidade do Crato. Pelo contrário, ao lado de cada matéria sobre tal crise vinha sempre uma coluna instigando a imagem do padre e esclarecendo as possíveis saídas do ministério por parte de alguns clérigos de determinadas regiões.

Para Coutrot (2003, p. 348) a imprensa cristã tem como principal objetivo penetrar nas realidades do mundo contemporâneo, mantendo estreita relação com seus leitores. O jornal cristão é lido em família. É interessante ainda observar que para a autora, a partir dos anos 1960 tem-se uma queda do voto católico nos partidos de direita. O que vai fazer com que a Igreja Católica, especialmente no espaço analisado intensifique seus trabalhos pastorais. Suas divulgações na imprensa procuravam demonstrar o “perigo que a sociedade sofria estando sob o comando vermelho²³”, ou seja, os partidos de esquerda em especial o Partido Comunista. Este era associado ao mundo do demônio.

Enquanto o mundo católico presenciava a crise dos padres no decorrer da segunda metade do Século XX, a Diocese do Crato procurou sanar tal conflito em seu território logo após seu surgimento, ainda na década de 1960, e nos anos posteriores. Usava como meio doutrinário o seu jornal *A Açã*. Dessa forma os recursos da imprensa na Diocese cratense, enquanto lugar de produção de discurso representava os ditames da mais alta cúpula clerical fazendo-se presente àquilo que se encontrava ausente, como demonstra Chartier (1990, p.20):

a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de alguém.

Apresentando uma coluna demonstrando o valor e a imagem do padre, enfatizando ser o pároco indispensável para as vocações cristãs e exortando os fiéis para colaborarem com a alta hierarquia do clero cratense, a fim de obstruir o desencanto da vida sacerdotal nos corações de determinados clérigos de outras regiões.

Dado a importância à vida concreta dos padres como mediação humana do apelo ao sacerdócio, tudo que ajudará a superar o desencanto semeado do clero de certas regiões será de uma importância capital para a pastoral das vocações²⁴.

²³Referimo-nos “comando vermelho” não como um grupo criminoso, mas como uma forma de denominar as pessoas que faziam parte do Partido Comunista e que eram chamados como tais por alguns membros da Igreja Católica de visão tradicional.

²⁴ Jornal *A Açã*, 17 de janeiro de 1970, pág. 04.

Como podemos ver na nota da Diocese do Crato, ficou claro que tal crise dos padres, ocorria também em outras regiões, menos no Crato. Esse receio de identificar a crise dos padres no Crato como forma de proteger o seu clero é o que Chartier (Idem, p. 17) chamou de lutas de representação. Sendo que, para compreender os mecanismos pelos quais determinados grupos impõe ou tenta impor, a sua concepção de mundo social é necessário ir além investigando seus domínios, suas intenções.

A intenção da Diocese do Crato era representar o sagrado e se colocar como especial, por ter conseguido através de seu trabalho pastoral, afastar a crise dos padres de seus domínios, tendo como auxílio seu principal meio de comunicação: o jornal *A Ação*. A Igreja Católica no Cariri cearense através da Diocese do Crato se impôs como lugar de produção dos discursos reafirmando a vogabilidade da Encíclica Papal sobre a manutenção do celibato clerical. Construiu ao longo do Século XX uma identidade clerical concernente aos ditames impostos pelas deliberações de Roma, sobretudo nas ações orientadas e implementadas durante e após o Concílio Vaticano II.

Como em todas as igrejas do mundo, a Diocese de Crato inicia, hoje, a Renovação Litúrgica do Concílio. A Catedral de Crato é, sem favor, exemplo desta Renovação

EDITORIAL:

Saldo da Revolução

**O JORNAL A AÇÃO EM DESTAQUE:
REPRESENTAÇÕES SOBRE POLÍTICA E RELIGIÃO
NO CRATO-CE.**

CAPÍTULO II



Edição de Hoje — 4 páginas — Preço: Cr\$ 50.

Ano XXVI — Crato (Ce), 7 de Março de 1965 — N. 1.078

Estaremos vencendo em três meses um ano da Revolução de 31 de março. Dia a dia, cresce, nos espíritos equilibrados, a convicção da oportunidade do movimento que se deflagrou em Minas Gerais, contagiando toda a Nação que vivia sufocada, asfixiada pela onda de corrupção cívica daqueles que governam o País.

Revolution de 31 de março. Dia a dia, cresce, nos espíritos equilibrados, a convicção da oportunidade do movimento que se deflagrou em Minas Gerais, contagiando toda a Nação que vivia sufocada, asfixiada pela onda de corrupção cívica daqueles que governam o País.

Inigente e laboriosa a tarefa que coube à Revolução. Como é sabido de todos, vivemos num clima de absoluta incerteza, ex-

Mas, a Revolução triunfou, não apenas depondo os principais chefes da baderna, como criando um clima de autêntica democracia, resta belicando a ordem e a confiança. Hoje, embora custindo os efeitos de uma política arrevezada de quase trinta anos, o povo tem confiança nos seus dirigentes. Saltando embora o peso das conse-



VASCULHADOR DO OC

NO — Desenho de "Aluma

ta", desenhado com, a má

com a maior capacidade de

mercado do mundo, Este m

mo de pessoas está

O maior evento acontecido na Igreja Católica na segunda metade do Século XX foi à realização do Concílio Vaticano II. Este fora responsável por uma série de mudanças doutrinárias e eclesiológicas que provocou um novo conjunto de práticas a serem seguidas pelos ministros da instituição. Entre as modificações podemos destacar o ritual da missa ministrado na língua oficial do país em que está se celebrando, e não mais o uso do latim; o padre voltado para os fiéis e não mais para o altar, adotando assim uma postura de aproximação do rito com o povo. Os fiéis começaram a se inserir mais efetivamente nos cultos religiosos. Outra característica de aproximação foi o uso de roupas seculares pelos sacerdotes, dessa forma o ministro da Igreja se assemelhava ainda mais com o seu povo.

A extinção da excomunhão daqueles que deixassem o ministério para casarem-se ou se vincular a outro credo, também foi abolida durante o Concílio. O período que antecedeu o Concílio Vaticano II revelou uma sociedade repleta de mudanças. Em pouco tempo diversos acontecimentos provocaram grandes transformações que afetaram a humanidade e a instituição católica sancionou na segunda metade do Século XX o seu desejo de transformação, corroborando com o pensamento moderno de que precisava se atualizar, no entanto sua adequação ao tempo não se deu de forma ampla e a maioria dos preceitos católicos anteriores permaneceram em vigência.

O processo de mudanças da Igreja Católica teve início no Século XIX com a realização do Concílio Vaticano I (1869-1870) convocado pelo Papa Pio IX, entretanto não havia chegado ao fim por vários motivos entre eles a guerra franco-prussiana. O momento de sua realização fora marcado pelo período de ascensão das idéias modernizantes e de efetivação do Capitalismo como sistema de vigência mundial. No entanto as normas implementadas pelo Vaticano I não correspondeu aos ditames do processo de modernização de seu tempo. A Igreja Católica precisava passar por uma série de transformações que caberia ao seu representante máximo intercambiar tais modificações.

Ao assumir o papado em finais dos anos de 1950, João XXIII declarou seu desejo de que entre as mudanças que deveriam ser feitas ao longo de sua administração papal se realizasse outro Concílio, o Vaticano II que teria como uma das metas, o diálogo da Igreja com a Modernidade, e assim a instituição religiosa entraria no processo de adesão à contemporaneidade, se adequando ao tempo e angariando novos adeptos.

As reformas implementadas pela Igreja Católica no Século XX foram responsáveis por momentos de muitas reflexões entre os ministros da Igreja e o corpo de fiéis. As notícias sobre as modificações no culto religioso e na formação dos sacerdotes chegavam ao conhecimento dos leigos e dos padres, administradores de pequenas paróquias que

procuravam de imediato adotar o novo modelo de Igreja que estava sendo criado a partir do Concílio e dessa forma seguir os preceitos da Santa Sé.

A Igreja Católica do período em que ocorreu o Concílio Vaticano II pode ser caracterizada como sendo responsável por tentar se adequar aos novos sinais do tempo. O Século XX como um todo fora marcado por modificações profundas e a partir dos anos 1950 percebemos essa mudança de forma mais afluada. Ocorreram transformações políticas, culturais, sociais e acima de tudo temos uma profunda modificação de mentalidade e de comportamento. As pessoas da segunda metade do Século XX foram marcadas pela Modernidade. Caracterizada na sua forma de pensar e agir tendo o cenário internacional como modelo, as modificações foram visíveis a partir da participação política em movimentos de esquerda, na liberdade sexual, no gosto pela música, no novo papel social adotado pelas mulheres.

Como a Igreja não gostaria de perder adeptos, procurou se adequar ao mundo contemporâneo. No entanto, essa aproximação não pode ser vista em todos os setores, pois no quesito “dogmas e princípios” como o da vivência do celibato, por exemplo, a instituição continuou adotando os mesmos preceitos de séculos. Essa postura de manter o celibato como regra obrigatória dentro do sacerdócio foi responsável, de acordo com algumas interpretações, podemos citar os trabalhos de Serbin (2008) e Silva (2008) pelo grande número de evasão dentro da instituição. Tanto padres como seminaristas deixaram a vida religiosa motivados pela obrigatoriedade do celibato.

Concordamos com os autores citados acima, mas acreditamos que a motivação para o grande número de evasões na instituição religiosa não foi apenas a permanência da disciplina do celibato. Pensamos na coexistência de outros fatores como as perseguições a partir de alguns membros do clero durante a Ditadura Militar e também as pressões internas por parte daqueles componentes clericais que eram adeptos da Teologia da Libertação.

Sabemos que o celibato obrigatório foi instaurado como norma a ser seguida pelos sacerdotes latinos desde a Reforma Gregoriana em 1226. É verificado também que desde suas primeiras discussões o tema encontrou resistências por parte de alguns ministros da Igreja que lutavam pela não anulação do casamento clerical²⁵. Como o Concílio Vaticano II estava sendo caracterizado pela modernização da Igreja Católica, o clero considerado mais liberal almejavam que entre as modificações conciliares se inserisse a prática celibatal espontânea e não obrigatória.

²⁵ De acordo com Silva (2008) com a instauração do celibato obrigatório os padres que já estavam casados tiveram seu matrimônio cancelado e suas esposas e filhos deveriam ser abandonados.

No entanto, o Papa Paulo VI confirmou a obrigatoriedade da vivência do celibato ocasionando a desilusão de um grande número de clérigos que acabaram abandonando a instituição. Esse momento ficou historicamente conhecido no campo das Ciências Humanas como a “crise dos padres”. De acordo com um documento emitido pela CNBB o final dos anos de 1960 e ao longo de 1970 ocorreu entre os religiosos um grande mal-estar com questionamentos e desilusões, acarretando um esvaziamento nos seminários e um menor número de sacerdotes ativos.

Foi um período de árdua provação para o clero e a Igreja. Não sem razão, falava-se sobretudo de uma “crise de identidade”. Centenas de sacerdotes pediram dispensa do exercício do ministério. Os seminários, construídos com tanta esperança e sacrifícios ao longo das décadas anteriores, se esvaziavam, restando imensas construções sem destinação imediata. (CNBB, 1981, p.07)

De acordo ainda com a CNBB, a busca de uma nova imagem a ser adotada pelo sacerdote a partir do Vaticano II, foi responsável por esse momento de insegurança e conflito pessoal o que pode ser elencado através de alguns fatores que em maior ou menor proporção foi responsável por esse momento de crise. Entre os quais podemos elencar:

- a procura de profissões seculares que garantissem ao padre tanto a subsistência quanto o “status” social que já não lhe era concedido pela condição de clérigo;
- a dúvida quanto à suficiência de uma forma única de presbítero vista como um desacordo com nossa realidade e mera relíquia de processos histórico-culturais do passado;
- a questão da função específica do presbítero numa Igreja que passava a valorizar, também na prática, o caráter missionário e ministerial de todos os cristãos;
- o papel concreto a ser exercido pelo padre numa sociedade injusta e desigual;
- a desestruturação de formas e estilos de vida tradicionais de organização eclesial;
- o questionamento do celibato e o problema da realização humana e afetiva do sacerdote. (CNBB, 1981, p.08)

É esse momento de crise vivenciado pela Igreja Católica que abordaremos neste capítulo. O espaço de análise é a Diocese do Crato-CE, e o intuito é perceber como a Igreja Católica no Cariri cearense, se posicionou diante da Ditadura Militar, e as perseguições anticomunista e como noticiou “a crise dos padres” através de seu jornal *A Ação* representando os ditames da Santa Sé. De acordo com Luca (2010, p.111), até a Década de 1970 o número de trabalhos que utilizavam jornais como fonte era relativamente pequeno. Reconhecia-se a importância de tais impressos, mas relutava-se em utilizá-los para a escrita

historiográfica. Seu uso vai sendo empregado a partir das modificações de abordagens no campo da História.

2.1 Padres subversivos: o jornal *A Ação* como veículo de propaganda contra a ideologia comunista.

Criada em 1914 a Diocese do Crato-CE teve ao longo de toda segunda metade do século XX o episcopado de Dom Vicente de Paulo Araújo Matos. Popularmente conhecido como o “Bispo da Ação Social, o mendigo dos pobres”, Dom Vicente foi o Bispo que mais tempo presidiu a diocese cratense. Entretanto não podemos vincular a sua administração com o caso de Dom Helder intitulado “irmão dos pobres” que contribuía com a idéia de uma “Igreja pobre para os pobres e com os pobres”. No caso de Dom Vicente a conotação era outra, não almejava uma Igreja pobre e para os pobres, mas uma Igreja rica que dava esmolas ao pobre. Em seu bispado a Diocese começou a conhecer o seu apogeu econômico, em poucos anos, através de seu espírito empreendedor construiu uma considerável fortuna. A sua administração episcopal se efetiva justamente no período do Concílio Vaticano II e de implantação da Ditadura Militar no Brasil.

As notícias sobre o Concílio eram apresentadas aos fiéis através de um jornal de propriedade da Diocese do Crato, o jornal *A Ação*. Seu objetivo principal era publicar reportagens para a família cratense que retratasse sobre política, religião e moral. Fica explícito ao analisarmos suas reportagens que a Diocese do Crato-CE, através de seu veículo de comunicação procurava legitimar o poder político instituído, a instituição católica que passava por um processo de mudança e a moral cristã. Apresentando reportagens alertando sobre o perigo que a sociedade estava sob a influência de ideias de cunho comunistas além de colunas enfatizando sobre o comportamento ideal das moças e rapazes de boa família.

Apesar de algumas idéias de Coutrot serem criticadas, gostaríamos de enfatizar que para a autora a partir de 1945 a Igreja e o Estado começam a efetivamente conviverem em harmonia. Tendo a Igreja renunciado o perfil de dirigir a sociedade cabendo a esta à perspectiva de animar os corações dos fiéis para viver em conformidade com o mundo:

insensivelmente, as declarações episcopais iriam desenhar o perfil de uma Igreja que renunciava às suas prerrogativas de direção da sociedade em proveito de uma animação do mundo. É nessa perspectiva que se situa a importante declaração da Assembléia dos Cardeais e Arcebispos em 1945, aceitando a laicidade não como filosofia, mas como expressão da autonomia do Estado no seu domínio do temporal. A Igreja e o Estado iriam então viver em harmonia a maior parte do tempo. (Coutrot, 2003, p. 342).

Não acreditamos que a Igreja Católica tenha abandonado totalmente a pretensão de dirigir a sociedade, mas concordamos com o pensamento de Coutrot quando afirmou que os momentos que antecederam o Concílio Vaticano II foram marcados, dentro da Igreja Católica, por uma maior preocupação com a justiça social. O que vai acarretar um grande descontentamento por parte dos partidos de direita. Interessante ainda ressaltar que a respeito dos princípios morais e sexuais a Igreja manteve seus ensinamentos:

A justiça social e a paz estão no primeiro plano dessas declarações coletivas do episcopado, que tomou posições comedidas, mas firmes, durante a guerra da Argélia, descontentando a direita católica, e que, por uma verdadeira propaganda em favor da cooperação com o Terceiro Mundo (...). Há apenas um domínio em que o ensinamento da Igreja permaneceu intocável: o da moral sexual e familiar, embora ela seja cada vez mais transgredida por alguns católicos, menos praticante. (Idem, p. 343).

Fazer uma reflexão envolvendo religião e política só nos é possível após observamos as profundas mudanças ocorridas no campo da História ao longo do Século XX. Antes as ligações entre esses grupos de saberes eram desfavorecidas. Analisando a Religião como objeto da História Gomes (2002, p. 13) afirmou que o merecimento de tais envolvimento entre Religião e Política ocorreu a partir das discussões desenvolvida pela história religiosa que busca analisar não só o processo de desenvolvimento das manifestações religiosas, mas também as mudanças históricas:

Diferentemente da Ciência das Religiões que está mais voltada para a religião em si. Privilegiando uma estreita ligação com a filosofia e tendo da religião uma definição substantiva, a História das Religiões analisa as religiões quanto a seus desenvolvimentos e mudanças históricas, interessando-se pelos estudos dos fatos religiosos ocorridos no decurso de diferentes épocas históricas, nos mais diversos povos da terra e nas suas muitas manifestações.

Concordando ainda com o pensamento de Gomes (idem, p. 21), acreditamos que a relação do historiador com seu objeto de estudo nunca se dá de forma neutra, tendo em vista que este fala a partir de um lugar social e epistêmico. Não interessa se o historiador é vinculado a algum tipo de crença ou não, as possibilidades de expressão de suas subjetividades, ao analisar uma temática sobre religiosidade é a mesma:

A relação do historiador com seu objeto de estudo não é neutra, seja esse objeto religioso ou não. Todo o historiador fala a partir de um lugar social e de um lugar epistêmico. Suas opções e opiniões o situam forçosamente ora do lado dos crentes, ora do lado dos não-crentes, ora num lugar incômodo a meio caminho, mais sensível a determinado percurso religioso, ou a outro, até a hostilidade a toda expressão religiosa. O risco de projeções da subjetividade é igual para qualquer historiador, crente ou não-crente.

A relação que estabelecemos com o nosso tema de pesquisa, perpassa o contexto brasileiro da segunda metade do Século XX. Observamos nesse momento no Crato uma estreita relação envolvendo o Estado laico e o religioso. Os anos de 1960 tiveram como palco a elevação dos militares ao poder governamental brasileiro. A ascensão através de um golpe se deu como forma de “proteger o povo brasileiro do comando vermelho”. Considerado subversivo, demoníaco e traidor o Partido Comunista foi amplamente perseguido e em alguns casos teve a Igreja Católica como órgão de doutrinação ideológica para legitimar a expulsão das ideias comunistas do território brasileiro.

Percebemos isso de forma explícito no jornal *A Ação* que buscava em algumas reportagens enfatizar o perigo que a sociedade corria estando sob o “comando vermelho”, deixando claro que seus membros clericais não estavam envolvidos em tal querela. E aqueles considerados padres subversivos²⁶, estava lutando por questões sociais e se rebelando diante das autoridades por divergências de mentalidades opostas, que eram tão comuns na época.

A reportagem enfatizava que os conservadores eram pessoas seguras e prudentes, enquanto que os progressistas evoluídos e ativos. E que em determinados países, eram injustamente taxados de comunistas, mas que na verdade pregavam pelo bem e a justiça social. O artigo foi intitulado de “Padres Subversivos”:

“Os padres entraram agora na onda da greve. Alguns lutam contra os bispos. Outros rebelam-se contra o Papa. Um outro, já arcebispo, é evidente que se engraçou pelo socialismo...” E adeus unidade na Igreja. (...) A questão é complexa o que realmente se nota são duas posições distintas, não só na Igreja como em todos os setores da sociedade, fruto de mentalidades opostas. Os chamados conservadores são homens seguros, prudentes, pouco engajados, sem maiores iniciativas. Instalados. Sempre ao lado da estrutura preestabelecida, com dificuldades de examinar objetivamente qualquer problema. (...) Os chamados progressistas ou subversivos optam por uma linha evoluída. São corajosos, ativos. Marcham com o progresso, com o tempo, caminham com a vida. (...) Mas o triste é que em certos países, onde impera a ignorância, e mandam os ignorantes, progressistas autênticos e construtivos, pelo

²⁶ Em uma reportagem do jornal *A Ação* divulgada em 14 de setembro de 1968, pág. 03 observamos que foram citados os “padres subversivos”, apresentava as divergências envolvendo os sacerdotes conservadores e os progressistas.

fato de mostrarem coragem, virilidade, humanidade, autenticidade e espírito de justiça, são taxados de subversivos ou socialistas vermelhos.

Ao enfatizar que os padres conservadores eram pessoas seguras e prudente estaria o jornal afirmando que esse era o modelo ideal de sacerdócio? Em contrapartida afirma que os clérigos, de visão progressista ou subversiva seriam mais corajosos, no entanto sem vinculações com as idéias comunistas e interpretem dessa forma era injusto. Ou seja, de acordo com o jornal, ser conservador era o ideal, ser subversivo seria até admirável desde que não estivesse envolvido com os preceitos comunistas.

Acrescentava ainda a reportagem analisada que os sacerdotes desejavam uma Igreja renovada, livre de privilégios e injustiças sociais: “Na verdade o que estes (sic) padres esclarecidos desejam é uma Igreja liberta de privilégios, de riquezas abundantes, de estruturas sociais injustas. Querem uma Igreja fundamentada no Evangelho da pobreza, desinstalada, humana”.

Essa aproximação entre Religião e Política na América Latina de acordo com Lowy, (2000, p. 07) foi uma característica da segunda metade do Século XX que teve modificações no pensamento religioso com a eleição de João XXIII para o papado. Com a sua ascensão ocorreu à convocação do Concílio Vaticano II. Observou-se também a divulgação das idéias comunistas tendo Cuba como palco de implantação:

No final da década de 50 iniciou-se um novo período na história das relações entre religião e política na América Latina, período esse que ainda continua e cujo final é imprevisível. Suas origens podem ser encontradas em dois eventos históricos que ocorreram quase que simultaneamente em 1958-59: um deles no Vaticano- a eleição do Papa João XXIII- e o outro em uma ilha caribenha: a vitória da Revolução cubana.

Os padres subversivos apresentados no jornal *A Ação* eram os adeptos de uma nova ideologia e Teologia, mas que não tinham ligações com partidos políticos. Seus objetivos principais podiam ser esboçados através da expressão consagrada pela Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla realizada em 1979: “A opção preferencial pelos pobres”.

Não sendo um movimento político, a teologia da libertação não tem um programa, nem formula objetivos econômicos e políticos precisos. Admitindo a autonomia da esfera política, ela deixa essas questões para os partidos políticos da Esquerda, limitando-se em fazer uma crítica social e moral à injustiça, a aumentar a

consciência da população, a espalhar esperanças utópicas e promover iniciativas “de baixo para cima”. (Idem: 64)

Ao se tratar sobre a Igreja Católica no Cariri cearense concordamos com o pensamento de Queiroz (2010, p. 116) que ao refletir sobre o mesmo espaço no contexto da Ditadura Militar afirmou que a mudança naquele lugar foi marcada, sobretudo, pela influência da Igreja Católica. As transformações no âmbito da vivência religiosa e dos aspectos político-ideológicos ocorriam de forma lenta. E os ventos da modernidade sopravam de forma branda, pois temia-se o novo:

Analisando a conformação do campo político-ideológico no Cariri dos anos 1960, devemos salientar que aí as mudanças se operavam com irrefutável lentidão. Dito isso, no caso da igreja católica a sua gramática seguiu prisioneira dos constrangimentos típicos da neo - cristandade. Nestas condições, primavam mais os elementos de antigos impulsos em comparação com os ventos renovadores. Em poucas palavras, tratava-se de uma transição lenta e carregada de ambigüidades e contradições. A hierarquia da igreja católica, em especial, parecia divisar o presente que lhe batia com força a porta, mas pesava o seu compromisso com um passado que lhe conferia sentido e segurava-lhe o passo.

A neo - cristandade foi um termo utilizado para nomear um conjunto de práticas e estratégias católicas surgidas, segundo Mainwaring (1989), a partir da Carta Pastoral de D. Sebastião Leme divulgada em 1916, na época Cardeal Arcebispo de Recife e que tinha como proposta recatolizar o Brasil. Dom Leme apegou-se a idéia do Brasil ser a maior nação católica do mundo e que a este caberia aos setores mais “conscientes” da Igreja e do laicato se organizar no sentido de fazer frente a este desafio. Ocorrido num primeiro momento pela união Estado - Igreja e que acabou estabelecendo características brasileiras ao catolicismo e após a proclamação da República, com a inclinação para as ideias liberais, positivistas e mais tarde comunistas.

O período do apogeu da neo - cristandade foi à primeira Era Vargas (1930-1945) quando D. Leme conseguiu uma clara aproximação com o Estado, conquistando algumas vantagens para a Igreja Católica, até então oficialmente inéditas desde a Proclamação da República. Após sua morte poucos bispos continuariam a empreitada por ele proposta. A partir do final dos anos de 1950 e principalmente, durante a década de 1960, após o Concílio Vaticano II a recém criada Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), assume a função de orientar os bispos para as “novas diretrizes pastorais”. As novas diretrizes estarão mais ligadas com a realidade da Igreja Latino - americana, e esta tendência cristaliza-se mais

tarde nas conferências continentais de Medellín (Colômbia) em 1969 e Puebla (México) em 1979.

O receio de encarar o novo também se fazia presente no campo político - ideológico. A Diocese do Crato temia a ascensão das idéias comunistas em seu meio e procurava apresentar reportagens que afastassem qualquer tipo de envolvimento de seu clero e seus paroquianos com o pensamento comunista, por isso apresentava o partido como astucioso e diabólico que queria tirar a paz dos países latinos²⁷:

(...) Com efeito, os comunistas articularam um plano de assalto àquela república. Servir-se-iam dos rebelados contra a ordem constituída, ali, para aparentar uma causa simpática. Entretanto, todos sabem que os comunistas estavam teleguiando todo o movimento subversivo de S. Domingos. A vitória dos rebeldes seria o passo decisivo para implantação de um regime títere vermelho. Seria mais um trampolim comunista na América Latina. Os Estados Unidos entraram em tempo na luta, antes que os bolchevistas se apoderassem do poder. Impediram simplesmente a cubanização do país em conturbação. Defenderam, não somente a república de São Domingos do jugo vermelho, como fizeram evitar uma ponta de lança da Rússia, no hemisfério americano. Guardaram, pois, a auto-determinação do próprio continente contra a astúcia vermelha.

O medo de que as ideias comunistas afluíssem na América Latina, principalmente no Brasil, fez com que o jornal católico analisado apresentasse a intervenção americana como um ato heróico. Pois assim estava afastando os rebeldes que pretendiam implantar a ditadura sob o “jugo vermelho” e afastar essas ações era, para alguns membros do clero de visão conservadora, um grande passo para expulsão definitiva desses “astuciosos comunistas”.

De acordo com Queiróz (2010, p. 118) a perseguição anticomunista não foi um privilégio dos sacerdotes do Cariri cearense nos anos de 1960, pois desde o início do século ocorreu propagandas “contra o comando vermelho”. Como observamos em um Manifesto Anticomunista²⁸ divulgada pelo Padre Cícero em 1930 onde corroborava com a ideia de que a ideologia comunista poderia destruir os lares do Brasil e lançar os cristãos no inferno:

Caríssimos fiéis:

²⁷Em reportagem divulgada em 15 de maio de 1965, pág. 03 apresentou um texto cujo título era “Astúcia Comunista”, retratando a intervenção dos Estados Unidos na República de São Domingos, contra a interferência comunista.

²⁸ O professor Fábio José Cavalcanti de Queiróz é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, professor da Universidade Regional do Cariri- URCA e militante do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) pesquisa sobre temas relacionados à política partidária do período Militar brasileiro e gentilmente, nos doou uma cópia desse Manifesto.

Que a fé vos salve!

A horda vermelha ameaça com as suas garras de abutre destruir a nossa felicidade, perturbando a paz do Brasil em seus fundamentos seculares – a própria organização da família, cúlula-mater (sic) da sociedade cristã.

A Igreja de Jesus Cristo que tem sido em todos os tempos visada, com ódio e rancor pelos pregadores de idéias subversivas, é nesta hora de graves apreensões para a grande Pátria do Cruzeiro, o alvo predileto dos emissários de Satanás.

Acenando com a falsa bandeira do liberalismo, a besta fera do apocalipse atira suas patas de fogo contra a estabilidade de nossas instituições!...

Ai daqueles que prestarem seu auxílio aos inimigos de Deus... As lavas ardentes do vulcão bolchevista lamberão a face da terra e sob os escombros da fé, calcinada pelas labaredas do anticristo ressurgirão Sodoma e Gomorra!

De pé cristãos do Brasil! Guerra de morte aos que empunharem a bandeira vermelha do liberalismo para estancar em nossas almas a fonte perene de fé e entregá-la inerte nos braços de Satanás! Cegos serão todos aqueles que cerrarem os olhos à evidência da verdade.

O documento emitido pelo conhecido representante do catolicismo cariense era enfático ao revelar que a família e os lares seriam destruídos a partir da infiltração comunista. Além disso, os defensores de sataná, como os comunistas eram vistos, destruiriam a paz do Brasil a partir do momento que suas “ideias subversivas” forem seguidas. Aos que prestarem auxílio a essas pessoas que enfatizadas pelo Padre Cícero como “inimigos de Deus” seriam duramente punidos pelo poder divino. Ao final o religioso conclamava a todos para se mobilizarem contra os defensores do comunismo.

Percebemos essa luta nos anos subsequentes, onde a Diocese do Crato, através de seu principal veículo de comunicação o jornal *A Açã*, vai utilizando a propaganda anticomunista ao longo dos anos correspondentes a Ditadura Militar. Percebemos essa preocupação em afastar de vez a influência comunista no cenário político brasileiro em mais uma reportagem. O título da matéria é “Infiltração Comunista”²⁹ e tinha como objetivo apresentar a sociedade cratense o perigo que estavam correndo diante da campanha clandestina dos comunistas que apesar da “revolução de 1964” e da repressão aos membros do Partido, ele ainda existia e podia a qualquer momento corromper as pessoas contra o sistema:

²⁹ Jornal *A Açã*, 01 de outubro de 1966, pág. 03.

Editorial

Infiltração Comunista

Apesar da represália ao comunismo, através da Revolução de março de 1964, os elementos vermelhos não se deram por varridos da vida nacional. Passado o primeiro impacto de repressão, aos poucos foram tomando posição, ainda que debaixo de muita cautela. Quando não agem às claras, ficam nos bastidores, manipulando movimento de oposição e açulando o povo contra a ordem vigente.

Agora, quando se aproximam as eleições, percebe-se melhor a infiltração vermelha, nos bastidores políticos. Aqui e ali, estão eles aproveitando situações para atuação cautelosa, mas persistente, contra o regime.

Mas, ninguém se iluda. Os comunistas apenas se retraíram, porém não deram férias nas suas atividades. Mudaram de tática, de agressividade, de snobismo. Permaneceram, entretanto, na expectativa, aguardando para entrar em

dando o momento oportuno para entrar em cena.

A campanha eleitoral se lhes oferece propícia às atividades. Por detraz de muitos movimentos, estão êles aticando o fôgo da subversão. Se não podem candidatar-se a postos eletivos, tomam a defesa de certos grupos e até de certos candidatos.

Infelizmente, o vezo eleitoreiro faz cegar a muitos políticos. Assim há quem aceite a colaboração dos elementos comunistas para segurança de votos. Há quem se misture com elementos confessadamente vermelhos com objetivo de alcançar maior votação. Repete-se mais uma vez, o fenômeno dos "inocentes úteis".

O eleitorado consciente e amante da Pátria há de descobrir o manejo dos comunistas em prol de candidatos de sua preferência vermelha. Mais do que o próprio Governo nos cabe zelar pela democracia. E não se alcançará democracia autêntica estendendo a mão aos comunistas nem aceitando dêles o apôio.

Como podemos perceber a Igreja Católica no Cariri cearense legitimava, através de seus discursos, o poder político instituído. Outro exemplo de perseguição anticomunista em mais uma reportagem do *A Ação* está expresso em uma matéria que tem como título "Intentona Comunista"³⁰ que foi divulgada em decorrência do aniversário do levante comunista durante o governo de Getúlio Vargas. A ideia central do texto era convocar o povo para se manterem vigilantes para que fatos semelhantes não se repetissem na história brasileira, o jornal noticia que:

³⁰ Jornal *A Ação*, 29 de novembro de 1969, pág. 03

(...) O 27 de novembro avulta em nosso calendário como ato pungente que precisa e deve ser lembrado anualmente a fim de que a vigilância do povo não se deixe esmorecer ou sucumbir à ação de ideologias estranhas que, mascaradas de promessas de paz ou de ressurreição social, o que desejam é a subversão da ordem do país, o seu caos, o estabelecimento do terror somando ódios.

O jornal enfatizava que a população devia se manter atenta para que “ideologias estranhas” não se estabelecesse em seu meio. Nesse caso, ideologias estranhas eram tudo aquilo que não fosse reconhecido pela Igreja e o Estado. Afirmava ainda que os líderes desses movimentos almejam destruir a ordem do país. Para o *Ação* a manutenção da ordem era a permanência das ideias e do sistema vigente, tudo aquilo que demonstrasse valores contrários aos que defendiam era considerado subversivo e pecaminoso.

Outra matéria divulgada pelo jornal *Ação* versava sobre a relação existente entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar no Brasil. O título da reportagem é “Igreja e Revolução”³¹ no qual afirmava que algumas ações humanas tinham conotações que se estendiam pela eternidade e que quando a Igreja intervinha para analisar os feitos de alguns homens percebiam que estes andavam “rumo a Deus”:

(...) Tôda a mudança em que entra o homem como autor e sujeito, tem necessariamente, repercussões de eternidade. Quando se coloca diante dos acontecimentos e se põe a analisá-los, a Igreja tem ante os olhos esse homem que marcha através da História rumo a Deus. Por isso, quando ergue a sua voz, é em defesa dêste homem. Quando ataca sistemas, não prega derrubada de governos. Quer a derrubada de barreiras que impedem o homem a se realizar como tal. (...) Por isso, não pode ela se opor às reformas. Não pode ela deixar de elogiar os esforços que visam a melhoria do homem, em todos os setores da atividade humana. Não pode recusar-se a colaborar com as iniciativas que pretendem criar clima da paz e concórdia, de compreensão e trabalho comum.

Fica explícito através do trecho acima que a Igreja Católica no Cariri cearense apoiava os ditames da Ditadura Militar, concebendo-a como um período de reformas que estava possibilitando realizar e estabelecer laços de harmonia e paz. De acordo como *Ação* a Igreja não pregava a derrubada de governos, mas apoiava as mudanças ocorridas tendo em vista que tais transformações beneficiariam todas as pessoas. A Igreja Católica no cariri cearense se demonstrava contrária a tomada de governo pelo Partido Comunista porque estes instaurariam uma ditadura e essa forma de governo prejudicaria a todos, no entanto, se mantinha favorável ao golpe empreendido pelo Exército Brasileiro justificando tal ação como

³¹ Jornal *Ação*, 03 de abril de 1971, pág. 03.

legítima. Suas práticas eram legitimadas e caracterizadas como um período onde se estava trazendo a paz e a concórdia para o território brasileiro, assim o homem estaria indo em direção ao progresso.

Para encerramos a nossa análise sobre a perseguição anticomunista estampada nas páginas do jornal *A Ação* fizemos um recorte de uma reportagem divulgada um ano após a implantação da Ditadura Militar no Brasil, a matéria tem como título: “Saldo da Revolução”³². Observaremos que a Igreja colocava os militares como guardiães do país, salvadores da pátria que com todos os seus esforços e apoio das armas protegeram o Brasil do caos:

Como é sabido de todos, vivíamos num clima de absoluta intranqüilidade, expostos a toda sorte de perigo na ordem social, política e econômica. Os processos demagógicos do governo (sic) de posto levaram o País à beira do abismo. Tomaram conta do poder os corifeus da baderna usando e abusando do poder e dos cofres da Nação. Caminhávamos para o caos. (...) devemos ao glorioso Exército Nacional, cujos Chefes principais apoiados por todas as armas, sentiram a responsabilidade do momento e vieram em salvação da Pátria.

Diante do exposto acreditamos que a Igreja Católica no espaço analisado se utilizou de seus discursos, tendo como veículo de comunicação o jornal *A Ação*, para divulgar os ditames do sistema político vigente e assim estabelecer uma relação de conformidade com o grupo militar que tomou o poder político em 1964. Dessa forma, a Diocese do Crato-CE legitimou a Ditadura Militar bem como apoiou suas ações que tinham como objetivo a destruição do comunismo enquanto sistema. Não interessava a Instituição religiosa dividir seus bens com o restante da população, apesar de que na segunda metade do Século XX a Igreja Católica no Brasil pregou a ideologia de aproximação com os pobres.

Concordando com o pensamento de Serbin (2008), a partir de 1964 a Igreja e o Estado vivenciaram uma crise em suas relações motivadas pelas prisões, torturas e assassinatos de sacerdotes e leigos que foram contrários a implantação do regime militar. A Igreja teria apoiado o Golpe no início, mas desaprovado a repressão no decorrer do governo ditatorial. Em um ponto, porém, a Igreja e o Estado concordavam: o “espectro” do comunismo deveria ser expulso das terras brasileiras.

Dessa forma, constatamos que a Diocese do Crato-CE se manifestava a favor da Ditadura Militar no Brasil intitulando-a de “Revolução de 64” e auxiliava o Comando Militar a expulsar do Brasil e a perseguir as pessoas que eram adeptas do comunismo no contexto da segunda metade do Século XX estereotipando de “grande ameaça à Nação”. Além disso,

³² Jornal *A Ação*, 08 de março de 1965, pág. 01.

legitimava as ações dos militares que eram vistas como “medidas de recuperação do país” e enfatizava que por mais duras que fossem as punições militares, pior seria se quem estivesse no comando do Brasil fossem os comunistas, estes, foram apresentados pelo jornal *A Ação* como grande ameaça a ordem social cristã e que por isso apesar de em menor número deveriam ser banidos e que as pessoas de bom coração não deveriam cair nas armadilhas da “hidra vermelha”. Como observamos em uma matéria cujo título é: O Fermento Vermelho³³.

FERMENTO VERMELHO

O papel do fermento é levedar a massa. Minguados grânulos de fermento propiciam volume considerável de massa.

O papel dos agentes e elementos comunistas se assemelha ao fermento. Embora em número reduzido, os moscovitas fazem o papel do fermento. Penetram a massa popular e destilam o veno da ideologia malsã.

No Brasil, sempre foi reduzido o número de comunistas. Mas, nunca deixaram eles de exercer uma atuação constante, seja direta, seja indiretamente. Nos tempos da baderna janguista saíram a campo, sem máscara, como se vivessem num país satélite. Com a Revolução de março de 1964, recolheram-se aos bastidores e ficaram agindo de tocaia. Aparentemente inativos, no entanto apenas suspenderam as atividades agressivas para se furtarem às punições aplicadas aos subversivos.

Os tempos passam e estamos vendo, de novo, o fermento vermelho. O sincronismo das atitudes e dos atos, as ameaças de greves e quebra-quebra eclodem aqui e ali, denunciando um plano pré-estabelecido.

A entrada do novo Governo, debaixo de nova Constituição, pareceu aos comunistas o momento azado para novas experiências de subversão. São experiências cautelosas, é verdade, mas persistentes, à base de infiltração sorrateira no espírito do povo.

Explorando as medidas de austeridade adotadas pelo Governo anterior e atirando o povo contra a Revolução, despistando o trabalho de destruição com o slogan da legalidade, os vermelhos estão ativos, agindo à sombra de articulações e tentando tirar proveito da insatisfação do povo.

Sempre a mesma coisa. Lágrimas de crocodilo com as misérias sociais. Sempre o mesmo estribilho gritando por liberdade popular.

Não confiemos na Hidra Vermelha. Ela está de tocaia. Assalta como a serpente e no estilo do rafeiro.

Por mais duras que sejam as medidas de recuperação do País, na hora presente são imensamente mais brandas e toleráveis do que o clima de baderna e de insegurança em que vivemos, nos oninosos dias que precederam a Revolução de Março.

É pena que muita gente se deixe iludir com a trama vermelha e não esteja atinando com a notícia dos que servem de fermento vermelho para dismantelar a ordem social cristã.

Uma verdadeira caça aos comunistas estava acontecendo e o *A Ação* foi utilizado como veículo de propaganda a favor dos Militares e como recurso pedagógico de propagação do ódio aos comunistas que deveriam ser vistos como “sorrateiros, perigosos, traidores e baderneiros”. É interessante destacar que a matéria acima deixa claro que as greves e pressões sociais estavam acontecendo por motivações desses “sorrateiros que corrompiam o espírito do

³³ Jornal *A Ação*, 03 de junho de 1967, pág. 03.

povo”. Assim, Estado e Igreja se uniam para manter a ordem vigente e afastar os comunistas e suas idéias do espaço sagrado do Crato-CE. Tendo os meios de comunicação a seu favor eram apresentadas apenas reportagens que condiziam com suas prerrogativas e intencionalidades e assim vemos ao longo do jornal *A Ação* uma espécie de luta envolvendo o “bem e o mal” no qual o negativo foi lançado aos comunistas. Nesse jogo, no entanto, o verdadeiro vilão ficara escondido e assim sorrateiramente manipulava e ditava o que deveria ser jogado.

2.2 As representações do Concílio Vaticano II no jornal *A Ação*.

Atualmente temos um vasto número de trabalhos no campo das Ciências Humanas que utilizam a História Cultural como suporte teórico-metodológico para legitimação de suas análises. Estamos utilizando o conceito de “representação” a partir da perspectiva de Roger Chartier. Nosso objetivo ao tomar de empréstimo suas reflexões foi procurar perceber como as determinações da Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* se fizeram presentes no clero cratense mesmo estando ausentes. Há uma tentativa de presentificar um ausente a partir da análise de algumas reportagens do jornal *A Ação*. A Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* foi divulgada pelo Papa Paulo VI em 1967 e teve como objetivo principal contrapor o pensamento dos sacerdotes progressistas que tinham como meta a prática do celibato de forma opcional e não obrigatória. Os anseios de parte do clero foram apagados quando o representante máximo da Santa Sé se pronunciou que:

É portanto o mistério da novidade de Cristo, de tudo o que Ele é e significa, é a soma dos mais altos ideais do evangelho e do reino, é uma manifestação particular da graça, que brota do mistério pascal do Redentor, e torna desejável e digna a escolha da virgindade por parte dos que foram chamados pelo Senhor Jesus, não só a participarem do seu ministério sacerdotal, mas a compartilharem com Ele o seu mesmo estado de vida (...) a escolha do celibato consagrado foi sempre considerado pela Igreja “como sinal e estímulo da caridade”: sinal de amor sem reservas, estímulo de caridade que a todos abraça³⁴.

A divulgação da encíclica papal reafirmando a obrigatoriedade do celibato consagrado como sinal de bondade e aproximação com o divino dois anos após o Concílio Vaticano II, ocasionou uma crise na Igreja. A partir do Vaticano II a Igreja Católica estava se desligando da era tridentina e iniciando seus primeiros passos para um período de adequação com a Modernidade. Padres e seminaristas estavam tentando implantar um novo modelo de

³⁴ Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*, 24 de junho de 1967, pág.06.

sacerdócio e uma das características principais desse novo religioso seria o abandono de suas práticas assexuadas³⁵. O sistema tridentino havia implantado no clero o culto ao proibido.

De acordo com Serbin (2008) o celibato era uma utopia e após o Vaticano II as tensões e os desvios cometidos contra tal regra se tornaram mais visíveis, discutidas e problematizadas pela própria Igreja. Constatou-se que ser padre, principalmente no Brasil, era não ser celibatário ou um grande praticante da castidade. O estado de solteirice era praticado, mas a sexualidade era vivenciada:

Uma pesquisa (...) com 203 padres feita pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) da CNBB indicou claramente uma avassaladora oposição ao celibato obrigatório (77%), e aventou que a maioria dos padres (67%) tinha grande dificuldade para manter a castidade. Um clérigo afirmou que padres haviam cometido adultério, seduzido menores e praticado aborto.

O jornal *A Ação* divulgou várias reportagens sobre esse momento de tensão dentro da instituição religiosa. Desde a publicação da Encíclica reafirmando a obrigatoriedade da prática celibatária até a crise vivenciada pela Igreja. O que se destacava em suas reportagens é a construção de um discurso de preservação do sagrado na Diocese do Crato-CE. Para publicação da Encíclica apresentou um artigo demonstrando o valor do celibato cujo título é “Encíclica reafirma celibato sacerdotal”³⁶:

Sacerdotalis Caelibatus é o título da nova Encíclica de Paulo VI que reafirma a exigência do celibato sacerdotal. (...) o documento, depois, de apresentar os argumentos mais modernos contra o celibato afirma que “ele não vai de encontro as exigências da natureza humana, pois o homem não é só de carne e o instinto sexual não é tudo”.

De acordo com o exposto acima a Igreja Católica Romana do Crato-CE confirmava os valores da encíclica papal. Procurou sanar os conflitos em torno do celibato logo após seu surgimento ainda nos anos de 1960. Para isso intensificou seu trabalho de pastoral e realizou um encontro diocesano no ano de 1970 com a finalidade de afugentar definitivamente a crise de identidade de seu território.

³⁵Para Serbin (2008) a partir do Concílio de Trento o sacerdote teria como princípio a busca da santidade e para isso o religioso deveria abandonar a prática sexual. O não uso da sexualidade santificaria o padre.

³⁶ Jornal *A Ação*, 08 de julho de 1967, pág. 02

Sua atuação pastoral procurava demonstrar a importância e o valor do padre na sociedade apresentando uma coluna cujo título era “A Imagem do Padre”, além de noticiar as saídas de alguns membros do clero de outras regiões. Fez-se ressaltar que de acordo com os noticiários do jornal *A Ação* a crise dos sacerdotes acontecia em vários lugares, menos na diocese cratense, esta continuava mantendo a obediência e a sacralidade de seus sacerdotes³⁷.

É indispensável que uma mais justa informação seja fornecida sobre (sic) as situações de saída dos ministérios por parte dos padres, religiosos e religiosas a fim de retificar certos dados, às vezes errados, e de permitir uma pastoral mais esclarecida das vocações.

Em entrevista à rádio educadora e posteriormente divulgada no jornal *A Ação*, Paulo Ponte palestrante do encontro diocesano de 1970, afirmou que aqueles que fossem contra as determinações da Santa Sé deveriam ser excomungados: “[...] se um padre ou um bispo negasse o valor do celibato, ele estaria indo de encontro à palavra do Cristo e não sei se ele merecia mais o nome de cristão”³⁸.

Ainda de acordo com nosso palestrante o motivo principal da crise dos padres era a modernidade. Pois, esta estava afastando o homem das coisas sagradas. A Modernidade e os seus modismos estariam fazendo os fiéis perderem a fé e a darem credibilidade aos discursos da época não se disponibilizando mais para os ritos religiosos e fazendo os padres se sentirem marginalizados na atual sociedade.

[...] O homem moderno [...] perde um pouco do interesse pela realidade transcendente do Reino de Deus. Por esse motivo, os padres que tem por missão sensibilizar os homens à sua vocação transcendente percebem que a sua mensagem não desperta mais tanto interesse entre os homens. Daí pouco a pouco, eles sentem-se marginalizados, sem muita vez, sem muita influência numa sociedade que tende a se contentar com os êxitos e atos desta vida que passa³⁹.

Ao longo das discussões em nível mundial para tentativa de implantação do celibato opcional passou-se a discutir a possibilidade de ordenação de homens casados o que faria com que muitas pessoas passassem a vivenciar a realidade religiosa resolvendo o problema da falta de sacerdotes amenizando a crise. A ordenação de casados seria interessante porque muitos

³⁷Jornal *A Ação*, 24 de janeiro de 1970, pág. 04.

³⁸Jornal *A Ação*, 21 de fevereiro de 1970, Pág. 03.

³⁹ Idem.

clérigos que tinham se desligado da instituição para casarem poderiam voltar. O número de padres seria maior e a administração paroquial não seria tão onerosa.

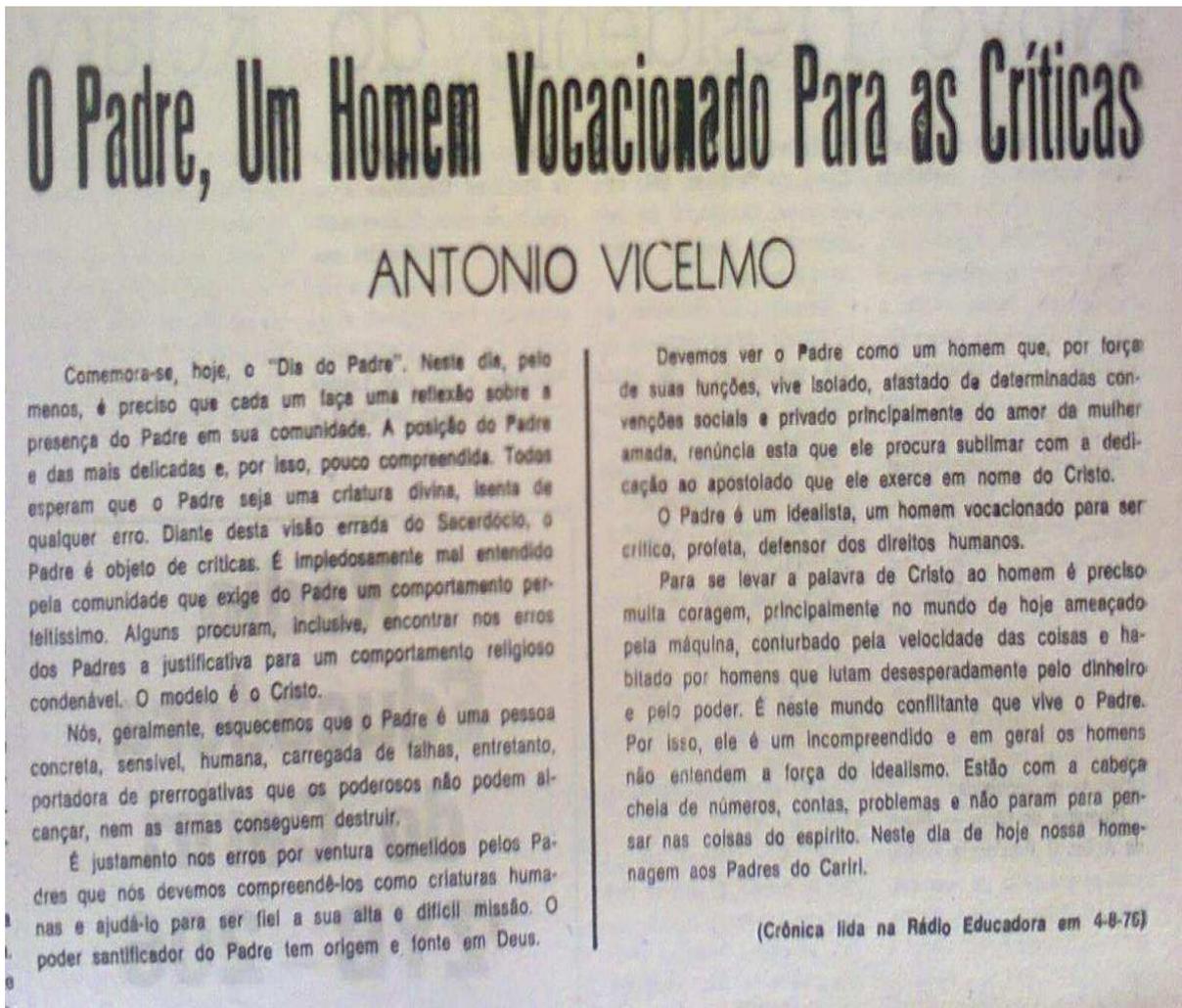
Nesse sentido foi realizado um retiro espiritual do clero cratense no período de 07 a 11 de julho de 1969, tendo como palestrante o Diretor do Curso *Christus Sacerdots*, do Rio Grande do Sul, Padre Oscar Mueller e como assunto de pauta “A missão do padre na Igreja de hoje”. Na ocasião o Padre Muller em entrevista ao jornal *A Ação* afirmou que uma das saídas para resolver a crise dos padres seria a ordenação de homens casados: “A solução que se projeta para todo o povo de Deus é que se possa ordenar homens casados para presidirem uma comunidade menor”⁴⁰.

De acordo com o que podemos analisar do jornal *A Ação* as palavras do Padre Muller foram às únicas proferidas no contexto da crise dos padres no Cariri cearense que não comungavam diretamente com os ditames da norma instituída por Paulo VI e a alta cúpula do poder católico. Ao cogitar a possibilidade de ordenação de homens casados para resolver o problema da crise dos padres, o Padre Muller se mostrou como sujeito de novas práticas e se assumiu como um sacerdote de visão progressista. Por que agiu dessa forma?

Podemos cogitar o fato desse representante clerical ser advindo de uma região do país que nesse momento estava com uma participação maior de reorganização da vida clerical baseada no abandono das idéias tridentinas tendo como ação legitimadora a influência européia. De acordo com Serbin (2008, p. 166) “No Rio Grande do Sul, a Igreja devia sua força e caráter progressista à intensa religiosidade e à fortitude moral das colônias de imigrantes italianos e alemães”.

Através das reportagens do *A Ação* percebemos uma preocupação da instituição católica do Crato-CE em afugentar a crise que estava acontecendo na Diocese. Uma de suas prerrogativas era intensificar o trabalho pastoral apresentando à sociedade cratense a importância do sacerdote na comunidade para que os fiéis não deixassem o padre se sentir marginalizado, como recomendou Paulo Ponte anteriormente, caracterizando-o como herói.

⁴⁰Jornal *A Ação*, 19 de julho de 1969, pág. 04.



(Crônica lida na Rádio Educadora e divulgada no *A Ação* em 04 de agosto de 1976, Pág. 06).

Percebemos uma preocupação da imprensa católica do Crato-CE em afastar o desencanto clerical de seu espaço de atuação. Como forma de tentar conter esse movimento na Diocese apresentou alguns dados estatísticos preocupantes sobre as vocações sacerdotais. Os dados da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) apontavam o decréscimo das vocações sacerdotais no Brasil.

De acordo com o *A Ação* a Igreja Católica estava vivenciando um momento de crise em suas vocações. Em um artigo intitulado: "Jornal fala sobre (sic) crise da Igreja"⁴¹ apresentava a divulgação do jornal carioca *Correio da Manhã* em que fazia uma análise sobre os índices alarmantes de evasão dos sacerdotes da vida religiosa: "em 1968 havia no Brasil 2535 seminaristas maiores Diocesanos e Religiosos. Em 1970 esse número caiu para 1607". Por que tantas desistências? Era a pergunta que inquietava os líderes religiosos. De acordo com as informações repassadas no jornal, o Secretário da CNBB (Conferência Nacional dos

⁴¹ Jornal *a ação* 17 de julho de 1971, pág.07.

Bispos do Brasil) estava pedindo para que os Bispos de todo o Brasil tomassem as seguintes providências para resolver o problema das vocações sacerdotais:

Um trabalho urgente para animar em todos os sentidos, os padres atuais; definição do verdadeiro sentido teológico e tarefa pastoral do padre; uma série reflexão para que num mundo da técnica e da secularização não se perca a capacidade de compreender e de aprender os valores transcendentais: uma pastoral da juventude, aberta aos novos tempos; uma sábia aculturação dos padres estrangeiros; promoção prudente do diaconato e de outros ministérios e por último oração fervorosa, (Idem).

Para a oficialidade clerical brasileira o problema das vocações sacerdotais seria a falta de informação sobre o sentido e a importância do padre na sociedade, nesse sentido, os bispos deveriam agir de forma rápida e eficaz para controlar o desencanto da vida clerical. Para o clero cratense as determinações de Roma deveriam ser seguidas urgentemente e para isso utilizou como recurso de divulgação o jornal de sua propriedade mantendo todos os celibatários consagrados em dia com as determinações papais.

Em um sínodo ocorrido em finais de 1971 os defensores do celibato consagrado confirmavam mais uma vez a sua obrigatoriedade afirmando que se manter eunuco era um dom de Deus, era um chamado do “altíssimo” para trabalhar em seu Reino. Uma vida celibatária facilitaria o contato entre o representante clerical com o divino e dessa forma, possibilitaria ao sacerdote uma capacidade maior para ajudar a resolver os problemas de seus fiéis:

O Celibato, (...) é mais válido ainda quando se trata do celibato assumido por causa do reino dos céus, como se manifesta na vida de tantos santos e igualmente na de fiéis que vivendo uma vida celibatária, se devotaram totalmente a Deus e ao próximo, contribuindo para o progresso humano e cristão⁴².

O que a instituição religiosa não enfatizava é que a vivência do celibato obrigatório estava se corroendo no contexto da segunda metade do Século XX e o número negativo nas estatísticas vocacionais era porque os sacerdotes progressistas estavam querendo construir um novo modelo de Igreja e sacerdócio. A contenção da crise dos padres na Diocese do Crato fez um intenso trabalho para intensificar as vocações sacerdotais. Utilizou como recurso o jornal *A Ação*. Apresentaram reportagens ao longo do período estudado (1965-1980) divulgando o problema de crise na Igreja Católica ao mesmo tempo em que apresentava artigos

⁴²Jornal *A Ação*, 08 de janeiro de 1972, pág. 01.

intensificando e convocando os fiéis a não abandonarem o padre na comunidade, ressaltando a importância da colaboração de todos para o seu trabalho.

As notícias sobre o Concílio Vaticano II foram sendo divulgadas com frequência. Escolhemos um artigo que retrata o objetivo maior do Concílio e a velocidade e a fugacidade do homem moderno que estava abandonando os preceitos do mundo sagrado para se entregarem aos deleites do profano por isso era dever da Igreja salvar as almas destes homens. O título era “O Concílio Ecumênico Vaticano II”⁴³:

Nos últimos dois séculos, devido as mais opostas causas, foi-se estabelecendo um abismo cada vez maior entre a Igreja e a sociedade dos Homens. O Concílio depois de constatar este fato, procurou analisar as causas principais dessa separação. (...) A sociedade moderna, esquecendo suas origens cristãs, voltou-se para estranhas doutrinas e com elas tentou construir uma civilização profana. Esta a razão porque o Concílio decidiu enfrentar à época e todos os desafios da sociedade moderna. Tentou uma aproximação, para conhecer, sentir, compreender e salvar a sociedade dos homens.

De acordo com o exposto o Concílio teve como principal objetivo aproximar os humanos modernos da Igreja e das coisas sagradas, suas expectativas era de que essa aproximação aumentasse as inclinações sacerdotais. A campanha de intensificação pela pastoral das vocações não foi restringida apenas à Diocese do Crato, esse era um tema comum a todo corpo eclesial católico da segunda metade do Século XX. Em um artigo o Jornal *A Ação* apresentou uma mensagem divulgada pelo Papa Paulo VI em que exortava aos fiéis sobre a importância das vocações sacerdotais. O título era “Mensagem de Paulo VI”⁴⁴:

O sacerdócio é dom gratuito e inestimável de Deus. É chamamento do Alto que, na expressão do Sumo Pontífice, vem diretamente de Deus, como um raio de luz fulgurante aos mais profundos e íntimos recessos da consciência e que se exprime praticamente na oblação total de uma vida ao único e sumo amor àquele (sic) amor de Deus e do qual deriva e faz com ele um todo o amor do próximo.

A partir do final de 1967 o jornal *A Ação* começou a apresentar reportagens em que divulga sobre a contestação dos sacerdotes com relação ao celibato consagrado. Um dos

⁴³Jornal *A Ação*, 03 de maio de 1966, Pág. 06.

⁴⁴ Jornal *A Ação*, 08 de abril de 1967, pág.03.

primeiros artigos tem com título: “Pesquisa revela: alemães contra o celibato”⁴⁵. Nessa chamada, o jornal apresentava que em uma pesquisa de opinião pública se constatou que 84% dos alemães eram a favor do casamento para os padres. Corroborando assim, como o pensamento do grupo eclesial progressista que se mobilizava por essa prerrogativa. Além disso, a Alemanha apresentava uma grande comunidade de luteranos e os seus líderes religiosos tinham concessão para o casamento, em um país influenciado por ideias protestantes não faria sentido manter preceitos católicos tão severos como o do celibato.

Em relação ao ministério sacerdotal ser estendido aos homens casados o *A Ação* trouxe uma reportagem cujo título era: “Sacerdócio para homens casados merece estudos”⁴⁶. A reportagem enfatizava que alguns bispos do Brasil acreditavam que a possibilidade de ordenação de homens casados merecia ser melhor analisada, apesar de não acreditarem na concretização dessas idéias. Além de não corroborarem com a assertiva de que o sacerdócio de casados resolveria o problema da carência de sacerdotes:

O Secretário-Geral da Conferência dos Bispos Dom José Gonçalves embora julgue pessoalmente ser muito difícil concretizar a idéia de se ordenarem sacerdotes homens casados. Informou a imprensa que, “a possibilidade de ordenarem homens casados para suprir a falta de padres nas zonas rurais e nos subúrbios, está na faixa da livre discussão”. (...) Dom José Lamartine, bispo auxiliar de Recife, afirmou que a questão merece ser estudada por especialistas, mas que não acredita que tal possibilidade venha a resolver o problema das vocações sacerdotais.

As modificações ocorridas durante o Concílio Vaticano II encontrou resistências por parte de alguns membros clericais que não gostaram da implementação de tais mudanças⁴⁷. Como resposta o *A Ação* divulgou uma matéria criticando as pessoas que estavam indo de encontro às renovações na Igreja. Os críticos da modernização da instituição religiosa foram chamados de românticos sentimentistas que se engessaram no tempo. Como observamos no artigo: “Renovação da Igreja”⁴⁸.

A renovação da Igreja é um escândalo para os românticos. Não os verdadeiros românticos, mas aqueles sentimentistas que se deleitaram, durante muito tempo, em contemplar os ritos solenes, o incenso, as flores, as torres e adornos. Êstes (sic) românticos triunfalistas sofrem muito nos dias de hoje. (...) cada um de nós precisará estar atento, muito atento à voz da Igreja, à voz do Papa para auxiliar os verdadeiros

⁴⁵ Jornal *A Ação*, 16 de dezembro de 1967, pág.04.

⁴⁶ Jornal *A Ação*, 06 de janeiro de 1968, pág. 05.

⁴⁷ Alguns clérigos não concordaram com as modificações do Concílio Vaticano II no que concerne a aproximação com os fiéis, as mudanças estruturais e os discursos com a Modernidade.

⁴⁸ Jornal *A Ação*, 27 de julho de 1968, Pág.02.

líderes da renovação, para discernir a verdade das notícias nem sempre totalmente claras, nem sempre verdadeiras. A renovação não é uma opção- é uma necessidade.

Dessa forma, analisamos a instituição católica no Cariri cearense por meio do jornal *a ação* como pertencentes de um conjunto de práticas que se vinculava aos discursos elitistas da época. No tocante aos dizeres políticos constatamos uma forte perseguição aos ideais comunistas estampados nas reportagens que apresentavam a sociedade cratense em que um dos objetivos principais era esclarecer aos cristãos o perigo estando sujeitos a ameaça dos ideais de cunho comunista. Desde o início do Século XX a Igreja e seus representantes acreditavam que os preceitos do comunismo iriam destruir a família brasileira.

De acordo com Gonçalves (2008) era preciso proteger a propriedade privada e construir um manual pedagógico de controle social e isso pode ser observado através dos vários órgãos de ensino dedicados aos pobres do Ceará. Em que a meta principal além de fazer o operário ler e escrever, era de controlar suas mentes, e inculcar um papel ideológico de crítica ao comunismo, e de adesão ao golpe de 1964, como um feito de heróis para salvar o país do caos.

Na outra esfera do problema temos as divergências internas da Igreja. Destaca-se nesse sentido a crise dos padres e a Teologia da Libertação. A finalidade maior da instituição no cariri cearense era comungar dos mesmos princípios que eram deliberados pela Santa Sé. O número de evasão de sacerdotes da instituição religiosa no período foi de uma estimativa significativa como apresentado anteriormente. Entretanto, a Diocese do Crato mostra-se obediente aos seus superiores e intensificou seu trabalho de pastoral almejando a todo custo representar o sagrado, por meio dos padres.

2.3 Cultos ao silêncio: o interdito na Diocese do Crato-CE.

A propagação do “não dito”, do não revelado, eis o que identifica a Diocese do Crato-CE. Constatamos esse argumento a partir do livro de atas do período analisado⁴⁹. Obtivemos acesso às redações de atas e constatamos um profundo vazio sobre o tema em estudo. Nos livros condizentes a segunda metade do Século XX nos debruçamos sob o silêncio. As atas (compostas por textos bem compactos) retratam sobre os problemas envolvendo a posse de imóveis por parte da Igreja, as pastorais, além de outros assuntos corriqueiros.

⁴⁹ Analisamos 02 Livros de Atas correspondendo às décadas de 1960 e 1970. No entanto percebemos que não existia uma periodicidade regular do registro desses documentos e que apresentavam assuntos corriqueiros da Diocese ligados a questões financeiras e trabalhos pastorais.

Não se consta em ata a transferência de sacerdotes de uma paróquia para outra e muito menos a saída de sacerdotes da Diocese ou da instituição. Será que esses fatos não ocorreram na Diocese cratense? Acreditamos ser impossível que em um período de aproximadamente 20 anos uma Diocese conseguisse manter-se sem nenhuma ocorrência desses acontecimentos. As saídas, os desvios cometidos contra o celibato obrigatório e as reuniões sobre a crise dos padres aconteciam, no entanto, de acordo com a atual Chancelaria da Cúria diocesana do Crato-CE “esse tipo de coisa não se registra por um princípio de caridade cristã”⁵⁰.

Princípio de caridade cristã? Ou construção de uma imagem sacralizada? Os desvios do celibato é algo corriqueiro entre os sacerdotes do Cariri cearense, pois temos registros de tais burlas desde o Século XIX em que os clérigos viviam sob a severidade do Concílio de Trento e na busca da manutenção de uma castidade perfeita. Entretanto, denúncias contra os padres do Crato chegavam constantemente ao bispado de Fortaleza⁵¹. Essas acusações se davam através de correspondências⁵². Em uma denúncia⁵³ temos uma carta do Padre Mercenas de Lavras da Mangabeira-CE que escrevera ao Bispo Dom Luis em 10/03/1887. Na carta o padre denunciava o seu colega, o Padre Ignácio, pelo crime de defloramento da esposa de José Tavares. O sacerdote explicitava que o tal crime ocorrera há 10 anos.

Em mais uma denúncia contra os clérigos cratense temos as acusações do Padre Manoel Félix que escrevera a Dom Luis em 15/06/1887 afirmando que havia obtido através de confissão que um colega “pegava nos peitos” de uma mulher durante o momento em que esta se confessava. Ela inocentemente perguntara ao marido se era normal o padre agir dessa forma. Acrescentou ainda que também em confissão, uma moça de 40 anos o revelara que havia sido deflorada por um padre no confessionário. As acusações de Padre Félix, mesmo não revelando o nome do acusado, tendo em vista que obteve conhecimento de tais assuntos em confissão, expressam uma prática clerical desviante que se utilizava de suas influências para cometer delitos contra a honra feminina.

Outras denúncias contra o clero cratense no contexto de finais do Século XIX, quando mais uma vez é o Padre Manoel Félix quem escreveu ao Bispado de Fortaleza denunciando os seus colegas de batina. Escreveu a Dom Joaquim em 06/04/1888 afirmando que quando

⁵⁰ O atual Chanceler diocesano é o senhor Armando Lopes Rafael que nos foi extremamente gentil e atencioso nos fornecendo as atas. Afirmou que em dias atuais as reuniões referentes aos desvios do celibato continuam não sendo registrados em ata por esse “princípio de caridade”.

⁵¹ O conteúdo de tais documentos foi gentilmente nos cedido pela professora da Universidade Regional do Cariri - URCA Fatiana Carla Araújo que pesquisa sociabilidades no Século XIX e acabou encontrando algumas cartas de padres no arquivo da Cúria diocesana.

⁵² Essas correspondências se encontram no Centro de Documentação Padre Antonio Gomes de Araújo (DHDPG), localizado na Cúria Diocesana do Crato-CE.

⁵³ Infelizmente não temos o conhecimento do desenrolar dessas denúncias.

estava em visita a Pernambuco se hospedou na casa de um senhor que havia lhe confidenciado que suas filhas haviam feito um comentário a seu respeito: “Este sim é que é padre que confessa a gente direito e não como o Padre Antonio, Vigário do Crato que quando confessa pega nos peito da gente”.

De acordo com as denúncias parece que era fato corriqueiro entre alguns padres, que durante a confissão se acariciasse algumas partes do corpo feminino. Demonstramos essa realidade do Século XIX para evidenciar que os delitos clericais aconteciam frequentemente e por mais que algumas informações não estejam registradas em ata pelo “princípio de caridade cristã” circulam por meio de falatórios, confissões a outros padres, cartas, diários e outros escritos. Não se consegue abafar determinados desvios, pois de vez em quando o silêncio é rompido por vozes das vítimas.

Na Diocese do Crato-CE o período correspondente ao Bispado de Dom Vicente (1962-1992) foi marcado pelo não dito, o esquecido, e o não existe. Referimo-nos as suas cartas pastorais⁵⁴. Vejamos se em um bispado de 30 anos caracterizado por uma efervescência de ideias leigas e modernas, pelo Golpe Militar e a Abertura Democrática, pelo Concílio Vaticano II e sua aplicabilidade, pela crise da Igreja que acarretou em um grande número de perdas das vocações sacerdotais, entre outros acontecimentos, todas essas transformações Dom Vicente, enquanto Bispo não tenha abordado tais temas em suas Cartas Pastorais.

De acordo com a oficialidade do clero cratense atual, estas cartas estão desaparecidas. Desaparecidas, guardadas ou queimadas para a propagação do silêncio? Existe uma espécie de ética na Igreja Católica de esconder aquilo que não é conveniente ser revelado. O contexto da segunda metade do Século XX foi marcado por transformações profundas no interior da Igreja Católica acarretando em discussões em torno do celibato obrigatório, decréscimo nas vocações, elevação no número de desligamento da Instituição. A Diocese do Crato-CE construiu uma imagem clerical de que não estava envolvida nesses assuntos e para isso utilizou o jornal *A Ação* como recurso doutrinário e instalou o culto ao silêncio.

Analisar o não-dito não é tarefa fácil. Farejar os indícios, os rastros, nos remete a Ginzburg (1990) quando fala de um paradigma indiciário que desde o Século XIX vem sendo utilizado pelas ciências humanas se baseando por meio de símbolos, pegadas, pistas de um passado a ser mostrado pelo historiador. Entretanto esse modelo não pode ser reconhecido apenas no contexto oitocentista, pois desde o surgimento do homem, este já deixava sinais de sua existência:

⁵⁴ Analisaremos as cartas pastorais no terceiro capítulo.

Durante milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba [...] na falta de uma documentação verbal para se pôr ao lado das pinturas rupestres e dos artefatos, podemos recorrer às narrativas de fábulas, que do saber daqueles remotos caçadores transmitem-nos às vezes um eco, mesmo que tardio e deformado. (Idem, p. 151)

O modelo de paradigma indiciário nos possibilita refletir sobre os fatos que aconteceram, mas que não deixaram provas de sua existência nos documentos oficiais da instituição. No entanto, através de seus sinais, suas pistas, podemos farejá-los, buscar os indícios e assim iniciar o processo de montagem do tapete que configura a sua existência e seus desmembramentos na atualidade. Foi assim em muitos aspectos dessa pesquisa. Na falta de dados concretos buscamos os rastros, as pegadas e assim reconstruímos os fios e remontamos o tapete que configura a Diocese do Crato-CE no contexto da segunda metade do Século XX. Pois, o silêncio ora por outra tenta escapar das suas prisões e clama para ser libertado.

Como em todas as igrejas do mundo, a Diocese de Crato inicia, hoje, a Renovação Litúrgica do Concílio. A Catedral de Crato é, sem favor, exemplo desta Renovação

EDITORIAL:

Saldo da Revolução

CAPÍTULO III **O CONCÍLIO VATICANO II: ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE**



Edição de Hoje — 4 páginas — Preço: Cr\$ 50,
Ano XXVI — Crato (Ce), 7 de Março de 1965 — N. 1.078

Estaremos vencendo
mes um ano da
Revolução de 31 de março.
Dia a dia, cresce, nos espí-
ritos equilibrados, a convic-
ção da oportunidade do
movimento que se deflagrou
em Minas Gerais, contagi-
ando toda a Nação que vi-
via sufocada, asfixiada pela
onda de corrupção cívica da-
queles que governam o País.
Inigente e lascivosa a ta-
bala que coube a Revolução
Como é sabido de todos,
vive-se num clima de as-

riam pequenas para abrigar
todos os corruptos e corrupto-
res.
Mas, a Revolução triun-
fou, não apenas depondo os
principais chefes da baderna,
como criando um clima de
autêntica democracia, resta-
belezando a ordem e a con-
fiança.
Hoje, embora custindo os
efeitos de uma política arre-
vezada de quase trinta anos,
o povo tem confiança nos



VASCULADOR DO OCE
NO — Desenho de "Alumina
ta", descrito como a máq
com a maior capacidade de
necios do mundo. Este m

A eleição do cardeal Angêlo Roncalli ao comando da Igreja Católica Romana em finais dos anos de 1950 pareceu apresentar-se como uma fase transitória e sem grandes mudanças na instituição religiosa por conta da sua idade já avançada. Entretanto o sumo pontífice João XXIII, seu nome episcopal, surpreendeu a todos com o seu desejo de transformação culminando com a convocação do Concílio Vaticano II. A figura de João XXIII continua até os dias atuais como uma incógnita. De acordo com Mattei (2012) não se podia atribuir a figura do Papa do Concílio como um progressista ou um conservador. A sua estrutura mental e sua educação religiosa o fazia um conservador, mas os seus preceitos humanistas e o seu anseio por romper com a tradição o colocavam com características progressistas.

O caráter revolucionário de João XXIII transcendeu os muros do palácio episcopal ao anunciar em janeiro de 1959 um evento que estava destinado a mudar a história da Igreja Católica Romana. Essa mudança aconteceria principalmente na forma da instituição se relacionar com seus fiéis além de uma abertura maior com os discursos da modernidade. As notícias sobre esse processo de transformação na instituição cristã foi sentida em toda população católica. Em sua fase preparatória o Concílio consultou os bispos da Igreja Católica sobre quais assuntos deveriam estar em pauta nas discussões conciliares. De acordo com Beozzo (2005) os bispos brasileiros responderam ao questionário conciliar majoritariamente sendo Dom Helder a figura mais enfática por expressar seu desejo de renovação na Igreja Católica em que estivesse voltada para os pobres e sua luta contra a opressão e ao subdesenvolvimento.

O Concílio Vaticano II teve início em 1962, mas foi rompido em 1963 com a morte de quem o convocou. A partida de João XXIII deixou um clima tenso entre aqueles membros da instituição católica que almejavam as mudanças em processo. Não sabiam se com a eleição de um novo Papa o concílio continuaria ou se semelhante ao Vaticano I o Concílio seria interrompido pela metade. Para a tranquilidade de muitos, o Concílio deu continuidade sob o comando de Paulo VI recém eleito a sumo pontífice. O prosseguimento conciliar possibilitou uma série de mudanças na Igreja Católica na maneira de se relacionar com os leigos e com o tempo histórico em vigência.

Entretanto no decorrer do Vaticano II percebemos claramente uma luta entre a modernidade e a tradição. De um lado grupos clericais de visão conservadora que almejavam a permanência do modelo de Igreja vivenciado desde o Concílio de Trento e do outro lado um

grupo de padres progressistas que buscavam a aproximação da Igreja Católica com o seu povo, que almejavam um olhar de compaixão da instituição a qual pertenciam para os pobres miseráveis que sucumbiam com tanta exploração. Tentavam implantar um modelo de Igreja que libertasse o seu povo e que não os aprisionasse, esperavam um modelo de sacerdócio livre em que o padre teria a liberdade de escolher se quer ser celibatário ou constituir família.

Os progressistas apesar de terem ideais inovadoras que condiziam com os discursos modernos da época não conseguiram romper com o modelo de Igreja tradicional adotado pelo catolicismo romano. Alguns pontos importantes de sua pauta de modificações, como o decreto do celibato opcional, por exemplo, nem chegou a ser mencionado durante as reuniões conciliares. De moderno mesmo o Vaticano II só sancionou a aproximação moderada com os pobres e a mudança no ritual da missa.

De acordo com Mattei (2012), antes mesmo do Concílio Vaticano II a Igreja Católica no Brasil já estava passando por um processo de mudança através da iniciativa de Dom Hélder Câmara ao criar a CNBB que também fora modelo para a criação do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) que tinha como objetivo discutirem problemas comuns referentes ao continente. Os dois órgãos criados objetivavam aproximar a Igreja Católica aos pobres e necessitados.

Nesse contexto a Diocese do Crato-CE através de seu bispo Dom Vicente Matos se inspirou no bispo auxiliar de Natal-RN, Dom Eugênio Sales criando uma série de órgãos para melhoria da população carente da região do Cariri cearense como a promoção de assistência rural, a luta contra o analfabetismo, movimentos de educação de base, sindicatos de líderes rurais, entre outros. O nosso objetivo nesse terceiro capítulo é apresentar a Diocese do Crato nos anos de 1960 e 1970 tendo como peça principal a figura de Dom Vicente. Analisar o seu posicionamento enquanto bispo nesse período de mudanças na Igreja a qual pertencia. Faremos isso através da análise de suas cartas pastorais e de relatos de memória de pessoas que vivenciaram esse período.

Gostaríamos de deixar claro que não utilizaremos a história oral como metodologia. O uso da memória nesse trabalho é usado apenas como testemunho. Para isso apresentaremos o testemunho falado e escrito de três pessoas que vivenciaram a realidade da Diocese do Crato-CE em nosso período de abordagem. Analisaremos o depoimento de um ex-seminarista, de um padre que continua exercendo o sacerdócio e de um padre casado.

De acordo com Silva (2002) a memória tem sido utilizada nos últimos anos como um dos elementos centrais nas análises historiográficas que se referem ao tempo presente. Ela continua a ser uma espécie de guardião de algo que aconteceu no tempo. Assim sendo, a memória pode ser considerada como uma forte aliada do historiador que tem como missão resgatar essas lembranças que estão no passado. Citando Halbwachs a autora enfatiza que a memória é acima de tudo uma construção social e um fenômeno coletivo (idem, p.427):

Convém lembrar que nos estudos de Maurice Halbwachs, a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais. Vale dizer, a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva.

Nesse sentido, podemos dizer que as nossas lembranças se fortificam a partir das narrativas coletivas. Essas ganham força a partir da rememoração. Ou seja, um acontecimento se insere em nossa memória sempre que relembremos ou comemoramos. A principal dificuldade para um historiador da memória é quando essa lembrança não quer vir à tona por alguma espécie de trauma, de medo. Fazer alguém lembrar uma situação dolorosa é sempre muito difícil.

Segundo Loringa (2009) o retorno da memória a partir dos anos de 1970 possibilitou uma reflexão acerca da relação mútua entre memória e história tornando o testemunho histórico de extrema importância nas análises historiográficas. O historiador passou a desenvolver uma crença profunda em seu testemunho acarretando em problemas porque surgiram vários testemunhos falsos, mas, a História não perdeu com isso porque possibilitou ao historiador continuar a desenvolver uma de suas principais características, a dúvida.

Dessa forma, concordamos com Pollack (1992) quando afirma que memória e identidade são fenômenos construídos. Sendo que seu processo de construção quando em nível individual pode ser tanto consciente quanto inconsciente e que esta, pode estar intimamente ligada à identidade tanto a individual quanto a coletiva. Além disso, não são características essenciais de um grupo porque são constantemente negociadas:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essenciais de uma pessoa ou de um grupo. (Idem, p. 204)

Ao utilizarmos testemunhos de memória nesse trabalho não afirmaremos que seus relatos são verdadeiros ou falsos, esse não é nosso papel. O uso da memória utilizado nesse trabalho tem como intenção apresentar a experiência vivida de cada um de nossos interlocutores e assim tecermos suas interpretações sobre um dado período histórico vivenciado.

3.1 O Bispado de Dom Vicente Matos: auxílio aos pobres e coesão social.

Em março de 1961 Vicente de Paulo Araújo Matos tomou posse da Diocese do Crato-CE na qualidade de Bispo diocesano. Em seu bispado idealizou um conjunto de metas a serem implementadas em sua gestão. Entre elas podemos citar: Escola Madre Ana Couto que tinha como objetivo educar as jovens de classe pobre, a Rádio educadora do Cariri com as escolas radiofônicas, a Empresa Gráfica Ltda que juntamente com o jornal *A Ação* era responsável pela difusão das notícias na região, Escolas de líderes rurais, entre outros.

A partir dos anos de 1950 a Igreja Católica Romana no Brasil passou por uma mudança significativa de aproximação com o campo social. No âmbito rural e operário a Igreja tentou anular uma prática assistencialista para adotar uma postura de agente conscientizador e defensor das reivindicações sociais. Segundo Montenegro (1999) nesse momento surgiu na Igreja Católica à conscientização das classes operárias e no meio rural tendo nos Movimentos de Educação de Base- MEB, nos círculos operários e nas semanas ruralistas a semente necessária para germinação dos sindicalismos rurais e a formação de lideranças nacionais.

A ação de Dom Vicente ao assumir o bispado da Diocese do Crato-CE foi de adotar um plano de trabalho que condizia com os ditames da CNBB. Nesse sentido procurou dar prioridade a ação social, a catequese e a liturgia. De acordo com Montenegro (1999, p.153) a Diocese cratense procurou através de Dom Vicente implantar um renovado trabalho missionário e um esforço de possibilitar a ação social durante e após o Concílio Vaticano II:

E na Igreja do Crato, durante o Concílio e a era pós-conciliar, nota-se um renovado esforço missionário, em que a obra pastoral aparece num florescimento de iniciativas construtivas, procurando conscientizar a todos o valor, a grandeza e a riqueza do Ministério da fé, sem o qual o cristão perderia a sua identidade, a sua cidadania no Céu e a confiança da Igreja de Deus. São iniciativas que lembram uma ação silenciosa e discreta, num esforço sincero de promover a Ação Social, econômica e cultural a serviço da comunidade, dentro de um estilo mais articulado e

mais coordenado, permitindo o estudo e a solução dos problemas de interesse particular e geral.

Nesse esforço de promover a ação social é que Dom Vicente cria a *Rádio Educadora* e implanta uma programação específica de educação radiofônica no território de sua Diocese. De acordo com Padre Eugênio Dantas⁵⁵ esse sistema é chamado de rádio cativo onde o aparelho de rádio só conseguia acessar a Rádio Educadora e assim o homem do campo poderia ser instruído pelos padres em sua comunidade através dos programas radiofônicos que traziam aulas de Matemática, Português, História, dentre outros. Além disso, se criavam na comunidade associações e sindicatos.

De acordo com Montenegro (idem, p.155) a Rádio Educadora promovia uma conscientização às pessoas humildes criando um sindicalismo saudável visando o útil, o saudável e o bem: “Em cada sítio havia um pequeno rádio ligado privativamente à programação específica da Rádio Educadora, **formando lideranças rurais sadias, fazendo a cabeça das pessoas humildes no sentido da sua cidadania**⁵⁶. Nasceu, assim, um sindicalismo rural sadio”.

Nesse sentido percebemos através do trabalho de auxílio social de Dom Vicente uma tentativa de manipulação da massa pobre conscientizando-os de acordo com seus preceitos. A promoção da cidadania seria de acordo com uma vertente sindical controlada. Para isso criou a ELIRUR (Escola de Líderes Rurais) que culminou com a criação dos sindicatos rurais, os Movimentos Eclesiais de Base e as associações de bairro, tudo controlado e inspecionado pela Igreja.

Esses discursos de controle sindical e vigilância culminam com o período da Ditadura Militar no Brasil. Seria Dom Vicente um membro defensor da política militar? Não sabemos ao certo. Sua postura política permanece sob o âmbito da dúvida. Padre Bosco⁵⁷ nos informou que Dom Vicente era um bispo de posicionamento moderado não assumindo nenhuma postura de debates contra a Ditadura Militar como fez Dom Hélder e tantos outros. Em seus dizeres “Dom Vicente não era avançado, era moderado e seguia toda orientação do episcopado brasileiro”.

⁵⁵ Padre casado e membro do Movimento das Famílias de Padres Casados do Brasil.

⁵⁶ Grifo nosso.

⁵⁷ Reitor do Santuário Eucarístico diocesano do Crato-CE, participou ativamente do Concílio Vaticano II quando na época era estudante de Teologia em Roma.

De outro lado temos um testemunho com informações que contradizem o anterior. Para o ex-seminarista e agora geógrafo Levi Furtado⁵⁸ a posição de Dom Vicente era de um anticomunista que perseguia as pessoas adeptas da teologia da libertação. Dom Vicente em seu papel episcopal juntamente com uma turma de padres conservadores da Diocese do Crato-CE se manifestava de forma discreta contra as idéias de reforma agrária e transferia pessoas pertencentes ao clero que insistisse em continuar contra os ditames estabelecidos.

Naquele momento a teologia da libertação estava avançando porém no Crato apenas os padres jovens tinham algum contato muito limitado porque na época o bispo era totalmente contra os preceitos da Teologia da Libertação. O bispo era anticomunista. O padre que fazia movimento ligado às comunidades de Base – Pe. Machado foi taxado de comunista pelo Bispo e foi expulso da Diocese. Além do Machado foram retirados outras pessoas dentre elas Irmã Siebra que trabalha em Tauá com padre Mauricio. Essas perseguições eram feitas pelo Bispo e alguns padres mais conservadores do Crato Gonçalo, Farias, Monsenhor Feitosa, Monsenhor Montenegro⁵⁹.

Já para o Padre Eugênio Dantas, Dom Vicente contribuiu bastante com o desenvolvimento social na região do Cariri cearense principalmente com relação à educação, ele era muito preocupado nesse sentido podendo ser chamado até de progressista, mas com relação a outras questões ele era de vertente tradicional, em seus dizeres: “Em termos práticos ele era ligado ao social. Dom Vicente era progressista. Em termos de discurso não”.

Nesse sentido temos um confronto de memórias, um dualismo de interpretações sobre a figura de Dom Vicente. Para aquelas pessoas que participavam ativamente da rotina da Igreja do Crato nos anos de 1960 e 1970 as ações de seu bispo era mais ligadas a uma perspectiva moderada, por outro lado, para apenas um seminarista que estava acompanhando a situação sem se envolver diretamente, suas ações era de um conservador anticomunista. Esse dualismo de recordações nos faz concordar com Alessandro Portelli (2006) quando ele fala que há uma memória dividida, de um lado a memória oficial (Padres que ainda pertence à Igreja), e de outro a memória do ex-seminarista, não- oficial.

Ressaltamos que nosso intuito não é dizer quem tem razão na história, mas sim, “após recebido o impacto, afastar-se, respirar fundo, e voltar a pensar. Com o devido respeito às pessoas envolvidas, e à gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente

⁵⁸Professor da Universidade Federal do Ceará-UFC.

⁵⁹ O seu depoimento foi através de um questionário escrito.

todos os documentos e narrativas, inclusive as delas”. (Idem p, 106). Portelli ainda pontua que, na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.

Sendo moderado ou não Dom Vicente assumiu uma postura de não mencionar publicamente sua opinião com relação à Ditadura Militar. Entretanto, observamos claramente que em sua Diocese, com relação ao controle social que alcançava através de seu programa de assistência ao pobre, ou a seus meios de comunicação como o jornal *A Ação* que informava e formava opinião como observamos no capítulo II, o bispo do Crato no período da Ditadura Militar manteve uma política de apoio aos ditames da política vigente.

Antes mesmo da implantação do Regime Militar no Brasil Dom Vicente já demonstrava uma preocupação com o controle social da massa. Ao assumir a Diocese em 1961 esboçou suas opiniões com relação ao operariado e suas relações com o patronato. Em sua primeira carta pastoral afirmou ser de extrema importância a aproximação da Igreja Católica com o povo para que eles tenham educação de base e justiça social além de um controle maior por parte de suas ações tendo em vista que muitos operários acabam dando prejuízos aos seus patrões por questões relacionadas a roubo e irresponsabilidades:

Bem sabemos que há um número muito grande de irresponsáveis que decididamente não cumprem o seu dever, que lesam os bens dos patrões. Isto porém, é mais uma razão para não nos conformar com esse estado de coisas. Eduquemos este povo, mostremos os danos de sua irresponsabilidade, demos-lhes educação de base para que ele seja consciente de seu valor e coopere para o bem comum⁶⁰.

A importância do trabalho social de Dom Vicente na Diocese do Crato no período concernente ao seu bispado é inegável. As comunidades eclesiais de base, os sindicatos, a tentativa de alfabetizar as pessoas do campo, entre outros contribuiu bastante para o desenvolvimento de sua Diocese. No entanto percebemos que uma de suas intencionalidades eram a aplicabilidade de uma doutrina de coesão frente às mudanças sociais, políticas e culturais que acontecia no Brasil dos anos de 1960 e 1970.

⁶⁰Carta Pastoral de Dom Vicente de Paulo Araújo Matos transcrita para o Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora Santana em Santana do Cariri-CE pelo Padre Cristiano Coelho em 16 de abril de 1961.

Ao formar associações comunitárias e “sindicatos controlados” Dom Vicente supunha afastar os ideais comunistas de seu território. Ao alfabetizar o homem do campo passava a imagem de que no Brasil da Ditadura as coisas estavam melhorando, evoluindo. Sabemos que esses princípios de aproximação e cuidado com as pessoas pobres adotados em seu bispado eram recomendações preestabelecidas desde os anos de 1950 pela CNBB, mas a sua aplicabilidade, no Crato-CE coincidiu com um conjunto de intenções para a permanência de um poder político em vigor. O comunismo era aterrorizante e não poderia adentrar em território caririense.

3.2 O Sacerdócio em Perigo: Ecos de uma Crise na Diocese do Crato-CE.

Dom Vicente participou do processo de desenvolvimento do Concílio Vaticano II, inclusive das quatro principais seções e acompanhou todo o momento de crise vivenciado dentro da Igreja Católica Romana no contexto dos anos de 1960 e 1970. Logo em sua posse em 1961 esboçou através de sua Primeira Carta Pastoral uma preocupação com a pastoral das vocações e convocou os sacerdotes de sua diocese para dar atenção sobre essa questão:

Nossas melhores atenções estão voltadas para nosso queridíssimo seminário diocesano, onde está em potencial o futuro espiritual dessa diocese. É com nossa alma nas mãos que insistentemente pedimos a nossos queridos irmãos no sacerdócio uma dedicação distinta e preferencial às vocações sacerdotais. Confiamos que o zelo esclarecido de nossos heróicos párocos e vigários fará surgir em cada paróquia desta diocese uma escola paroquial em que os meninos que desejam ser padres recebam a primeira orientação para o sacerdócio. (Idem)

Nesse sentido mesmo antes da crise de identidade que assolou os representantes da Igreja Católica Romana adentrar em território caririense Dom Vicente, já estava tentando acalmar os seus diocesanos intensificando o recrutamento de futuros sacerdotes. Seria uma operação em conjunto para o bom desempenho dessa empreitada de aliciar futuros vigários para suas paróquias.

O Vaticano II possibilitou uma abertura para os discursos do presente. A instituição estava tentando se adequar ao seu tempo. Fincada em tradições medievais, a possibilidade de mudança de uma tradição acarretou em uma série de discursos e intencionalidades conflitantes. De um lado temos um grupo clerical conservador que não entendia o porquê da decisão de João XXIII em mudar a estrutura da Igreja; de outro lado temos um bom número de sacerdotes progressistas que há tempos almejavam a possibilidade de mudança.

Estes, em sua maioria, estavam ligados às questões da época como a aproximação da Igreja com o seu povo e com o papel social que esta deveria desenvolver. Tinham ideias de mudança no modelo de vida religiosa confirmado pelo Concílio de Trento e esperavam a promulgação de um sacerdócio livre das amarras do celibato obrigatório não vivenciado, deturpado e enganador.

Por outro lado temos uma turma de clérigos moderada que queriam mudanças, mas que esperavam que estas fossem brandas, controlada, para não desfigurar o perfil de Igreja adotado desde a Idade Média. Ao final disso tudo: algumas mudanças, muitas decepções e o surgimento de uma crise dentro da instituição com proporções alarmantes. Evasão, seminário fechados, e inúmeros pedidos de dispensa. A Igreja Católica Romana perdeu muitos sacerdotes.

Essa crise chegou aos rincões da Diocese do Crato-CE? Com certeza. A evasão no Seminário São José chegou a um estágio tão elevado que precisou fechar em 1967. O lugar sagrado para Dom Vicente que iria ser o futuro espiritual de sua diocese fechou as portas por falta de aspirantes ao sacerdócio. Essa realidade não foi sentida apenas no cariri cearense. A Crise no clero católico teve desmembramentos em todo o Brasil. As motivações para tais desligamentos foram vários, mas um dos principais foi à permanência do celibato obrigatório decretado por Paulo VI dois anos após o Concílio.

O sonho de mudança no modelo de vida sacerdotal não chegou a ser ponto de pauta nas reuniões conciliares mesmo assim uma parte do clero esperava que seus anseios fossem revistos mesmo após o término do Concílio. Na tentativa de acabar com as discussões a Encíclica Papal *Sacerdotalis Caelibatus* prescreveu que o celibato era um dom divino maravilhoso e possível de ser vivenciado e que essas objeções acabavam por perturbar os pastores da Igreja:

Este coro de objeções parece que sufoca a voz secular e perene dos Pastores da Igreja, dos mestres de espírito, do testemunho vivido numa legião sem número de santos e de fiéis ministros de Deus, que fizeram do celibato objeto interior e sinal exterior da sua alegre e total doação ao ministério de Cristo. Não, esta voz é ainda forte e serena; não vem só do passado, vem do presente também. Constantemente atento como estamos a observar a realidade, não podemos fechar os olhos a este fato magnífico e surpreendente: na santa Igreja de Deus, em todas as partes do mundo onde ela levantou as suas tendas, hoje ainda há inumeráveis ministros sagrados [...] que vivem de modo ilibado o celibato voluntário e consagrado [...] não podemos calar a nossa admiração: neste fenômeno, sopra indubitavelmente o Espírito Santo⁶¹.

⁶¹Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* divulgada em 24 de junho de 1967 pelo Papa Paulo VI.

As determinações da Encíclica Papal surgiram como uma espécie de represália aos aspirantes ao celibato opcional. O número de evasões nesse período cresceu consideravelmente. E a Igreja Católica Romana apoiada em suas tradições seculares perdeu boa parte de seus representantes clericais. De acordo com Serbin (2008) a incompreensão ou o abuso de Paulo VI com relação ao assunto complicou a situação ainda mais e os sacerdotes intensificaram seu processo de reflexão sobre sua condição clerical aumentando o número de saídas: (2008, p. 196):

A intransigência de Roma mergulhou o clero em uma crise ainda mais grave. Por toda a parte, padres questionavam sua vocação e começavam a abandonar o sacerdócio. Segundo um estudo, o celibato era a razão mais importante das desistências; em segundo lugar vinha a imutável estrutura hierárquica [...] os padres decepcionaram-se imensamente quando as grandes expectativas sobre o Vaticano II não se materializaram ou não alcançaram tanto quanto o clero desejava. (Idem p. 196)

Além da manutenção da obrigatoriedade do celibato têm-se outro fator de explicação para a crescente evasão de sacerdotes da Igreja Católica Romana nesse período. As motivações seriam a perda de credibilidade da figura do padre na sociedade moderna em ascensão e a crescente confiabilidade depositada no leigo a partir do Vaticano II. Esses fatores em conjunto teriam permitido que o padre se sentisse marginalizado pela sociedade e pela própria instituição levando-o a um processo de desistência da permanência da vida religiosa.

No Concílio Vaticano II o papel desempenhado pelo leigo teria tanta importância para Igreja como o sacerdote. Nesse sentido ser padre não significava ter tanto prestígio social como anteriormente, agora qualquer pessoa capacitada poderia exercer sua função⁶² como observamos em um decreto do Concílio (1967, p. 139) sobre o sacerdócio:

O sacerdote comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, apesar de diferirem entre si essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se um para o outro mutuamente; de fato, ambos em grau, ordenam-se um para o outro mutuamente; de fato, ambos participam, cada qual a seu modo, do sacerdócio único de Cristo.

Além disso, nesse contexto da segunda metade do Século XX temos a Teologia da Libertação que almejava implantar um modelo de aproximação e de libertação do homem e que não foi aceito pelos grupos conservadores da Igreja Católica Romana, seus embates acarretaram em perseguições e desligamentos da instituição. No Brasil tivemos a Ditadura

⁶² O leigo pode exercer várias funções dentro da Igreja menos fazer o rito de elevação do santíssimo durante a missa, entre outros.

Militar que perseguiu membros do clero e que teve suas ações legitimadas pela própria Igreja Católica Romana. Temos um conjunto de fatores que possibilitou o afastamento de membros do clero de sua instituição, seja por revolta, de não concordar com suas ações, seja por desilusão pela permanência do celibato.

Indagado sobre seu posicionamento durante os anos de 1960 e 1970 com relação às discussões referentes ao celibato, Padre Bosco afirmou que naquela época estava se preparando para o exercício do sacerdócio, estudava em Roma porque havia sido enviado por Dom Vicente, um grande privilégio na época e acompanhou de perto todos os movimentos do Concílio. Enquanto seminarista não lhe cabia se posicionar sobre determinados assuntos:

“Nós enquanto seminaristas discutíamos sobre o assunto do celibato mas sabíamos que era muito difícil uma mudança. Sabíamos que durante o Concílio o Papa Paulo VI achou o tema polêmico e preferiu não permitir que esse assunto fosse tratado. Tínhamos consciência que o celibato obrigatório é uma lei eclesiástica e que todos deveriam obedecer sendo também uma lei eclesiástica tanto faz ser opcional ou não isso não vai atingir a essência da Igreja”.

Ainda de acordo com nosso informante, a crise surgida a partir da segunda metade do Século XX, se deu por um conjunto de fatores que teve culminância concomitantemente ao Vaticano II, e não depois da Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*, a crise havia surgido no início dos anos de 1960 e continua até os dias atuais, ressaltando que essa crise não é só da Igreja Católica Romana, é do mundo como um todo:

A crise se deu por causa das mudanças mundiais, mudança com o Concílio, importância oferecida ao leigo. A crise veio dos seminários nesse sentido o celibato influenciou. Esse problema foi uma crise de identidade dos padres que não sabiam mais qual era seu lugar na sociedade e aí a modernidade influenciou também.

Com relação ao exercício do sacerdócio realizado por homens casados ou a permanência de continuidade dos serviços clericais de um padre casado, Monsenhor Bosco afirma que em parte seria favorável porque amenizaria o problema da falta de sacerdotes no Brasil. Por outro lado, seria muito complicado um padre casado nas paróquias, pois, nos dias atuais um padre casado talvez não desse exemplo para a comunidade devido a problemas de divórcios e problemas matrimoniais, acarretando em possíveis escândalos.

Padre Eugênio, por outro lado tem um posicionamento diferente. Exerceu o sacerdócio durante 09 anos e preferiu abandonar os serviços litúrgicos porque percebeu que não conseguiria cumprir com o celibato obrigatório e assim como muitos sacerdotes preferiu

abandonar a batina e casar. Fato recorrente ainda hoje em que muitos padres que não querem ter uma vida dupla preferem sair do sacerdócio e assumir uma relação estável ou até mesmo casar. Com relação a possíveis perseguições sofridas por causa de sua decisão de sair do sacerdócio Padre Eugenio fala que todos o apoiaram e que nesse período muita gente saiu, mas não sabe o porquê dessas saídas:

Quando eu sair todos me respeitaram e alguns colegas saíram também foi uma turma boa. Todos casaram, mas eu não sei se eles saíram por causa do celibato. Só um que saiu por último que não casou. Foi o padre Teodósio, mas ele ia casar, mas não sei o que aconteceu que ele acabou não casando.

Indagado sobre suas principais dificuldades durante o período em que exerceu o sacerdócio Padre Eugênio falou que o problema era por causa do seu jeito de ser que acabava não agradando a todos principalmente a Ditadura Militar e as pessoas ficavam gravando suas missas para ver se ele cometia algum deslize com relação à Ditadura. E que essa perseguição continuou até mesmo depois que ele casou:

Na minha época de sacerdócio a minha dificuldade era porque o meu jeito de ser, quer dizer a minha linha era de abertura, de participação, e por causa disso as minhas pregações eram gravadas pela Ditadura porque eu gostava de falar em reforma agrária. E essa orientação não agradava a linha conservadora. Depois que eu sair eu às vezes pregava na catedral e algumas pessoas pediram para eu não ir pregar porque eu falava em reforma agrária.

Padre Eugênio enfatiza que sua principal motivação de saída foi à permanência do celibato obrigatório e que ainda acredita que um padre casado seria mais eficaz no comando de uma paróquia. Enfatiza ainda que é padre casado e que não aceita essa expressão que dizem de ex padre.

Sair do sacerdócio porque não compactuava com o celibato obrigatório. Na Igreja do Oriente os padres são casados. E acreditamos que um exemplo melhor na comunidade seria um padre casado. Na igreja primitiva era assim muito mais democrática do que hoje. Eu sou padre casado não considero essa idéia de ex padre.

Comungamos com as idéias de nosso informante. Um padre casado na direção de uma comunidade certamente facilitaria as suas ações pastorais. Como falar da importância da família, dos desafios vivenciados no casamento se não conhecer essa realidade? Além do mais, a nosso ver, um padre no altar com esposa e filhos seria um testemunho maior do que um celibatário que não cumpre com a castidade do celibato. Escândalo é sair do altar após proferir palavras bonitas sobre a vida cristã, sobre a busca de uma santidade diária e estar

envolvido em crimes de pedofilia e prostituição como constantemente vem sendo discutido pela mídia.

A Igreja Católica Romana, assim como as religiões de uma forma geral, impõe uma série de preceitos que devem ser obedecidos. No caso do Cristianismo Romano, se as restrições referentes à sexualidade tivessem sido obedecidas desde o princípio de sua expansão certamente uma parte da humanidade já teria sido extinta. Esse acirramento de controle sexual foi enfatizado a partir da Idade média e ao papel referente à mulher naquele período. De acordo com Ariés (1987) a desconfiança da figura da mulher teve êxito no período medieval principalmente entre os clérigos por uma espécie de reação na medida em que esta se evidenciava na sociedade.

Além disso, o modelo de mulher a ser seguido era um tipo que contradiz com a figura de Eva tentadora do Antigo Testamento. O ideal feminino era ser semelhante à Maria, mãe de Jesus que mesmo antes, durante e depois do parto permaneceu virgem. A mulher, fonte de todo pecado, deveria exercer uma função social que se estabelecia no recato, no cuidado do lar, dos filhos e do marido. O homem por outro lado deveria ter muito cuidado com essa fonte de docilidade que poderia lhe fazer pecar.

Até pouco tempo atrás a educação nos seminários enfatizava o cuidado que os aspirantes ao serviço clerical deveriam ter para não se desviar do caminho e nesse sentido a figura da mulher deveria ser excluída. De acordo com Padre Eugênio Dantas na época das férias dos seminaristas o padre da paróquia recebia um questionário que deveria ser preenchido sobre o comportamento do estudante e entre as indagações estava à pergunta se o padre ou a comunidade não teriam visto o seminarista conversando com alguma moça.

Antes do Concílio Vaticano II as punições aplicadas aos sacerdotes da Igreja Católica Romana que se desvinculavam da instituição para se casarem era a excomunhão e diante disso muitos clérigos preferiam manter uma família na clandestinidade a pedir dispensa. Nesse sentido Calluf (1984, p. 42) afirma que a Igreja condena a família e proíbe o amor:

Proibir o amor! Condenar a família! Esterilizar a vida! Excomungar quem se casa! Já ouviste falar dalgum déspota tão desumano que agisse assim? Não? Pois é exatamente assim que, para com os filhos padres, age a “santa” mãe igreja, o “santo” padre o papa para com os sacerdotes... E depois arrotam que defendem o amor e a vida, a natureza e o homem!

Apesar das proibições e restrições que os representantes da Igreja Católica Romana deveriam seguir, as burlas aconteciam e ainda acontecem. Não foram poucos os padres que constituíam famílias e que ainda constituem. Como nos informou Padre Eugênio: “O Papa Gregório VII criou o celibato, mas não criou a continência”. Salvando as exceções, os membros clericais, em sua maioria têm uma vida dúbia, o que faz com que o celibato obrigatório seja tão criticado.

Os anos de 1960 e 1970 evidenciaram uma realidade que vinha sendo gestada há algum tempo. A preferência pela aproximação com os pobres teve justificativas dentro do grupo clerical adepto da Teologia da Libertação. Na Diocese do Crato-CE esses ideários eram de conhecimento de todos, mas era combatida. De acordo com Padre Bosco, Dom Vicente por ser moderado não via como algo positivo essa movimentação, não se envolvia nesse assunto: “Com relação a Teologia da Libertação os brasileiros eram influenciados por essas idéias e eram informados sobre o que acontecia através de Dom Hélder. A Diocese do Crato não via com bons olhos a Teologia da Libertação. Dom Vicente era mais moderado nesse assunto”.

Moderado ou conservador? Não sabemos ao certo, apenas percebemos que suas ações mesmo as que traziam benefícios ao povo estavam voltadas para a manutenção de uma ordem política e religiosa. Dom Vicente enquanto bispo do Crato-CE procurou sempre obedecer aos ditames dos seus superiores, seja na questão da organização da Igreja, seja com relação ao Estado. Entretanto um fato nos surpreendeu. O seu posicionamento para com um de seus sacerdotes que resolveu se desvincular do sacerdócio para casar.

Tendo sido ordenado em 1966, o jovem Padre Eugênio era liberal para a época: usava cabelo comprido, chapéu de couro e em suas missas pregava sobre reforma agrária, não compactuava com os ditames da Igreja concernente ao celibato obrigatório, para ele essa questão deveria ser opcional, era vinculado a Teologia da Libertação e afiliado em partido político o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Considerado um rebelde dentro da Diocese do Crato-CE. Com essas características, a partir do depoimento de Padre Bosco e do professor Levi certamente Padre Eugênio seria no mínimo transferido de Diocese. Curioso, não foi isso o que aconteceu.

De acordo com nosso informante e protagonista desse caso ao informar ao seu bispo sobre seu desejo de desligamento porque planejava se casar teve todo apoio necessário. Após seu desligamento, Roma enviou ao bispado um documento que deveria circular por toda Diocese. Esse documento chamado Rescrito decretava que Padre Eugênio deveria seguir

algumas normas: se casasse não deveria fazer festa, se possível mudasse da paróquia, não podia ensinar em colégio católico, fazer pregações, entre outros, as regras era uma verdadeira punição. Dom Vicente não considerou essas normas enviadas por Roma e imediatamente colocou Padre Eugênio na coordenação dos Movimentos Eclesiais de Base, na Fundação Padre Ibiapina e na direção do Colégio Madre Ana Couto, além disso, este continuou auxiliando a paróquia no que fosse necessário.

Diante do exposto é que nos paira a dúvida sobre a figura de Dom Vicente. Ao analisarmos suas cartas pastorais pós 1961 não nos consta nenhuma informação sobre seus preceitos referentes à crise dos padres, a teologia da libertação e aos abusos da Ditadura Militar. Em suas cartas e circulares apenas informações sobre contabilidade da diocese e ênfase na catequese.

3.3 A Voz de um Padre Casado

Na Igreja Católica Romana, ao ser ordenado, o sacerdote recebe o sacramento da ordem e a partir daí não se pode voltar atrás, não existe um ex-padre. É sobre essa questão que o Movimento das Famílias de Padres Casados do Brasil se baseia para formular suas propostas. A sua militância é para a aceitação do celibato seja opcional. De acordo com Padre Eugênio Dantas a instauração do celibato obrigatório se deu por questões econômicas e culturais. A principal motivação teria sido econômica porque ao morrer um celibatário não tendo família para deixar herança, seus bens ficam pertencem a Igreja. Por questões culturais porque na Idade Média todo o poder cultural e social pertencia a Igreja Católica e muitas pessoas adentravam na vida religiosa com o intuito de conseguir prestígio social.

O celibato obrigatório inventou a vocação sacerdotal e a partir daí tem-se a idéia de que um padre é padre porque é vocacionado. Obviamente temos as exceções e as diferenças. Ter vocação ao sacerdócio não é o mesmo que ter vocação ao celibato e foi isso que aconteceu com Padre Eugênio. Em um artigo publicado no jornal *Diário do Nordeste* há aproximadamente uns cinco anos atrás ele esboçou sua sensação e suas angústias com relação a esse tema. O texto tem como título: “*Eu não sou ex*”⁶³:

Onde eu passo as pessoas me chamam de prof. Eugênio. É assim que eu sou conhecido. Mas algumas pessoas que me conhecem há mais tempo, às vezes, me chamam de padre Eugênio. Quando assim o fazem, logo pedem desculpa como se estivesse me ofendendo. Eu sorrio e digo: não se preocupe. Se você conhecer a doutrina da Igreja saberá muito bem que eu sou padre Eugênio e não ex padre. Pois

⁶³Padre Eugênio nos forneceu uma cópia do texto original.

não existe ex padre. Aliás é uma das situações em que não existe ex. Há ex sogra, ex mulher, ex namorado, ex pátria, ex família, ex liberdade... Mas não há ex pai, ex filho, ex irmão, como não há, conforme afirmei acima, ex padre. Portanto eu não sou ex. Explicarei melhor. Diz a doutrina da Igreja a qual pertence com muita honra e que por isso dou muitas graças a Deus, que o batismo, a crisma e a ordem imprimem um caráter indelével em quem os recebe de modo que permanecerá para sempre neste estado. E quanto ao sacerdócio diz ainda, citando texto da Bíblia: “tu és sacerdote eternamente segundo a ordem de Melquisedec”. E assim eu aprendi no seminário que o padre é padre até no inferno. A Igreja exige de seus sacerdotes que abracem o celibato. Ora, o celibato é um carisma, isto é, um Dom que Deus dá a quem ele quer. Da mesma forma o sacerdócio, pois ninguém deve querer ser sacerdote, mas somente quem for chamado por Aarão. Ora a pessoa pode ter recebido o carisma do celibato sem ter recebido o do sacerdócio, como também pode ter recebido o carisma do sacerdócio sem o do celibato. Na Igreja Oriental há padres casados. Uma coisa é o celibato opcional, outra é o obrigatório. Este dá margem a muitas irregularidades. É o caso daquele padre que tinha uma namorada e não via mal nisso, pois o celibato, dizia ele, proibia-o de casar e não de namorar. O celibato respeitado é lindo, é santo, mas não respeitado é safado. Ele sendo imposto dá margem a muitas safadezas. Na imposição do celibato para os padres vejo uma ousadia muito grande da hierarquia católica. Ela obriga a Deus a dar o carisma do celibato a quem deseja ser sacerdote. É muito poder! Por causa dessa imposição quanta gente boa que poderia estar na Igreja exercendo o ministério deve de sair. Quanta mão de obra preparada! Quanto prejuízo para a Igreja que tanto investiu na formação dessa gente! Quanta incoerência também! Um diácono casado pode exercer muitas funções sacramentais que eu, padre, por ter casado, não posso. A Igreja é que está perdendo e não eu. Exerci o ministério por alguns anos quando percebi que tinha vocação para o sacerdócio, mas não para o celibato. Sendo honesto, deixei o ministério. Mas não deixei de ser padre. Sou padre casado e não ex.

A fala de Padre Eugênio é de desabafo com relação às normas da instituição religiosa a qual pertence e que exerceu o ministério sacerdotal. Tem a plena convicção de que é padre, mas não pode exercer o sacerdócio pelo simples fato de ser honesto consigo mesmo e ter casado. A Igreja Católica tem algumas regras curiosas. Se um padre é acusado pelo crime de pedofilia, por exemplo, ele é transferido de paróquia e continua exercendo o ministério normalmente, podendo até cometer os mesmos crimes. Mas se ele casar não poderá continuar a exercer o sacerdócio. Essa constatação nos faz refletir que talvez a manutenção do celibato obrigatório seja causada para a manutenção do poderio econômico como já citamos anteriormente.

Os padres casados do Brasil reivindicam o seu direito de exercer o sacerdócio já que o não cumprimento do celibato não implica ao abandono da ordem sacra do ministério sacerdotal. Não comungam com a idéia de ex padre como comumente são chamados. De acordo com Serbin (2008) todos os homens que pediram dispensa ou simplesmente abandonaram a prática do sacerdócio acabaram casando:

Na teologia católica, um homem ordenado permanece padre pela eternidade. Pela lei canônica, um padre pode ser laicizado mediante a dispensa de uma ou mais de

suas responsabilidades clericais, em geral o voto do celibato. Ele perde o direito de exercer o sacerdócio, mas conserva o sacramento das Ordens Sacras. Portanto, o termo comum “ex-padre” é incorreto. No Brasil esses homens costumam ser chamados de “padres casados”. Quase todos os homens que pediram dispensa ou simplesmente abandonaram o sacerdócio acabaram casando. “Padres laicizados”, “padres inativos”, “padres casados” e “padres demissionários” são os termos mais apropriados. (Idem, p. 196)

A utopia do celibato obrigatório permitiu e ainda permite uma série de desvios no campo da sexualidade. Sejam heterossexual ou homossexual normalmente, salvo as exceções, os celibatários exercem a sua sexualidade na clandestinidade. Existe uma vertente de pensadores atuais que afirmam veementes que os casos de crimes de pedofilia, prostituição e até mesmo a prática do homossexualismo que acontece nos “muros medievais” da instituição Católica Romana seja causado pela permanência da obrigatoriedade do celibato clerical.

Para Calluf (1984) o celibato obrigatório constitui como uma espécie de fuga para os homossexuais que preferem se esconder a ter que revelar sua preferência. Nesse sentido quantos jovens preferiram se esconder nos recôndidos dos seminários e das Igrejas a ter que revelar suas características sexuais, talvez, no passado era preferível se esconder a enfrentar os olhares e as críticas do preconceito:

Nem nego que, pelo menos até faz pouco, antes da liberação sexual, o celibato constituía outro bem: o de refúgio para muitos homossexuais, os quais, apavorados diante das próprias tendências, as “sublimavam”, melhor, escondiam por debaixo das batinas ou hábitos. Por quanto tempo e com que efeitos, não vem ao caso. O que vem ao caso é que, com a liberação sexual, vai desaparecendo para os homossexuais esta alternativa. (Idem, p. 16)

A homossexualidade é uma escolha individual, é um jeito de ser, uma essência. Vincular a homossexualidade ao celibato nos parece estranho. Pior ainda é ligar diretamente a ascese sacerdotal aos crimes de pedofilia. Não concordamos com a manutenção do celibato obrigatório, mas ligá-lo a prática de um crime tão asqueroso é injusto. Uma norma religiosa não impõe aos seus praticantes a cometer delitos, apenas desvios sem uma conotação criminosa.

Entretanto de acordo com Padre Eugênio a educação do seminário e as normas severas do celibato em parte induzem a prática homossexual e até mesmo a pedofilia, pelo menos no passado isso era atenuante devido à rigidez em uma rotina de contenção dos sentimentos, dos desejos, onde tudo era proibido e pecado:

Não é só celibato alguns já nascem pedófilo ou homossexual e isso em parte induz a essas práticas. Agora nem tanto, mas no meu tempo agente entrava no seminário cedo com 12 anos sem nenhuma educação nesse sentido. Então assim, nesse sentido acaba induzindo. A formação da gente naquele tempo era severa mulher era o demônio agente brinca porque não sei como agente casou e deu certo.

Viver sob a pedagogia do medo, de que tudo é pecaminoso e que existe um inferno tenebroso para lhe corromper a alma por toda eternidade é realmente assustador. É baseado no medo que a Igreja Católica Romana prende seus fiéis e procura mantê-los de acordo com as normas de suas doutrinas, caso contrário, algum castigo divino muito severo lhe punirá de alguma forma. Quando o castigo não é enviado dos céus ele é providenciado pela própria Igreja, é assim com o celibato dos padres. Quem descumprir e se manter celibatário não têm problema, mas se abandonar a prática para casar será despossuído do exercício sacerdotal. São os resquícios do período medieval ecoando na contemporaneidade.

Portanto, os depoimentos elencados nessa pesquisa nos remetem a diversas discussões e reflexões, mas acima de tudo nos mostra como a Igreja Católica Romana tenta “manipular” determinados fatos a seu favor. O celibato obrigatório impõe ao padre, o viver uma vida de aprisionamento não tendo liberdade para fazer escolhas conscientes. Não significando um modelo de santidade por opção, mas uma santidade por obrigação.

Como em todas as igrejas do mundo, a Diocese de Crato inicia, hoje, a Renovação Litúrgica do Concílio. A Catedral de Crato é, sem favor, exemplo desta Renovação

EDITORIAL:

Saldo da Revolução

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Edição de Hoje — 4 páginas — Preço: Cr\$ 50.

Ano XXVI — Crato (Ce), 7 de Março de 1965 — N. 1.078

Estaremos vencendo este mês um ano da vitoriosa Revolução de 31 de março. Dia a dia, cresce, nos espíritos equilibrados, a convicção da oportunidade do movimento que se deflagrou em Minas Gerais, contagiando toda a Nação que vivia sufocada, asfixiada pela má conduta de corrupção cívica daqueles que governam o País. Inquietante e laboriosa a tarefa que cabe à Revolução. Como é sabido de todos, vivemos num clima de absoluta instabilidade, e

Tão grande o número que já disse que as cadeias seriam pequenas para abrigar todos os corruptos e corrutos. Mas, a Revolução triunfou, não apenas depondo os principais chefes da baderna, como criando um clima de autêntica democracia, restabelecendo a ordem e a confiança. Hoje, embora custindo os efeitos de uma política arcaica de quase trinta anos, o povo tem confiança nos seus dirigentes. Soltando embora o peso das conse-



VASCULADOR DO CO
NO — Desenho de "Alum
ta", desfeito com, e má
com a maior capacidade de
mensão do mundo, São
mo de pessoas está

Adentrar nos recôndidos da Igreja Católica Romana na Diocese do Crato-CE foi um desafio e tanto. Ao abordar um assunto que até então tinha ficado preso nas armadilhas do passado. Assim ao mesmo tempo em que foi instigante foi também extremamente difícil, pois às vezes os sujeitos do presente não querem que as lembranças que ficaram presas no tempo sejam lembradas. A busca pela análise da intimidade do clero católico foi motivo de muitas frustrações, de planos não aplicados e de um acelerado aumento de minha curiosidade.

A crise dos padres iniciada no início da década de 1960 continua a se desenvolver. A maior parte do clero católico não concorda com a permanência de uma norma eclesiástica tão severa e cheia de dualismos. Se um padre exercer sua sexualidade sem casar não tem problema, desde que seja na clandestinidade, se resolver assumir publicamente um relacionamento e casar é proibido de exercer o ministério. Os desvios e as saídas de sacerdotes motivadas pela prática do celibato obrigatório acontecem diariamente. Assim como os inconformados da segunda metade do Século XX as motivações de saída nem sempre estão ligadas a permanência da ascese clerical, no entanto esta tem um peso maior.

Entretanto, apesar das inúmeras perdas de sacerdotes em sua Igreja a alta cúpula do catolicismo continua adotando um sistema extremamente esdrúxulo com relação à aplicabilidade de punições referentes a seus membros clericais. Os escândalos que ocorrem dentro das muralhas da Igreja Católica Romana é fato recorrente diariamente. Os crimes cometidos pelos seus clérigos são divulgados constantemente e as acusações são extremamente graves: desvio de dinheiro, pedofilia, prostituição, dentre outros. As penas aplicadas pela justiça eclesiástica são quase que insignificante. Apenas quando a justiça comum intervém é que um padre é punido, mesmo assim, na maioria das vezes continua tendo o direito de exercer o sacerdócio.

As punições aplicadas pela lei eclesiástica se referem à transferência de paróquia ou de diocese, é quase sempre assim. Por outro lado, quando um sacerdote que não quer viver uma vida matrimonial na clandestinidade, pede dispensa à Igreja para casar, este é de imediato punido pelas leis eclesiásticas. Como? Perdendo o direito de continuar sendo padre. Intimamente ele continua sendo padre porque ao ser ordenado, de acordo com as leis sacras, o sacramento que recebeu é eterno. No entanto não poderá mais exercer o sacerdócio.

Atualmente quando um sacerdote pede dispensa de suas atividades ministeriais para casar demora algum tempo para a promulgação da exoneração de função porque se exige certa idade, a partir dos 40 anos, é que o pedido é atendido e ele é liberado para casar na

Igreja. No entanto desde o momento do comunicado aos seus superiores do desejo de se desligar ele já é afastado das funções ministeriais. Após a concessão ao casamento o sacerdote juntamente com a diocese a qual pertence recebe um documento punitivo chamado Rescrito. Esse documento expõe qual o comportamento é exigido pelo “ex padre”. Ou seja, o padre casado sofre uma espécie de ostracismo dentro da instituição. É excluído e punido por um “crime” extremamente grave: casou-se.

Casar e constituir família são motivos para jogá-lo na exclusão. Parece absurdo. Mas são normas antigas que vem sendo renovadas e reinventadas constantemente no interior da Igreja Católica Romana. Apesar do processo de renovação implantado pela instituição com o Vaticano II, o modelo de sacerdócio vivenciado atualmente está incutida em uma continuidade tridentina. Aonde o celibato sacralizado é um modelo a ser seguido, mas que acaba se transformando em um ideal utópico.

Baseada em preceitos rígidos a Igreja Católica Romana passou muito tempo mantendo um profundo distanciamento com seus fiéis. O sagrado não se misturava com o povo apenas ditava regras e cultuava a permanência de um status de superioridade. No Brasil o processo de aproximação com os leigos se deu a partir dos anos de 1940 com o incentivo de Dom Hélder Câmara ao criar a ACB (Ação Católica Brasileira) esta teve como função principal aumentar o envolvimento da Igreja com os fiéis e aos poucos induzi-los ao enfoque de uma militância política e social que foi tão importante e decisiva nos anos de 1960 e 1970.

Os padres progressistas da segunda metade do Século XX foram responsáveis por uma abertura no campo das idéias na instituição católica, mas também foram culpabilizados por uma reviravolta de antigas certezas e uma incisiva revisão no modelo tridentino. A modernidade talvez tenha deixado o padre em crise existencial por ter perdido espaço na vida dos fiéis, mas também o deixou mais informado e inconformado com os abusos de sua própria instituição. A crise dos padres atingiu a Igreja Católica Romana em todos os recantos inclusive na Diocese do Crato- CE.

O auge dessa tensão se deu em 1967 quando o Seminário São José fechou por falta de alunos e de recursos. Uma instituição que era motivo de grande orgulho para o bispado de Dom Vicente, que seria o futuro espiritual da diocese, sucumbiu com a crise. Juntamente com os seminaristas também se foram os padres. Muitos se desvincularam da diocese por motivos não divulgados, mas o curioso é que todos casaram.

Enquanto isso o jornal *A Ação*, imprensa oficial da Diocese do Crato-CE noticiava a crise que estava acontecendo em outras dioceses e intensificava uma campanha de incentivo as vocações demonstrando a necessidade do padre na sociedade e enfatizando a permanência de uma sacralidade sacerdotal existente em seus domínios. De acordo com a diocese cratense o que precisava ser combatido era o comunismo e para isso retratava em suas reportagens o perigo que todos corriam diante essa ameaça que poderia destruir as famílias brasileiras.

De outro lado temos um grupo de leigos, seminaristas e padres que pensavam diferente, que agiam em outra linha, que tinha idéias de reforma agrária e que acreditavam que o Deus que se deveria adorar era um Deus que liberta o homem de todas as suas amarras, da pobreza, da opressão. Os progressistas do Crato-CE seguiam a Teologia da Libertação e queriam vivenciá-la enquanto prática. Os conservadores queriam barrar essas idéias e dar continuidade a uma tradição secular onde a Igreja dá esmolas aos pobres, ou então adotam a prática de sindicalizar de forma branda.

Ao final temos pessoas mais politizadas, Igreja Católica Romana em processo de evasão sacerdotal e as marcas de uma crise que teve início no Brasil em um período de conturbação política por causa da implantação da Ditadura Militar. O que sobrou dos famigerados anos de 1960 e 1970 ressoa nos dias atuais. Tudo que aconteceu foi apenas uma semente que continua em processo de germinação. Esse trabalho foi apenas uma reflexão sobre as normas católicas que são constantemente burladas e reinventadas.

FONTES

Jornal *A Ação* correspondendo às décadas de 1960 e 1970 arquivadas no Departamento Histórico Diocesano Padre Antonio Gomes de Araújo, localizado no prédio da Cúria diocesana do Crato-CE;

Atas da Diocese do Crato-CE referente às décadas de 1960 e 1970;

Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* divulgada pelo Papa Paulo VI em 1967;

Cartas Pastorais do Bispado de Dom Vicente;

Correspondências clericais do Século XIX.

INFORMANTES:

Humberto Cabral (Editor do Jornal *A Ação* durante 25 anos);

Armando Lopes Rafael (Chanceler da Cúria diocesana do Crato-CE);

Eugênio Dantas de Medeiros (Padre casado e membro do Movimento das Famílias de Padres Casados do Brasil);

João Bosco Cartaxo Esmeraldo (Padre celibatário, Reitor do Santuário Diocesano do Crato-CE);

José Levi Furtado Sampaio (Ex- seminarista, Geógrafo, Professor da Universidade Federal do Ceará - UFC).

Como em todas as igrejas do mundo, a Diocese de Crato inicia, hoje, a Renovação Litúrgica do Concílio. A Catedral de Crato é, sem favor, exemplo desta Renovação

EDITORIAL:

Saldo da Revolução

Estaremos vencendo este mês um ano da vitoriosa Revolução de 31 de março. Dia a dia, cresce, nos espíritos equilibrados, a convicção da oportunidade do movimento que se deflagrou em Minas Gerais, contagiando toda a Nação que vivia sufocada, asfixiada pela má conduta de corrupção cívica daqueles que governam o País.

Trabalhosa e laboriosa a tarefa que coube à Revolução.

Como é sabido de todos, vivemos num clima de absoluta instabilidade, ex-

Tão grande o número que já disse que as cadeias seriam pequenas para abrigar todos os corruptos e corruptores.

Mas, a Revolução triunfou, não apenas depondo os principais chefes da baderna, como criando um clima de autêntica democracia, resta belezando a ordem e a confiança.

Hoje, embora cuetindo os efeitos de uma política arrezada de quase trinta anos, o povo tem confiança nos seus dirigentes. Soltando embora o peso das conse-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Edição de Hoje — 4 páginas — Preço: Cr\$ 50.

Ano XXVI — Crato (Ce), 7 de Março de 1965 — N. 1.078



VASCULADOR DO O

NO — Desenho de "Alm

ta", descrito com, 4 m

em a maior quantidade

versão do mundo, Esc

mo de pessoas está

ARIÉS, Philippe e BÉJIN, André. **Sexualidades Ocidentais**: Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Brasiliense: São Paulo, 1987.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)**. Paulinas: São Paulo, 2005.

BOER, Nicolas. **Militarismo e clericalismo em mudança**. TAQ: São Paulo, 1980.

CALLUF, Emir. **Reflexões incômodas sobre o celibato dos padres**. Record: Rio de Janeiro, 1984.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. DIFEL. Lisboa, 1990.

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Vida e ministério do presbítero pastoral vocacional**. Paulinas: São Paulo, 1981.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO (**Codex Iuris Canonici**). Loyola: São Paulo, 1983

COUTROT, Aline. **Religião e Política**. In: REMOND, René. Por uma História Política. FGV: Rio de Janeiro, 2003.

DUVERGER, Maurice. **Introdução à Política**. Lisboa: Estúdio cor, 1964.

FERNANDES, João Azevedo. **Sobriedade e embriaguez**: a luta dos soldados de Cristo contra as festas dos Tupinambás. In: Revista Tempo. Vol. 11, nº. 22, jan. 2007. Niterói- RJ: Universidade Federal Fluminense, p. 109-132.

FILHO FIGUEIREDO, José de e PINHEIRO, Irineu. **Cidade do Crato**. Fortaleza: UFC, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Mitos emblemas e Sinais**. Cia. Das Letras: São Paulo, 1990.

GOMES, Francisco José Silva. **A religião como objeto da História**. In: LIMA, Lana Lage da Gama; HORONATO, César Teixeira; Ciribelli, Marilda Corrêa; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Orgs.). FAPERJ: Rio de Janeiro, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HUBERMAN, Ç Léo. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1986.

LORINGA, Sabina. **A tarefa do historiador**. In: GOMES, Ângela de Castro, SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.) FGV: Rio de Janeiro, 2009.

LOWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUCA, Tânia Regina. **Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATTEI, Roberto de. **O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita**. Caminhos Romanos: Porto Alegre, 2012.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. **Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no Século XVIII**. Dissertação de mestrado em História Niterói: UFF, 2007.

MONTENEGRO, Padre F. **Os quatro luzeiros da Diocese**. Juazeiro do norte-CE: Gráfica Universitária, 1999.

NETO, Lira. **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POLLACK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum**. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PRIORE, Mary Del. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 2004.

QUEIRÓZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais: O Cariri à época da usurpação militarista 1964-1985**. Tese de doutorado em Sociologia. Fortaleza: UFC, 2010.

SABORITI, Ignasi. **Religiosidade na Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social- uma História da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Edlene. **Entre a batina e a aliança:** das mulheres de padres no Medievo ao movimento de padres casados no Brasil atual. Brasília: UNB, 2008.

_____. **Sacerdotes e maridos:** a crise do celibato e a formação do Movimento de Padres Casados no Brasil Contemporâneo. In: Revista Múltipla, Número 28- Ano XV-JUNHO DE 2010.

SILVA, Helenice Rodrigues. “**Rememoração**” /**comemoração:** as utilizações sociais da memória. In: Revista Brasileira de História. ANPUH: São Paulo, vol.22, n° 44, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Ney. **Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II.** In: Revista Teologia e Cultura, Edição n° 02 – Out/ Nov/ Dez 2005 p. 31.

VATICANO II. **Concílio Ecumênico Vaticano II.** Paulinas: São Paulo, 1967.

VIDAL, Marciano. **Novos caminhos da moral:** da “crise moral” a “moral crítica”. São Paulo: Paulinas, 1978.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2005.

Como em todas as igrejas do mundo, a Diocese de Crato inicia, hoje, a Renovação Litúrgica do Concílio. A Catedral de Crato é, sem favor, exemplo desta Renovação

EDITORIAL:

Saldo da Revolução

Estaremos vencendo este mês um ano da vitoriosa Revolução de 31 de março. Dia a dia, cresce, nos espíritos equilibrados, a convicção da oportunidade do movimento que se deflagrou em Minas Gerais, contagiando toda a Nação que vivia sufocada, asfixiada pela má conduta de corrupção cívica daqueles que governam o País.

Ingente e laboriosa a tarefa que coube à Revolução. Como é sabido de todos, vivemos num clima de absoluta incerteza, e...

Tão grande o número que já disse que as cadeias seriam pequenas para abrigar todos os corruptos e corruptores.

Mas, a Revolução triunfou, não apenas depondo os principais chefes da baderna, como criando um clima de autêntica democracia, restabelecendo a ordem e a confiança.

Hoje, embora custindo os efeitos de uma política arrevizada de quase trinta anos, o povo tem confiança nos seus dirigentes. Soltando embora o peso das conse-

ANEXOS



Edição de Hoje — 4 páginas — Preço: Cr\$ 50.

Ano XXVI — Crato (Ce), 7 de Março de 1965 — N. 1.078



VASCULADOR DO O

NO — Desenho de "Alm

ta", desenhado com, 4 m

com a maior capacidade

menor do mundo, Est

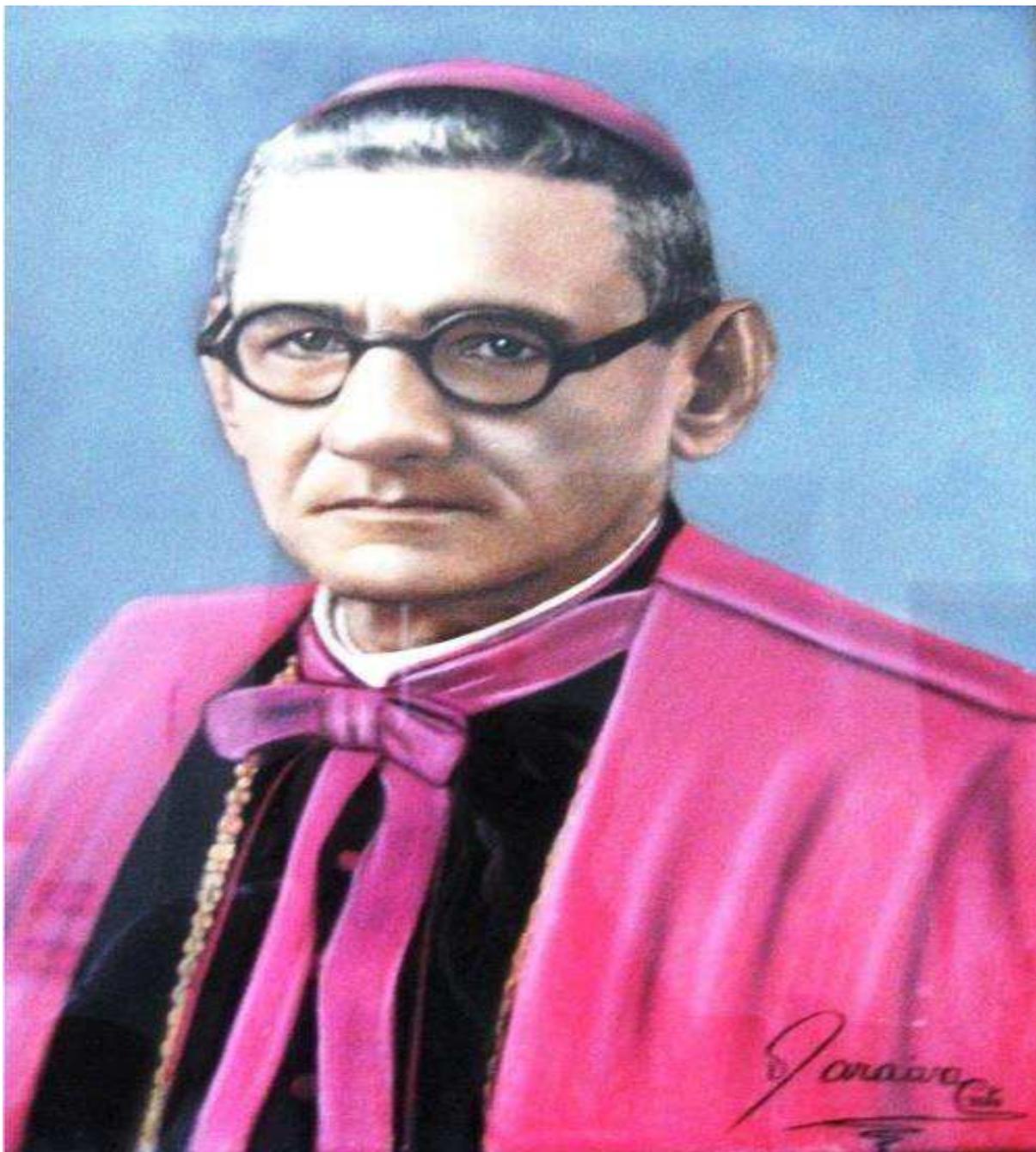
mo de pesquisas em



Padre Cícero Romão Batista acessado em 27/02/2014 no site marcioreiserblogspot.com.



Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, acessado em 27/02/2014 no site marcioreiserblogspot.com.



Dom Francisco de Assis Pires, acessado em 27/02/2014 no site marcioreiserblogspot.com.



Dom Vicente de Paulo Araújo Matos, acessado em 27/02/2014 no site marcioreiserblogspot.com.